Relatório e contas 2010

Indice

Indicadores e rácios de gestão 3
Aspectos relevantes 6
Mensagem do presidente 8

1.
Relatório da actividade
1.1 Serviço prestado 12
1.2 Recursos humanos 18
1.3 Recursos materiais e tecnológicos 22
1.4 Expansão da rede 25
1.5 Investimentos 27

2.
Governo da sociedade
2.1 Missão, objectivos e políticas da Empresa 30
2.2 Regulamentos internos e externos a que a Empresa está sujeita 31
2.3 Transações relevantes com entidades relacionadas 33
2.4 Outras transacções 34
2.5 Membros dos órgãos sociais e suas competências 42
2.6 Remuneração dos membros dos órgãos sociais 45
2.7 Cumprimento dos Princípios do Bom Governo 48
2.8 Código de ética 48
2.9 Riscos relevantes para a Empresa 48
2.10 Conflitos de interesse 49
2.11 Estrutura organizacional 49
2.12 Análise de sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, ambiental e social 51
2.13 Divulgação de informação 55

3.
Cumprimento das restantes obrigações legais
3.1 Objectivos de gestão 57
3.2 Risco financeiro 57
3.3 Prazo médio de pagamento 58
3.4 Deveres especiais de informação 58
3.5 Recomendações do accionista relativas a 2009 58
3.6 Orientações genéricas sobre negociações salariais 58
3.7 Prémios de gestão 58
3.8 Normas de contratação pública 58
3.9 Limites de acréscimo de endividamento 59
3.10 Racionalização da política de aprovisonamento 59
3.11 Remuneração fixa 59
3.12 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado 59

4.
Economia e finanças
4.1 Balanço do ano 60
4.2 Proposta de aplicação de resultados 74

5.
Demonstrações financeiras 75

6.
Anexo às demonstração financeiras 80

7.
Parecer do Conselho Fiscal 139

8.
Certificação legal de contas 144

Indicadores e rácios de gestão

Indicadores e rácios de gestão		2006	2007	2008	2009	2010	Var. % 2010/09
Procura							
Passageiros	10^3	183.975	179.687	178.432	176.726	182.781	3,43
Passageiros x km	10^3	855.484	835.545	835.400	829.068	866.169	4,48
Oferta							
Carruagens x km	10^3	22.865	22.592	23.477	25.274	27.649	9,40
Lugares x km	10^6	3.864	3.818	3.968	4.271	4.673	9,40
Rácios							
$\frac{\text{Carruagens x km}}{\text{Efectivo médio}}$	10^3	13,43	13,41	14,99	15,69	16,54	5,40
$\frac{\text{Passageiros x km}}{\text{Carruagens x km}}$	n.º	37,41	36,98	35,58	32,80	31,33	-4,50
Recursos humanos (efectivo médio)							
Exploração Comercial	n.º	939	925	891	921	926	0,54
Gestão de Infra-estruturas	n.º	329	334	279	90	95	5,56
Gestão da Manutenção (GM/EI)	n.º	206	205	188	386	419	8,55
Restantes áreas	n.º	228	221	208	214	232	8,41
Total	n.º	1.702	1.685	1.566	1.611	1.672	3,79

Plano Oficial de Contabilidade

Custos e proveitos		2006	2007	2008	2009
Proveitos totais	10^3 €	90.917	99.924	125.293	121.718
Proveitos de tráfego (1)	10^3 €	51.026	55.409	62.529	59.947
Indemnização compensatória (2)	10^3 €	21.641	23.148	24.878	26.755
Custos totais	10^3 €	237.828	244.110	251.969	270.251
Custos totais (s/enc. fin.)	10^3 €	168.332	171.935	168.812	168.894
Indicadores					
Resultados líquidos	10^3 €	(146.944)	(144.222)	(126.730)	(148.592)
EBITDA	10^3 €	(39.277)	(35.573)	(19.308)	(29.509)
Rácios financeiros					
Custos totais / Passageiro x km	€	0,28	0,29	0,30	0,33
Custos totais (s/enc. fin.) / Passageiro x km	€	0,20	0,21	0,20	0,20
Proveitos totais / Custos totais (s/enc. fin.)	%	54,01	58,12	74,22	72,07
Proveitos de tráfego / Custos totais (s/enc. fin.)	%	30,31	32,23	37,04	35,49

Sistema de Normalização Contabilística

Gastos e rendimentos		2009	2010	Var. % 2010/09
Rendimentos totais	10^3 €	151.811	147.130	-3,1
Receitas de tráfego (1)	10^3 €	59.947	62.530	4,3
Indemnização compensatória (2)	10^3 €	26.755	26.503	-0,9
Gastos totais	10^3 €	266.101	263.093	-1,1
Gastos operacionais	10^3 €	226.332	210.752	-6,9
Indicadores				
Resultados líquidos	10^3 €	(146.977)	(148.337)	-0,9
EBIDTA	10^3 €	(38.410)	(31.833)	17,1
Rácios financeiros				
Gastos totais / Passageiro x km	€	0,32	0,30	-5,37
Gastos operacionais / Passageiro x km	€	0,27	0,24	-10,87
Rendimentos totais / Gastos operacionais	%	67,07	69,81	4,08
Receitas de tráfego / Gastos operacionais	%	26,49	29,67	12,02

(1) Foram incluídas, quer as receitas obtidas com a venda dos cartões "Lisboa viva" e "7 Colinas", quer as verbas recebidas do O.G.E., a título de compensação pelos descontos efectuados nos títulos "4_18@escola.tp" e "sub23@superior.tp"
(2) Valores líquidos de IVA.

Aspectos relevantes

Organização da empresa e qualidade do serviço

- Aumento da procura em 3,4%, atingindo-se os 183 milhões de passageiros transportados;
- Aumento da oferta em 9,4%, em particular na linha Vermelha, reflectindo já um ano completo de exploração da expansão a S. Sebastião;
- Atribuição do 1.º prémio do ECSI – Índice Nacional de Satisfação do Cliente – ao ML, sendo eleito, pelo 5º ano consecutivo, o melhor operador de transporte público da Área Metropolitana de Lisboa;
- Criação da marca "Transportes de Lisboa", pela Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, envolvendo a globalidade dos operadores de transporte colectivo de Lisboa, como ponto de partida para o desenvolvimento futuro de instrumentos de difusão e informação ao público de um sistema intermodal ao serviço dos utilizadores;
- Elaboração do "Projecto Mais" – Melhorar Através de Ideias Simples – que premiou as melhores ideias apresentadas pelos colaboradores que visam a melhoria do desempenho da Empresa;
- Definição da "Carta do Cliente ML", onde se expressam os seus direitos e deveres, um compromisso que o ML assume perante os seus clientes, disponível em todos os suportes de informação do Metro e no site www.metrolisboa.pt (área "Clientes").

Empreendimentos

Continuação do plano de expansão que irá acrescentar 4,5 km e quatro novas estações à rede de metropolitano:

- Conclusão dos trabalhos de escavação e execução das estruturas internas da estação Reboleira;
- Consignação da empreitada de execução dos acabamentos e instalações especiais da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto;
- Conclusão dos arranjos exteriores das estações Alvalade e Roma.

Recursos humanos

- Redução para níveis históricos das taxas de trabalho suplementar, tendo-se fixado nos 1,49% devido à diminuição do número de horas extraordinárias em 34,5%;
- Lançamento de projecto "Menos absentismo – Mais produtividade" visando o combate ao absentismo;
- Aumento do tempo médio de condução por maquinista em cerca de 10%, em resultado da implementação do Sistema Plago e da flexibilização do tempo máximo de condução.

Economia e finanças

- Em 2010 são pela primeira vez apresentadas as contas da empresa de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, incluindo a reexpressão das demonstrações financeiras de 2009 de acordo com o mesmo referencial. É igualmente introduzida a separação entre a actividade de construção de Infra-estruturas de Longa Duração, efectuada por conta do Estado, e a actividade de transporte de passageiros e manutenção do material circulante e da rede e respectivos equipamentos, a cargo da Empresa;
- Crescimento da "Receita de tráfego" em 5,6% (incluindo a compensação do Estado pelos descontos praticados nos títulos "4_18@escola.tp" e "sub23@superior.tp");
- Redução dos "Fornecimentos e serviços externos" em 7,3 M€ (15,8%) face ao ano anterior;
- Melhoria do EBITDA em 6,6 M€ (17,1%);
- Aumento dos "Juros e gastos similares líquidos" dos respectivos proveitos em 16,6 M€ (47,0%), devido ao acréscimo de endividamento e ao comportamento negativo dos instrumentos derivados de cobertura de risco;
- Quantificação do imobilizado construído por conta do Estado de 3.047,4 M€, embora esse valor seja neutro, quando considerado líquido dos passivos contraídos para o seu financiamento e dos encargos financeiros que lhes estão associados;
- Aumento do "Esforço financeiro do Estado" na Empresa em 97,8%, com destaque para a realização da segunda e última tranche do aumento do "Capital estatutário" determinado em 2002, no valor de 30,1 M€;
- Crescimento do endividamento global da empresa em 184,9 M€ (5,1%), abaixo do limite de 7% imposto pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública;
- Melhoria dos "Gastos operacionais" em 15,6 M€ (6,9%);
- Melhoria do "Resultado operacional" em 15,4 M€ (13,8%);
- Cobertura dos "Rendimentos operacionais" pelos "Gastos operacionais" em 54,4%.

Mensagem do presidente

Um novo ciclo

O ano de 2010, naturalmente, foi diferente dos anos anteriores.

Ano de transição de um Conselho de Administração para outro e ano de dificuldades acrescidas para a Empresa e para a Sociedade, que obrigaram a uma mais exigente responsabilidade colectiva.

A substituição de Administração só se concretizou a meio do ano, facto gerador de algum abrandamento da dinâmica interna e, consequentemente, da eficácia do desempenho.

Apesar desta situação, que condicionou a actividade da empresa no segundo e terceiro trimestres do ano, foi possível à nova Gestão iniciar e concretizar uma abordagem própria e firme, baseada na ambição criadora e motivadora, na capacidade de trabalho e coesão, na determinação colocada na resolução dos problemas e na busca do envolvimento de toda a empresa nos desafios que diariamente lhe são colocados.

A definição estratégica

Com o início da actividade, desenvolvida em continuidade do trabalho que vinha de trás, houve que preparar uma nova fase da vida da empresa, estruturada numa estratégia clara e perceptível, que pudesse ser assumida pelo colectivo com motivação e envolvimento e que permitisse alcançar resultados favoráveis.

Nesse sentido foram desenvolvidas algumas acções estruturantes, das quais são de destacar:

- A elaboração do Plano Estratégico Mais Metro, elemento central da estratégia de curto prazo (2011-2013), o qual foi desenvolvido internamente, envolvendo vários Quadros e dirigentes na sua discussão e construção;
- A concepção de uma nova estrutura organizativa, mais eficiente e funcional, com menos chefias e circuitos desnecessários, que contou, também, com uma alargada participação interna na sua formulação;
- A preparação do difícil orçamento de 2011, numa perspectiva descentralizada, participada e responsabilizante dos seus executores;
- A preparação de um Plano de Formação consistente e direccionado às efectivas necessidades da Empresa, relevando os aspectos directamente ligados ao Serviço ao Cliente, principal foco da Empresa;
- A necessidade de repensar e reenquadrar a actividade de investimento na expansão da Rede;
- A aposta na Qualidade e na Certificação da Empresa como um todo.

Complementando e suportando estas acções estruturantes, promoveram-se iniciativas de comunicação interna e de envolvimento e motivação da comunidade de trabalho, que terão cumprido os objectivos estabelecidos.

Desenvolveram-se, igualmente, rotinas de monitorização e de análise do desempenho e da actividade, envolvendo nelas a Alta Direcção.

Para além da aposta na clarificação estratégica e na definição dos resultados pretendidos, apostámos nas pessoas, promovendo o reforço da sua motivação e envolvimento, humanizando a relação e reforçando a cultura da Empresa.

Os resultados

O ano de 2010 evidenciou os sinais da crise internacional e dos seus reflexos na nossa já fragilizada economia, que trouxeram sinais algo contraditórios à actividade de transporte público (TP), uma vez que se não identificou, apesar desse negativo enquadramento para as famílias, uma clara transferência do transporte individual (TI) para o TP, mantendo-se uma persistente utilização daquele, apesar dos seus custos directos e sociais mais gravosos.

De qualquer forma e em termos relativos, a empresa registou um conjunto de resultados positivos, dos quais importa salientar:

- Um crescimento dos passageiros transportados de 3,4%;
- Um crescimento dos passageiros x km transportados em mais 4,5%;
- Um crescimento da oferta de transporte de 9,4%;
- Um crescimento da produtividade medida pelo indicador VAB/Colaborador, de 13%;
- Uma redução dos gastos operacionais em cerca de 1,3%;
- Um melhor resultado operacional, diminuindo o seu valor negativo em 4,2%;
- Uma evolução positiva do EBITDA, diminuindo o seu valor negativo em 17,1%;
- Um crescimento dos resultados líquidos negativos, em mais 1%, valor abaixo da inflação do ano, que reflecte o início da melhoria objectiva dos resultados da empresa.

Em resumo, a actividade desenvolvida em 2010 caracterizou-se por um desempenho globalmente positivo, evidenciador de uma tendência de correcção de rumo, na senda da sustentabilidade económica da empresa.

Estes resultados consolidam a convicção de que o Metropolitano de Lisboa é uma empresa com futuro, pois tem:

- Uma Visão e uma Ambição claras, vertidas numa estratégia perceptível, quantificada e passível de monitorização;
- Colaboradores motivados, competentes e envolvidos na afirmação da sua empresa;
- Recursos materiais suficientes para um desempenho cada vez mais eficiente e com a qualidade que os Clientes exigem;
- Uma função sócio-económica insubstituível, no quadro da mobilidade urbana da Região de Lisboa.

Os próximos passos

O crescimento da Procura do transporte Metro, inserido no incremento da Procura geral do Transporte Público é uma tarefa central da nossa actividade, sendo certo que o contributo para o equilíbrio das contas da empresa se deve concretizar não só do lado dos custos mas, cada vez mais, do lado das receitas, tanto mais que a compressibilidade dos custos tem limites impostos pelos padrões de qualidade que os Clientes nos exigem.

Por tudo isto, uma forte agressividade comercial com um foco muito preciso no Cliente é indispensável e deve constituir-se como abordagem permanente para todos nós no exercício das nossas tarefas. A satisfação do Cliente é objecto e razão de ser da nossa actividade e o crescimento desta depende do sucesso de uma nova relação de dependência positiva entre aquele e a empresa, quer enquanto fenómeno de fidelização, quer enquanto fenómeno de captação de novos utilizadores do sistema. Neste particular, será de evidenciar a especial atenção a dar à captação de actuais utilizadores do TI e o crescimento da nossa tradicional e elevada quota de mercado junto dos segmentos mais jovens.

Uma mais dinâmica e criativa utilização dos espaços de estação, ou de áreas hoje não utilizadas na actividade de transporte, é peça igualmente importante para um mais eficiente retorno do uso dos nossos activos, bem como para a requalificação da nossa imagem. Nesta vertente, passos consistentes deverão ser dados para a obtenção de receitas complementares, tendo em vista o crescimento conjugado da qualidade do nosso desempenho e das receitas associadas.

Não deixaremos de continuar o esforço de consolidação da contratação das Obrigações de Serviço Público, enquanto factor de compensação da Oferta prestada pela empresa em situação não comercial, bem como não regatearemos esforços para que, finalmente, seja concretizada a justa repartição das receitas dos passes intermodais, que vem penalizando o ML em muitos milhões de euros anuais e que é factor de adulteração do desempenho efectivo das várias empresas de transportes da AML, nomeadamente em termos financeiros.

Igualmente importante e enquanto objectivo estratégico de longo prazo, importa encontrar um Compromisso para a Sustentabilidade da empresa, envolvendo toda a comunidade de trabalho em objectivos de crescimento consistente, premiando o mérito e o envolvimento e assegurando o Futuro de sucesso que ambicionamos.

Agradecimentos

Por último, importa fazer alguns agradecimentos.

Ao Conselho de Administração antecedente, por tudo o que fez na defesa dos interesses da empresa e na promoção das políticas de qualificação da oferta de transporte do ML.

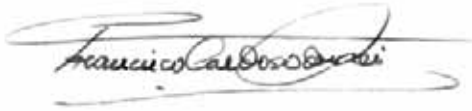
Aos Auditores, pela forma como desenvolveram o seu trabalho e como colaboraram com os nossos Serviços de forma profissional e competente.

Ao Conselho Fiscal, pela forma profissional, cooperante e envolvida que sempre manteve no acompanhamento da actividade da empresa, acrescentando valor de forma sistemática e inteligente.

Às Tutelas, Técnica e Financeira, pelo permanente apoio que nos foi dado, o qual permitiu que a nossa actividade não sofresse demasiados sobressaltos, em particular financeiros.

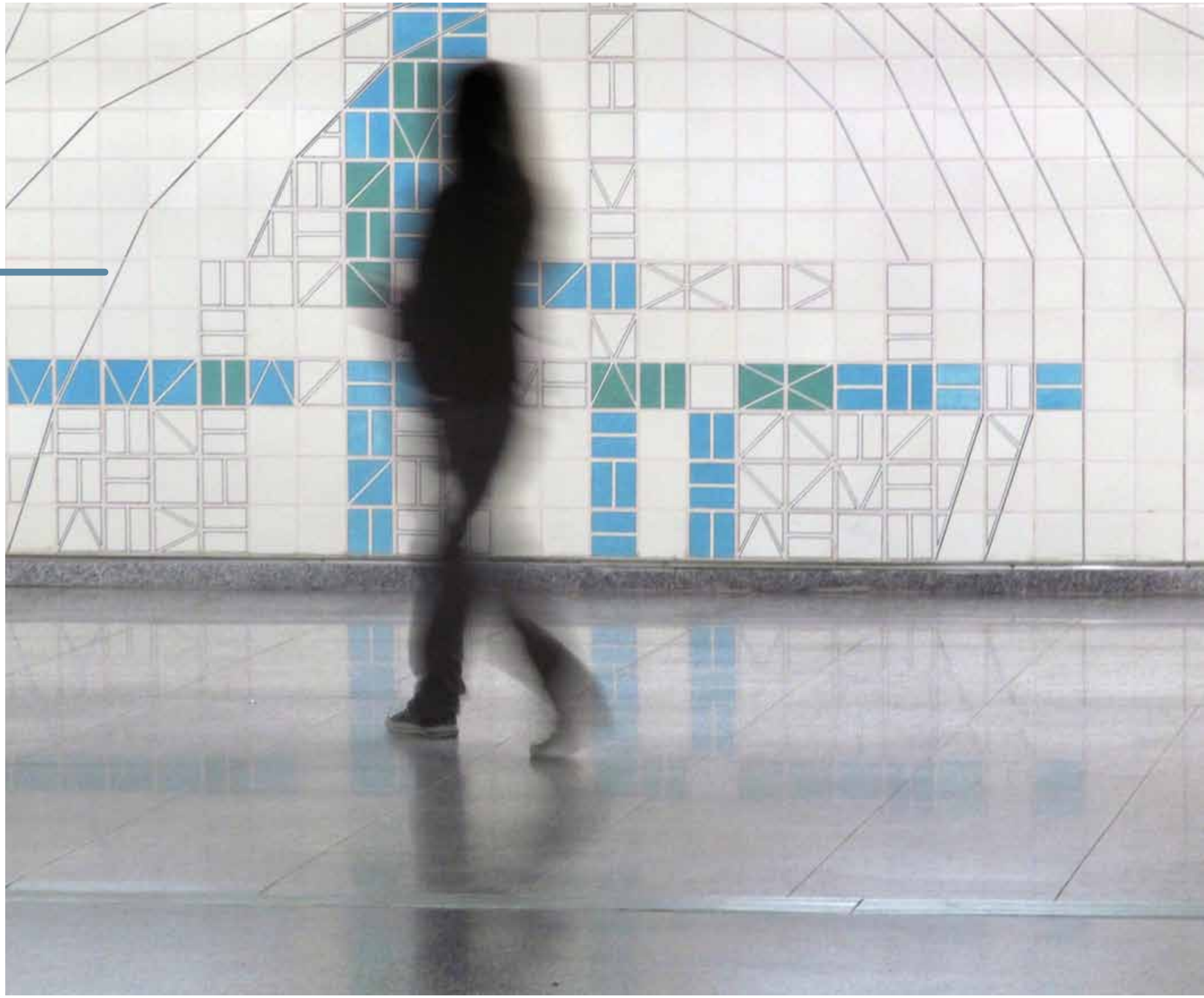
Aos Colaboradores da empresa, pelo seu trabalho, dedicação e profissionalismo, sem os quais não teríamos atingido os níveis de desempenho alcançados.

Aos nossos Clientes, pela preferência que mantém e por considerarem o ML, pelo quinto ano consecutivo, o melhor modo de transporte da Região de Lisboa.



Francisco Cardoso dos Reis

1.
Relatório da actividade



1.1 Serviço prestado

O ano de 2010 caracterizou-se pela reversão da tendência de perda de passageiros que se vinha verificando desde 2007.

Este acréscimo de passageiros em 2010, da ordem dos 3,4% face ao ano anterior, resulta não só das políticas de marketing encetadas, mas também de um trabalho contínuo de melhoria do serviço prestado, mais uma vez reconhecido pelos clientes com a atribuição ao ML, pelo 5.º ano consecutivo, do 1.º lugar no Índice Nacional de Satisfação do Cliente, no âmbito das empresas de transporte público da Área Metropolitana de Lisboa.

Ao nível das reclamações, manteve-se a tendência de decréscimo que já se vinha verificando desde 2008, permanecendo como principal motivo para a sua ocorrência, a avaria das escadas/tapetes mecânicos e elevadores, situação que apenas foi passível de correcção no início de 2011, com a conclusão dos procedimentos de contratação pública do serviço de manutenção integral destes equipamentos.

Visando a melhoria da qualidade do serviço prestado, numa lógica de racionalização dos meios disponíveis, foram introduzidas em 2010, ao nível da operação, melhorias significativas com a entrada em funcionamento das seguintes funcionalidades:

- Sistema Plago – Sistema de Planeamento de Recursos e Gestão da Operação, que em conjunto com a flexibilização do tempo máximo de condução (que aumentou, num dos períodos, de 3h para até 3h30min), permitiu um aumento do tempo médio de condução por maquinista em10%;
- Sistema de monitorização da regulação do intervalo entre comboios, implementado numa primeira fase na linha Vermelha, mas a generalizar num futuro próximo a toda a rede;
- Alteração, no início de 2010, dos menus das máquinas automáticas de vendas de títulos de transporte (MAVT), procurando torná-los mais perceptíveis e amigáveis para o utilizador;
- Implementação de uma solução visando a transposição dos canais de acesso à rede por cegos e amblíopes com cães-guia.

1.1.1 Procura

Em 2010 foram transportados cerca de 183 milhões de passageiros, mais 3,4% do que em igual período no ano transacto.

Esta tendência de crescimento resultou essencialmente do aumento do número de passageiros transportados com títulos próprios do ML e títulos combinados, mantendo-se a tendência de decréscimo do número de títulos intermodais, que se vem verificando nos últimos anos. Nos primeiros dez meses do ano este aumento verificou-se essencialmente nos passageiros menos frequentes, utilizadores de bilhetes, e nos últimos dois meses nos passageiros frequentes, utilizadores de passes, particularmente os dos passes próprios e combinados.

Un: 10^3

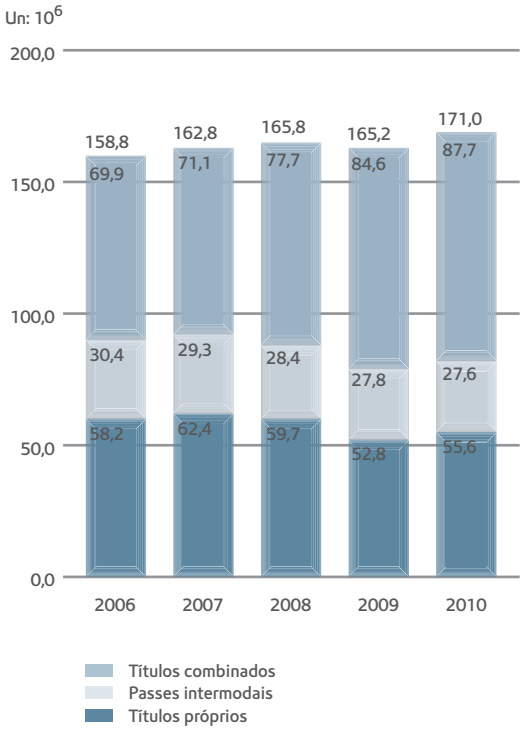
Passageiros com títulos de transporte	2006	2007	2008	2009	2010	Var. % 2010/09
Títulos próprios	58.528	62.351	59.650	52.776	55.630	5,41
Passes intermodais	30.384	29.309	28.447	27.771	27.616	-0,56
Títulos combinados	69.904	71.100	77.714	84.644	87.745	3,66
Total títulos pagos	158.816	162.759	165.811	165.191	170.991	3,51
Transporte gratuito e fraude	25.159	16.928	12.621	11.535	11.790	2,21
Total transportados	183.975	179.687	178.432	176.726	182.781	3,43
Percurso médio por passageiro (km)	4,650	4,650	4,682	4,691	4,739	1,02
Passageiros x km transportados	855.484	835.545	835.400	829.068	866.169	4,48

Salienta-se igualmente que apesar do pleno aproveitamento da extensão da linha Vermelha entre as estações Alameda e S. Sebastião, que ao interligar as restantes três linhas permite uma utilização mais eficiente da rede, a distância média percorrida por cada passageiro continua a aumentar ininterruptamente desde 2007.

1.1.2 Receitas de tráfego

Com a actualização tarifária ocorrida em Julho de 2010, o aumento da receita tarifária face ao ano transacto foi de 5,6%, originando um aumento da receita média por passageiro de 2,0%, situando-se nos 0,35 € por passageiro em 2010.

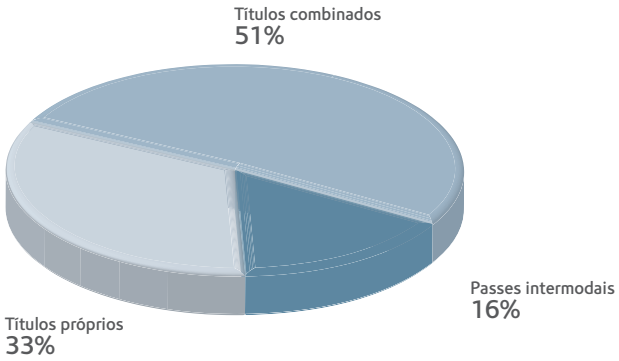
Evolução do número de passageiros por título de transporte



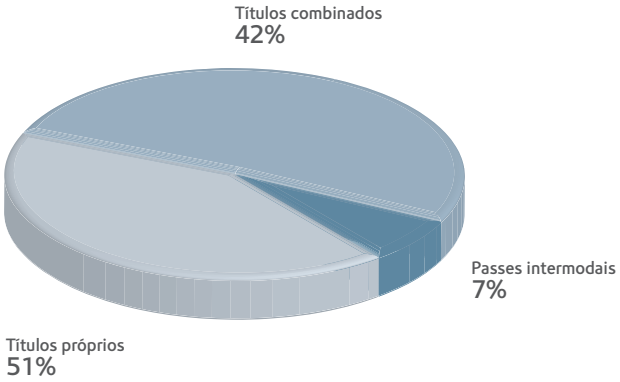
	Títulos de transporte		2008	2009	2010	Var. % 2010/09
Passageiros	Títulos próprios	n.º	59.649.816	52.775.984	55.629.896	5,41
	Passes intermodais	n.º	28.447.161	27.770.773	27.616.154	-0,56
	Títulos combinados	n.º	77.713.609	84.644.519	87.745.256	3,66
	Total	n.º	165.810.586	165.191.276	170.991.306	3,51
Receitas *	Títulos próprios	€	33.571.978	27.603.988	28.920.893	4,77
	Passes intermodais	€	4.347.320	4.133.586	3.993.322	-3,39
	Títulos combinados	€	21.057.379	25.103.914	27.103.349	7,96
	Total	€	58.976.678	56.841.488	60.017.564	5,59
Receita por passageiro	Títulos próprios	€	0,563	0,523	0,520	-0,60
	Passes intermodais	€	0,153	0,149	0,145	-2,85
	Títulos combinados	€	0,271	0,297	0,309	4,15
	Receita média	€	0,356	0,344	0,351	2,01

*As receitas não incluem o valor de aquisição dos cartões "Lisboa viva" e "7 Colinas". Na receita dos títulos combinados incluiu-se a comparticipação do Estado pelos descontos praticados nos títulos "4_18@escola.tp" e "sub23@superior.tp".

Repartição percentual de passageiros por títulos de transporte



Repartição percentual de receitas por títulos de transporte



Evolução das tarifas dos principais títulos

Un: €

	Títulos de transporte	2009 01-Jan	2010 01-Jul	Var. % 2010/09
Títulos próprios do Metro	**Bilhetes**			
	7 Colinas simples – 1 zona	0,80	0,85	6,3
	7 Colinas simples – 2 zonas	1,10	1,15	4,5
	Passes			
	Urbano 30 dias	18,50	18,70	1,1
	Rede 30 dias	27,20	27,55	1,3
Passes Intermodais	L1	38,30	38,75	1,2
	L12	46,10	46,65	1,2
	L123	52,50	53,15	1,2
Títulos combinados	**Bilhetes**			
	Zapping – 1 zona	0,79	0,80	1,3
	Zapping – 2 zonas	1,10	1,12	1,8
	Passes			
	Carris/Metro urbano – 30 dias	28,10	28,45	1,1
	Carris/Metro rede – 30 dias	30,85	31,20	1,3

Nota: os valores de Julho de 2010 incluem o aumento do IVA em 1% no início do 2º semestre de 2010.

1.1.3 Oferta

Visando ajustar os níveis de oferta à procura, 2010 caracterizou-se por um aumento significativo dos lugares x km oferecidos, em resultado do primeiro ano completo de exploração do prolongamento da linha Vermelha Alameda/S. Sebastião, bem como da introdução de comboios compostos por seis carruagens em toda a linha Vermelha em detrimento das três carruagens que operavam nesta linha.

O aumento da oferta do serviço em nada alterou a eficiência do serviço esperado, que manteve em 2010, à semelhança do verificado em 2009, uma taxa de realização das carruagens x km e das circulações previstas para toda a rede superior a 99%.

Evolução da oferta		2008	2009	2010	Var. % 2010/09
Carruagens x km (serviço público)					
Linha Azul	n.º	8.696.286	9.156.391	9.512.050	3,88
Linha Amarela	n.º	7.142.401	7.598.201	7.891.501	3,86
Linha Verde	n.º	5.629.793	5.633.080	5.582.429	-0,90
Linha Vermelha	n.º	2.008.616	2.886.515	4.662.795	61,54
Total	n.º	23.477.096	25.274.187	27.648.775	9,40
Lugares x km					
Linha Azul	10^3	1.469.672	1.547.430	1.607.536	3,88
Linha Amarela	10^3	1.207.066	1.284.096	1.333.664	3,86
Linha Verde	10^3	951.435	951.990	943.430	-0,90
Linha Vermelha	10^3	339.456	487.821	788.012	61,54
Total	10^3	3.967.629	4.271.337	4.672.642	9,40

Eficiência na exploração		2008	2009	2010	Var. % 2010/09
Circulações (serviço público)					
Linha Azul	n.º	125.246	125.392	124.495	-0,72
Linha Amarela	n.º	127.161	128.801	128.650	-0,12
Linha Verde	n.º	157.609	157.701	156.283	-0,90
Linha Vermelha	n.º	130.470	122.550	113.450	-7,43
Total	n.º	540.486	534.444	522.878	-2,16
Taxa realização de carruagens x km					
Linha Azul	%	98,83	99,00	99,13	0,13
Linha Amarela	%	99,13	98,98	99,20	0,21
Linha Verde	%	98,65	99,04	98,87	-0,17
Linha Vermelha	%	99,67	99,92	99,55	-0,37
Na Rede	%	98,94	99,09	99,17	0,07
Taxa realização de circulações					
Linha Azul	%	98,68	99,02	99,13	0,12
Linha Amarela	%	99,12	99,00	99,22	0,22
Linha Verde	%	98,65	99,04	98,87	-0,17
Linha Vermelha	%	99,74	99,66	99,55	-0,11
Na Rede	%	99,02	99,17	99,16	-0,01

1.1.4 Segurança

Em 2010 foram registados 582 incidentes nas estações, menos 12,7% do que no ano anterior, o que se traduz numa ocorrência por cada 3,7 milhões de passageiros transportados.

Esta melhoria resultou das acções encetadas a partir de 2008 para combate a este fenómeno. Não obstante esta melhoria, justificada com a redução do número global de incidentes, observou-se, face a 2009 um aumento do número de incidentes de maior nível de gravidade, fruto da situação conjuntural actual, e que encontrando-se ainda longe dos valores registados em 2008, tem vindo a merecer um acompanhamento constante por parte da Empresa.

Ocorrências na rede ML (roubos e agressões a passageiros)

Nível de Gravidade	2008	2009	2010	Var. % 2010/09
Muito Graves	37	10	16	60,0
Graves	155	82	89	8,5
Pouco Graves	805	575	477	-17,0
Total	997	667	582	-12,7

Analisada a distribuição do número de ocorrências por linha, verifica-se uma maior concentração na linha Azul, nomeadamente nas estações de correspondência, dado tratarem-se de estações com elevado número diário de passageiros.

Os níveis de criminalidade da linha Verde reduziram significativamente, em resultado da entrada em funcionamento, no 2.º semestre do ano de 2010, de Brigadas Móveis.

1.1.5 Marketing, comunicação e imagem

Visando transmitir uma nova visão sobre o ML e os seus serviços, que permita posicionar a imagem da Empresa, e consequentemente a marca ML, como representante de uma oferta de excelente qualidade no sector dos transportes públicos, foram várias as iniciativas desenvolvidas ao longo de 2010, não só pela nossa Empresa, como também em parceria com outras instituições ou organizações, entre as quais se destacam as seguintes:

- Realização em 2010 de um estudo de mercado com o objectivo de obter um melhor conhecimento dos hábitos e necessidades dos nossos clientes, visando através de uma comunicação mais eficiente e consequente adaptação da oferta a novos produtos/serviços, dar a conhecer de uma forma sistemática e sustentada, as qualidades e virtudes do nosso meio de transporte;
- Lançamento do Mobile Site ML, a versão móvel do site do Metro, permitindo o acesso aos utilizadores de telemóveis de uma versão simplificada e optimizada para consulta;
- Participação no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade, na apresentação da nova marca "Transportes de Lisboa" que ocorreu na estação S. Sebastião II, onde estiveram presentes Suas Excelências, o Secretário de Estado dos Transportes, o Presidente da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa e o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Nesta sessão foi ainda apresentado o relançamento do site Transporlis - Sistema de informação multimodal da AML, que resultou da parceria entre vários operadores de transporte público, câmaras municipais, ANA e PT;
- Participação no evento "Rock in Rio", em conjunto com a Carris, CP e Transtejo, com o intuito de promover e incentivar a utilização dos transportes públicos no acesso ao recinto do festival, bem como no "Festival Super Bock em Stock";
- Estabelecimento de novas parcerias, sobretudo de índole cultural com alguns teatros, com o objectivo de oferecer descontos aos portadores do cartão "Lisboa viva";
- Realização do Workshop "Boas Práticas no Tratamento das Reclamações" – promovido pela Inspecção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- Comemorações dos dias festivos: Dia Mundial da Música, Dia Internacional da Mulher, Dia Mundial da Criança, Dia Mundial do Ambiente, Natal no Metro – através de actuações musicais em várias estações e ofertas diversas aos nossos clientes (flores, visitas ao Jardim Zoológico, passeios no comboio de Natal), contando com a participação das mascotes do "Clube Metrox" nas iniciativas orientadas para os mais jovens, com o objectivo de sensibilizar os nossos clientes para a utilização do metro como meio de transporte eficaz, seguro e amigo do ambiente.

Complementarmente, em termos de comunicação interna, 2010 revelou-se um ano bastante dinâmico, tendo-se desenvolvido um conjunto de iniciativas de carácter pioneiro:

- Projecto Mais – Melhorar Através de Ideias Simples – Iniciativa dirigida a todos os colaboradores que premiou as melhores ideias e propostas inovadoras tendo em vista a melhoria de processos e procedimentos e da qualidade do serviço, o aumento da segurança no trabalho e a implementação de práticas de melhoria de eficiência ambiental;
- "Prémio Excelência no Trabalho 2010/11" – Estudo sobre o clima organizacional e o crescimento do capital humano, que analisou as práticas de recursos humanos nas principais empresas portuguesas e no ML;
- Almoço comemorativo do 51.º aniversário do ML – Realizado no espaço oficinal do PMO III, que contou com a presença de mais de mil colaboradores;
- Campanha multi-meios 50 anos – Produção do filme publicitário alusivo ao 50.º aniversário do Metro "50 anos a transportar Lisboa";
- Iniciativa "Venha guiar os comboios... e traga a sua família", dirigido a todos os colaboradores do ML, familiares e reformados, que proporcionou visitas às oficinas do PMO III e a condução de um comboio nas vias de ensaio.

1.1.6 Relações internacionais

A actividade internacional do ML em 2010 foi condicionada pelas medidas de contenção de custos decididas pelo CA, atenta à conjuntura económico-financeira, competindo às Relações Internacionais capitalizar as sinergias desta participação.

Em termos de representação externa, foi dada primazia às responsabilidades assumidas pela Empresa nos órgãos directivos das organizações internacionais a que pertence, nomeadamente nas direcções da UITP e da ALAMYS, e na presidência do Grupo Nova de benchmarking de metros.

No âmbito da UITP
– União Internacional dos Transportes Públicos:
O PCA representou o ML nas celebrações dos 125 anos da fundação da UITP, que tiveram lugar em Setembro, em Bruxelas, onde também assistiu à reunião do Comité de Direcção (Policy Board) na qualidade de membro português.
Para além de participar em cinco comissões temáticas e nos cinco subcomités especializados da Divisão de Metros, a Empresa assegurou ainda a presidência da Assembleia de Metros, assim como a representação do sector nacional dos transportes públicos no Comité União Europeia. O ML foi também convidado a integrar a Plataforma "Design e Cultura", reactivada em 2010 sob a liderança da RATP de Paris.
Em termos de reuniões internacionais organizadas pelo ML, reuniram em Lisboa o Comité de Metros, em Fevereiro, e o Subcomité de Finanças e Comércio, em Maio, da Divisão de Metros da UITP, envolvendo cerca de trinta participantes oriundos de vinte metropolitanos, que tiveram oportunidade de conhecer em detalhe o sistema de transportes de Lisboa, em particular a rede do ML e as obras de expansão em curso.

No âmbito da ALAMYS
– Associação Latino-Americana de Metropolitanos:
O ML participou na 15.ª Reunião Intermédia dos Comités Técnicos, onde foram tratados temas de operação, manutenção, gestão e planeamento, que teve lugar no mês de Junho, em São Paulo.
Na mesma ocasião, o representante do ML foi também convidado a apresentar uma comunicação versando a "Sustentabilidade como Directriz Estratégica no Metro de Lisboa", no âmbito da 5.ª Semana Metrô do Meio Ambiente, organizada pelo Metro de São Paulo.
Em Novembro, o ML esteve presente em Valência, Espanha, na XXVI Assembleia Geral e na reunião do Comité de Direcção, onde participou em representação do PCA, exercendo os direitos de intervenção, de discussão e de voto que lhe cabem enquanto 2.º Vogal da Direcção da ALAMYS.

No âmbito do Grupo NOVA de benchmarking de metros:
Completou-se em Setembro a presidência do Grupo NOVA para o biénio 2009-2010, tendo sido recebidas expressões de apreço relativamente à condução das reuniões sob a responsabilidade da Empresa, onde foram gerados consensos em matérias difíceis e cumpridos os objectivos planeados, visando imprimir uma dinâmica de consolidação e recentramento no "core business" do benchmarking, nomeadamente os KPI (Indicadores-chave de Desempenho) e os Estudos de Caso seleccionados pelos membros.
Em Novembro, teve lugar a reunião interna de reflexão estratégica sobre os KPI 2009, envolvendo o CA e a Alta Direcção, seguido do 4.º Seminário Anual do Benchmarking aberto aos quadros dirigentes do ML, pretendendo-se desenvolver o projecto de forma transversal e participada, e com isso favorecer a sua adopção pela empresa.

Em termos de projectos internacionais:

- **MODSAFE** – Trata-se de um projecto co-financiado pela EU visando a definição dos requisitos de segurança do transporte urbano ferroviário, para aplicação nas redes de metro. O ML está inserido na respectiva "Network of Operators", um grupo de operadores externos ao projecto a quem é facultado o acesso na fase de elaboração de documentos e, eventualmente, a capacidade de propor alterações. O ML encontra-se representado nesta rede de operadores por quadros da Gestão da Manutenção e da Gestão de Infra-estruturas, tendo participado em duas reuniões em 2010.

- **WORKING GROUP 40 (WG40)** – Os resultados dos projectos de iniciativa europeia designados UGTMS e ModUrban para a compatibilização de sistemas de sinalização, encontram-se em processo de integração e desenvolvimento pela Comissão Electrotécnica Internacional (IEC) no âmbito do designado WG40 relativo a aplicações ferroviárias, visando obter uma norma a nível mundial que possa ser aplicada a novas linhas, assim como extensões e renovações de equipamentos. O ML está representado por quadros da Gestão da Manutenção e da Gestão de Infra-estruturas, tendo estado presente numa reunião em Setembro.

- **"National Focal Points" sobre Segurança nos Transportes Urbanos** – Iniciativa da UE com o objectivo de promover a troca de experiências e boas práticas no combate ao terrorismo nos transportes, visando envolver os Estados-membros nesta problemática e sistematizar procedimentos, a difundir a partir de 'Pontos Focais Nacionais' que canalizam a informação nos dois sentidos. O IMTT assumiu a representação nacional, tendo delegado nas empresas a participação em grupos de trabalho. Em 2010, o ML participou nos grupos de trabalho sobre "Medidas Organizacionais e Gestão de Incidentes" e "Vigilância e Detecção", sendo representado pela Autoridade de Segurança que assegurou a presença em três reuniões.

Visitas de delegações internacionais:

O ML prosseguiu a sua política tradicional de acolhimento de visitantes estrangeiros, com destaque para as delegações dos operadores de transportes de Paris, São Paulo, Queensland, Dublin, Tunis, Tóquio e, ainda, da Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro, do Instituto Diplomático, de universidades estrangeiras, entre outras. Tendo mobilizado cerca de cem visitantes, registámos diversos testemunhos de apreço sobre as capacidades do Metro e a forma como foram recebidos.

1.2 Recursos humanos

Ao nível da Gestão de Recursos Humanos, não obstante as fortes medidas de contenção da massa salarial que levaram a Empresa a não proceder à actualização das tabelas salariais e todas as cláusulas de expressão pecuniária existentes nos dois Acordos de Empresa, foi possível, ainda assim, proceder, no 1.º Semestre de 2010, à assinatura, depósito e publicação da revisão dos dois Acordos, com pequenos ajustamentos no seu clausulado, do qual se destaca a vigência dos mesmos até 31 de Dezembro de 2015.

Foi suspensa a discussão com as Associações Sindicais relativas à regulamentação geral do novo modelo de manutenção, o qual prevê uma alteração significativa das categorias profissionais que actualmente integram a carreira da manutenção, dadas as restrições impostas pelos sucessivos Planos de Estabilidade e Crescimento e pelo Orçamento do Estado para 2011.

Optando-se por internalizar a função de fiscalização das obras no seio da Empresa, procedeu-se à contratação de um conjunto de colaboradores temporários, através da celebração de contratos de trabalho a termo e contratos de cedência temporária de pessoal oriundo da Ferconsult, empresa integralmente detida pelo ML, o que originou um aumento do quadro de efectivos inicialmente previsto para 2010 e consequente acréscimo de custos com o pessoal.

1.2.1 Efectivo

Em 2010 registaram-se 62 entradas e 34 saídas de colaboradores, originando um aumento do efectivo em cerca de 2,2%.

A grande maioria das entradas diz respeito a recursos para a área de fiscalização de obra, com vínculo a termo ou contratos de cedência temporária, bem como um aumento de efectivo derivado da criação da área de Contratação e *Procurement*.

O reforço do peso relativo das "restantes áreas" no total ficou ainda a dever-se à integração, na área de Marketing, Comunicação e Imagem, da função de resposta a reclamações, anteriormente integrada na EC, com a consequente transferência de trabalhadores para a primeira.

Relativamente às saídas, as mesmas aconteceram maioritariamente por reforma, tendo-se acordado a saída de nove colaboradores por reforma antecipada.

Esta movimentação permitiu dar continuidade ao processo de renovação, bem como consolidar as melhorias de produtividade registadas nos últimos anos, tendo-se actuado no sentido de dar cumprimento ao quadro previsional de efectivos das várias áreas, à excepção da área de Gestão de Infra-estruturas, pelas razões já invocadas.

1.2.2 Custo do factor trabalho [1]

O acréscimo de custos do factor trabalho em 2010 resultou, essencialmente, da dinâmica inerente ao sistema de progressão na carreira, decorrente da avaliação do desempenho de 2009, bem como da necessidade de contratação temporária de meios de fiscalização, que fortemente contribuiu para um número de efectivos em 2010 superior ao valor homólogo de 2009.

1.2.3 Evolução do pessoal inactivo e responsabilidade social

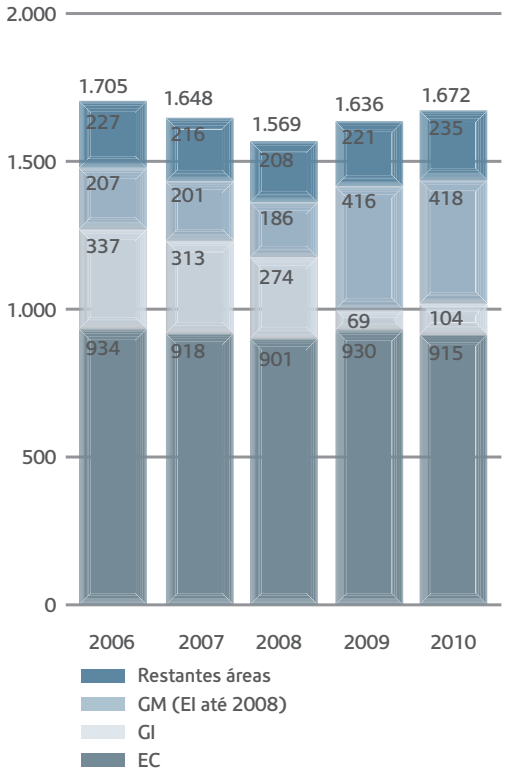
As responsabilidades sociais históricas emergentes dos Acordos de Empresa, nomeadamente o pagamento pela Empresa de complementos às pensões de reforma e de sobrevivência, determinam um expressivo e preocupante custo, agravado pelo elevado número acumulado de reformados por antecipação.

No final de 2010, o ML integrava um efectivo total de 3.033 pessoas, 1.672 efectivos activos e 1.361 inactivos, dos quais 1.132 se encontravam em situação de reformados (81 por invalidez, 405 por velhice e 646 por reforma antecipada) e 229 em regime de pensionistas. A redução do número de reformas, nos seus vários motivos, principalmente por antecipação da idade de reforma, leva a que, pela primeira vez em 2010, se constata um decréscimo no número de reformados.

O valor actual das responsabilidades com serviços passados (V.A.R.S.P.) registou, no final de 2010, 229.032 m€ (+1,8% em relação ao ano anterior), atingindo o valor do V.A.R.S.P. *per capita* 75,5 m€, sendo em 2009 de 75,4 m€.

[1] Expurgado dos custos com pessoal: complementos de pensões, pré-reformas, incentivos à reforma, fundo de pensões e estudo actuarial.

Efectivo a 31 de Dezembro

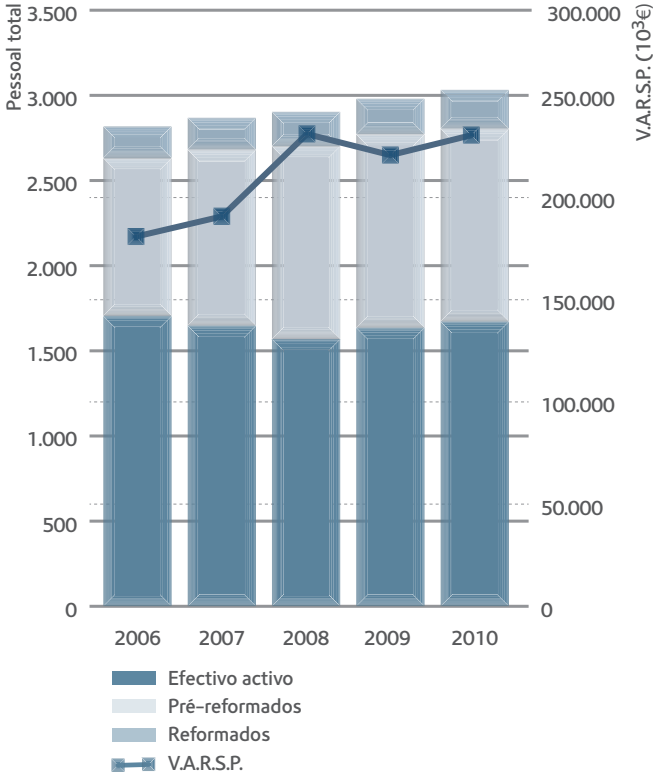


Sistema de Normalização Contabilística

		2006	2007	2008	2009	2010	Var. 2010/09
Custo factor trabalho	10³ €	66.363	67.411	66.501	72.725	75.440	3,7%
Custo factor trabalho / Efectivo médio	10³ €	38,991	40,905	42,385	44,453	45,120	1,5%
Custo factor trabalho / Gastos operacionais	%	43,7%	44,7%	43,0%	34,0%	30,6%	-10,0%
Custo factor trabalho / Gastos totais	%	27,9%	27,6%	26,4%	27,1%	24,3%	-10,4%

		2006	2007	2008	2009	2010	Var. 2010/09 Abs.	Var. 2010/09 %
Pessoal total	Pessoas	2.884	2.887	2.912	2.981	3.033	69	2,4%
Pessoal inactivo	Pessoas	1.179	1.239	1.343	1.345	1.361	16	1,2%
Pré-reformados	Pessoas	26	18	8	0	0	0	-
Reformados	Pessoas	967	1.033	1.133	1.135	1.132	- 3	-0,3%
Pensionistas	Pessoas	186	188	202	210	229	19	9,0%
Efectivo activo / Pessoal inactivo	Pessoas	1,45	1,33	1,17	1,22	1,23	0,01	1,0%
V.A.R.S.P.	10³ €	183.336	191.868	233.920	224.882	229.032	4.150	1,8%
V.A.R.S.P. / Pessoal total	10³ €	63,570	66,459	80,330	75,438	75,513	0,075	0,1%

Evolução do pessoal total e responsabilidade social



1.2.4 Sinistralidade laboral

Em 2010 houve uma redução do número total de acidentes registados nas actividades de exploração e manutenção, embora o número de dias perdidos tenha tido uma variação mínima face a 2009, o que implicou um aumento do número médio de dias perdidos por acidente de 65 para 77 dias.

Relativamente aos acidentes registados nos empreendimentos em que o ML é dono de obra, em 2010 verificaram-se decréscimos, quer no número médio de trabalhadores em obra, quer no volume de homens-hora trabalhadas de 44,5% e 43,9%, respectivamente.

Os índices de incidência e de frequência registaram também decréscimos, face ao ano anterior, em sequência da redução de cerca de 52% no número de acidentes nos empreendimentos. O ano de 2010 ficou marcado pelo decréscimo dos índices de acidentabilidade, apesar do aumento significativo do número de trabalhadores em obra.

Contudo, há a lamentar a ocorrência de um acidente mortal na obra de expansão da linha Vermelha, o que não ocorria desde 1997. Nos termos dos Regulamentos aplicáveis, este acidente traduz-se em 7.500 dias perdidos, fazendo disparar o índice de gravidade global.

Acidentabilidade Laboral	2006	2007	2008	2009	2010	Var. % 2010/09
Acidentes	97	97	112	101	85	-15,8%
Dias perdidos	3.649	4.006	4.900	6.560	6.545	-0,2%
Índice de Duração	37,6	41,3	43,8	65,0	77,0	18,6%
Índice de Incidência	49,35	49,26	62,58	55,25	46,65	-15,6%
Índice de Frequência	31,12	30,77	38,52	34,47	29,80	-13,5%
Índice de Gravidade	1,35	1,48	1,93	2,54	2,50	-1,6%

Sinistralidade nos Empreendimentos do ML	2007	2008	2009	2010	Var. % 2010/09
Acidentes	61	50	33	16	-51,5%
Dias perdidos	1.539	1.071	1.057	8.259	681,4%
Índice de Duração	25,2	21,4	32,0	516,2	1511,6%
Índice de Incidência	6,41	3,97	2,15	1,88	-12,6%
Índice de Frequência	24,05	20,42	11,81	10,20	-13,6%
Índice de Gravidade	606,72	437,38	378,18	5.267,37	1292,8%

Sinistralidade por linha 2010	N.º médio de trabalhadores	Homens-hora trabalhadas	Acidentes	Dias perdidos	Índice de Duração	Índice de Incidência	Índice de Frequência	Índice de Gravidade
Linha Azul	1.059	209.066	4	22	5,50	3,78	19,13	105,23
Linha Amarela	66	11.616	0	0	-	-	-	-
Linha Verde	361	60.166	0	0	-	-	-	-
Linha Vermelha	5.872	1.065.377	8	8.215	1.026,88	1,36	7,51	7.710,89
Interface do Terreiro do Paço	1.139	221.730	4	22	5,50	3,51	18,04	99,22
Total	8.497	1.567.955	16	8.259	516,19	1,88	10,20	5.267,37

1.2.5 Absentismo

Em 2010, confirmou-se a tendência de agravamento da taxa de absentismo verificada em 2009, atingindo valores significativamente elevados (9,6%).

Consequentemente, de modo a inverter esta tendência, a Empresa lançou em 2010 um projecto que visa a redução do absentismo, através da avaliação das principais causas para poderem ser tomadas medidas com consequentes benefícios para os colaboradores. Já em 2011 foi aprovado um pacote de medidas de monitorização do absentismo, de prevenção e de gestão de recursos humanos.

1.2.6 Trabalho suplementar

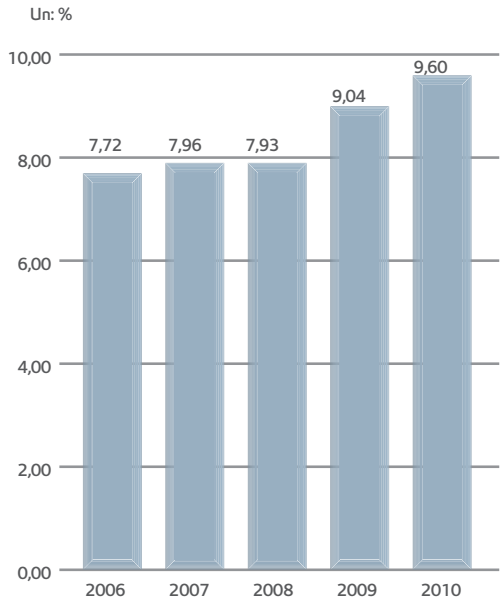
Ao nível do trabalho suplementar, atendendo aos limites legais fixados e à política contínua de contenção do mesmo, foram atingidos em 2010 níveis históricos, passando-se de 65.137 horas em 2009 (40,43 h de trabalho suplementar por efectivo médio) para 42.660 em 2010 (25,11 h de trabalho suplementar por efectivo médio).

1.2.7 Formação

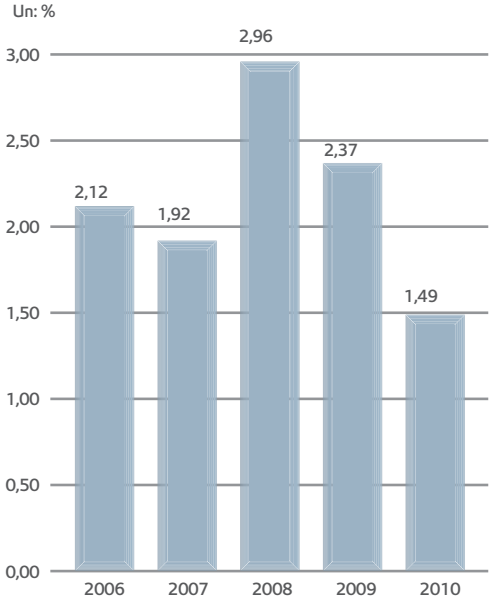
Em 2010 registou-se uma acentuada redução no volume de horas de formação do seu efectivo.

Esta variação prende-se com a redução acentuada da formação na vertente técnica e com a conclusão do processo de formação da nova categoria de Operador Comercial.

Taxa de absentismo



Taxa de trabalho suplementar



Formação	2006	2007	2008	2009	2010	Var. % 2010/09
Acções	287	326	199	220	240	9,1%
Participações	1.320	1.775	957	1.300	1.088	-16,3%
Horas	23.297	16.879	24.192	40.407	10.993	-72,8%
Custos (10^3 €)	342	437	230	303	127	-58,1%
Horas / Efectivo médio	13,7	10,0	15,4	25,1	6,6	-73,8%

1.3. Recursos materiais e tecnológicos

A Direcção Operacional de Gestão da Manutenção (GM), criada em 2009, abarca a manutenção das infra-estruturas e do material circulante. A sua actividade caracteriza-se pela execução de intervenções de manutenção preventiva e correctiva de equipamentos e pela actualização dos planos de manutenção e dos procedimentos de trabalho a ele associados.

1.3.1. Material circulante e infra-estruturas

O Parque de Material Circulante mantém-se inalterado desde 2003, sendo composto por 338 carruagens, das quais 225 são motoras e 113 são reboques.

No âmbito das actividades da Manutenção do Material Circulante é de referir em 2010:

- A conclusão da substituição das caixas de engrenagem da frota ML 95, ML 97 e ML 99, o que permitiu, desde então a utilização plena de toda a frota[2], assim como os meios humanos disponíveis para se retomar os programas de manutenção regulares. Esta substituição das caixas de engrenagem, que decorreu entre Julho de 2004 e Dezembro de 2010, originou uma imobilização média de cerca de 5%;
- A conclusão da instalação do sistema de radiocomunicações SIRESP no material circulante.

Conforme se poderá observar no quadro seguinte, em 2010 verificou-se uma evolução favorável dos principais indicadores da manutenção do material circulante, quer ao nível da disponibilidade, quer ao nível da fiabilidade, medida através da quilometragem média entre falhas[3] que melhorou 7,3% em 2010, relativamente ao ano anterior.

Indicador		2008	2009	2010	Var. % 2010/09
Disponibilidade do Material Circulante	%	88,02	85,48	88,22	2,74
MKBF – Quilometragem média entre falhas	km	13 466	12 982	13 932	7,32

No que respeita às actividades da Manutenção de Infra-estruturas destaca-se:

- O início da auditoria energética às estações da rede ML, trabalho que ainda está em curso;
- A conclusão da 3.ª fase de eliminação dos pinos da sinalização;
- O lançamento do contrato de manutenção completa para os transportadores mecânicos – escadas e tapetes mecânicos, e elevadores da rede ML;
- A contratação externa da manutenção do Sistema de Iluminação das estações;
- A contratação externa da manutenção de UPS;
- A revisão de todos os contratos de prestação de serviços de manutenção em curso no que se refere aos procedimentos de segurança aplicáveis;
- A criação das Notas de Avaria do tipo I4 e I5, visando classificar as causas de falha dos equipamentos da infra-estrutura e calcular os indicadores de fiabilidade e disponibilidade das infra-estruturas da Rede Metro;
- A recolha, catalogação, inventariação e promoção de integração em armazém (feito pelo CPC) de materiais dos órgãos da Direcção de Manutenção de Infra-estruturas da GM;
- A consolidação das estruturas analíticas da nova estrutura da GM com a inclusão dos departamentos de manutenção de infra-estruturas.

1.3.2 Gestão de projectos, estudos e desenvolvimento

No âmbito das actividades da **GIE – Gestão de Projectos e Infra-estruturas**, evidencia-se o seguinte:

Sinalização:

- Adaptação dos procedimentos de Homogeneização dos Westraces de forma a minimizarem as interferências na exploração do Metropolitano de Lisboa;
- Ensaios lógicos de Homogeneização dos Westraces;
- Verificação e correcção de funcionalidades de Train Descriver no CTC.

Instalação e colocação em serviço na Empresa dos equipamentos e sistema necessários à implementação das comunicações rádio privativas do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), sendo de salientar as seguintes acções:

- Conclusão da instalação e ensaios dos equipamentos rádio móveis e portáteis em todas as unidades do material circulante;
- Realização de testes e ensaios de comunicações e de mensagens com os comboios a partir das consolas do centro de despacho (PCC) da Avenida Sidónio Pais;
- Realização de acções de formação de operação e de manutenção técnica dos rádios.

[2] Exceptua-se duas unidades triplas protótipo em fase de remodelação de interiores.

[3] O valor da quilometragem média entre falhas é calculado com base nas falhas em carruagens (sem vandalismos e outros motivos) ocorridas em exploração.

Plano Nacional de Promoção das Acessibilidades (PNPA):
Foi dado seguimento aos procedimentos de concursos públicos para dotar as estações Colégio Militar e Baixa-Chiado de plena acessibilidade, respectivamente, Emp.ª ML 684/09 e Proc. 242/08-GJC, publicados em Outubro de 2009.
Foi também realizado o procedimento de concurso público para a prestação de serviços de Fiscalização para os referidos processos.

Relativamente aos projectos para garantia de acessibilidade a pessoas de mobilidade reduzida às estações existentes do Metropolitano de Lisboa, refere-se o seguinte:

- Foi concluída a 1.ª fase de intervenção na estação Campo Grande e preparado o respectivo procedimento de concurso;
- Em desenvolvimento os projectos de execução para as estações Entre Campos e Cidade Universitária. Foram iniciados os contactos com a Câmara Municipal de Lisboa e a Reitoria da Universidade de Lisboa com vista à obtenção de aprovação dos projectos;
- Em desenvolvimento o ante-projecto para as estações Praça de Espanha e Avenida;
- Em fase de consolidação de Estudo Prévio, ao nível das áreas internas da empresa, as soluções a adoptar para as estações Jardim Zoológico, Alto dos Moinhos e 2.ª fase de intervenção na estação Campo Grande.

No âmbito das actividades da **GID – Estudos e Desenvolvimento**, destaca-se a:

- Coordenação dos trabalhos da auditoria energética realizada ao PMO II e PMO III com vista à certificação energética dos edifícios e de qualidade do ar interior; análise dos relatórios de gestão de consumos intensivos (SGCIE), dos planos de manutenção preventiva e dos planos de racionalização de energia;
- Conclusão do estudo de mitigação dos riscos de acidente com pessoas (tripulantes de comboios) no término de inversão de Odivelas devido à incorrecta inserção dos cais de inversão;
- Participação no grupo de trabalho da racionalização da iluminação das estações e na análise de dispositivos economizadores de energia de iluminação e de melhoria da eficiência energética da iluminação de estações;
- Participação em acção do projecto CATCH (redução de emissões de CO_2 nas cidades) e do projecto Gestor Remoto da e-Nova (agência ambiental da CML);
- Análise e apresentação das conclusões ao Metro Sul do Tejo do estudo de medidas atenuadoras dos riscos de atropelamento (estudo de novos diagramas de marcha com redução de velocidade em pontos críticos);
- Análise de projectos, acompanhamento e supervisão dos processos de interferências de obras de terceiros junto de infra-estruturas edificadas do ML, destacando-se pela sua importância as alterações na estação Oriente para ampliação da gare do Oriente pela RAVE.

Un: milhares kWh

Consumo de energia	2008	2009	2010	Var. % 2010/09
Tracção	48.086	51.996	57.102	9,82
Serviços complementares e apoio	48.471	48.633	48.228	-0,83
Outros consumos	4.079	5.255	6.453	22,80
Total	100.636	105.884	111.783	5,57

Indicadores de consumo de energia	2008	2009	2010	Var. % 2010/09
Tracção / Lugar x km	0,012	0,012	0,012	0,39
Tracção / Passageiro x km	0,058	0,063	0,066	5,12
Total / Lugar x km	0,025	0,025	0,024	-3,50
Total / Passageiro x km	0,120	0,128	0,129	1,05

1.3.3 Energia

Atendendo ao aumento da oferta verificado em 2010 face a 2009, em resultado da entrada em exploração do prolongamento da linha Vermelha a S. Sebastião e início da operação desta mesma linha com comboios compostos por seis carruagens, verificou-se um acréscimo no consumo de energia de tracção de 9,82%.

A variação do consumo dos "serviços complementares" e de "outros consumos", resultou da atribuição em 2010, do consumo efectivo de todos os painéis publicitários à componente "outros consumos", em 2009 atribuído aos "serviços complementares".

1.3.4 Sistemas e tecnologias de informação

Para além da actividade contínua e permanente de manutenção preventiva e correctiva dos sistemas em exploração no ML, foram desenvolvidas ao longo de 2010, melhorias e/ou benefícios em três áreas específicas:

Ao nível da implementação de melhorias funcionais em diversos sistemas do ML

- **No Portal:** implementação de inquéritos electrónicos; formulário de inventário das estações, disponibilização do recibo de vencimento, upgrade do cumulus;
- **Novas funcionalidades do Site ML:** Desenvolvimento da nova funcionalidade Mobile Phone, criação de banners e passatempos, integração com informação de contratação pública; desenvolvimento de mini-sites (maratona fotográfica do ML);
- **Melhorias diversas no módulo PM e MM:** No que se refere a outros módulos SAP, salienta-se a implementação do Processo Gestão de Stocks, melhorias na aplicação dos fardamentos, gestão de materiais, indicador de quantificação de falhas e cálculo de MKBF, desenvolvimento de funcionalidade "fotografia" da Análise da Manutenção Programada e melhorias no processo de registo das despesas por Fundo de Maneio;
- Desenvolvimento de novos indicadores de estado de canais e de passageiros envolvidos em incidentes ou acidentes, "Repetitibilidade de falhas" no âmbito do BW.

Na implementação de projectos

- Implementação das integrações do "sistema PLAGO" com os sistemas de informação do ML (Teleponto, SAP ECC e BW);
- Reestruturação estratégica do sistema de Planeamento e de Manutenção;
- Captura de facturas;
- Projecto "Património Artístico".

Estudo/análise para a implementação de projectos

- Elaboração de especificações técnicas e funcionais e das respectivas peças processuais para a implementação dos seguintes projectos: Sistema de Normalização Contabilística, Auditoria aos níveis de segurança dos Sistemas de Informação, Renovação do Sistema de Storage;
- Estudo e análise de funcionalidades a implementar para os projectos: Reformulação do Portal e Avaliação de Fornecedores.

1.4 Expansão da rede

No âmbito do plano de expansão da rede, o ML tem actualmente em execução duas importantes extensões da sua rede, a da linha Azul à Reboleira e a da linha Vermelha ao Aeroporto.

Com a sua concretização, estimada para 2013, o Metropolitano disponibilizará mais 4,5 km de rede, servidos por quatro novas estações e duas importantes interfaces, a primeira na Reboleira, com a linha ferroviária de Sintra e transporte público rodoviário, e uma segunda no Aeroporto Internacional de Lisboa.

Complementarmente foram desenvolvidos os trabalhos em curso na Interface Terreiro do Paço.

Trabalhos desenvolvidos em 2010

Prolongamento da linha Azul – Amadora Este/Reboleira

O prolongamento da linha de Metro à Reboleira reveste-se de especial importância, enquanto promotor da intermodalidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML), permitindo criar uma nova interface entre a linha de Sintra da CP e a linha Azul do ML.

Com conclusão prevista para 2013, estima-se que esta estação venha a servir cerca de 4 milhões de passageiros por ano, que diariamente necessitam de se deslocar neste importante eixo da AML.

Consignada a empreitada de toscos em Agosto, em 2010 ficaram concluídos os trabalhos de escavação e execução das estruturas internas da estação, encontrando-se o acesso Poente à mesma também concluído.

Quanto ao acesso Nascente, após conclusão dos trabalhos da contenção periférica, aguarda-se pela conclusão das estruturas internas para que sejam finalizados os trabalhos.

Relativamente aos túneis e poço de ventilação, após finalização dos trabalhos de escavação, deu-se início aos respectivos revestimentos secundários.

Prolongamento da linha Vermelha – Oriente/Aeroporto

No dia 16 de Dezembro de 2010, foi realizada vistoria técnica com o Empreiteiro, de modo a identificar as reparações a executar, com vista à recepção provisória da empreitada de toscos.

Em 9 de Julho de 2010 procedeu-se à consignação da empreitada de "Execução dos Acabamentos e Instalações Especiais da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto", tendo-se desenvolvido ainda no corrente ano:

- Nas estações Aeroporto e Moscavide, à execução de acabamentos, montagem de esteiras, cabos e quadros, assim como condutas e equipamentos de ventilação principal, ventilação secundária e bombagem;
- Na estação Encarnação, os trabalhos de revestimentos de paredes e pavimentos, encontrando-se em fase de montagem os tubos e esteiras de baixa tensão e telecomunicações, assim como as condutas de bombagem.

Decorrem actualmente os trabalhos de instalação de manta anti-vibrátil e via-férrea, consignados em Setembro e Dezembro de 2010, respectivamente.

Prolongamento da linha Vermelha – Alameda II/S. Sebastião II

Ainda no âmbito do prolongamento da linha Vermelha Alameda/S. Sebastião, a operar desde Agosto de 2009, encontram-se em curso os trabalhos de reposição da superfície envolvente às estações Saldanha e S. Sebastião, onde se inclui o novo reordenamento da Av. Duque d' Ávila e da Rua Marquês da Fronteira, bem como o reperfilamento da Av. da República.

	Rede Actual			Em execução		Rede Futura		
Linhas	N.º estações	km de rede	Prolongamento	N.º estações	km de rede	Entrada em exploração	N.º estações	km de rede
Amarela	13	11,0	–	–	–	–	13	11,0
Azul	17	12,9	Amadora Este / Reboleira	1	0,9	2013	18	13,8
Verde	13	8,9	–	–	–	–	13	8,9
Vermelha	9	6,8	Oriente / Aeroporto	3	3,6	2012	12	10,4
Rede actual	52	39,6		4	4,5	Rede futura	56	44,1

Remodelação das estações da linha Verde

No decurso de 2010, no referente à empreitada de "Remodelação e ampliação da estação Areeiro", consignada em Agosto de 2009, procedeu-se à execução dos trabalhos de desvio de infra-estruturas, de modo a permitir o início da construção do novo átrio Sul.

Ao nível das estações Alvalade e Roma, recentemente remodeladas, foram de igual modo concluídos os arranjos exteriores das zonas envolventes às estações.

No âmbito das restantes estações da linha Verde – Anjos, Arroios e Intendente –, foram desenvolvidos os respectivos projectos de remodelação / ampliação, fundamentais para que a exploração da linha Verde se possa vir a realizar com comboios com seis carruagens, e não com quatro, como actualmente se verifica.

Interface do Terreiro do Paço [4]

Concluídos em Abril de 2009 os trabalhos de instalação dos cinco pontões (dois dos quais já em exploração pela Transtejo/Soflusa) e do sistema de atenuação das ondas do rio, procedeu-se no final de 2009 à consignação da empreitada de ampliação do Terminal Fluvial.

Em 2010 foram assim executados trabalhos de fundações e estruturas, dando-se início aos acabamentos e instalações especiais do terminal fluvial com a execução das escadas mecânicas de interligação entre este e a estação Terreiro do Paço.

[4] Em execução pelo ML por conta de terceiros (Transtejo).

1.5. Investimentos

Em termos de gastos de investimentos totais a execução situou-se em 89,1 milhões de euros conforme quadro abaixo:

Un: €

	FBCF Formação Bruta de Capital Fixo	ICT Investimento a Custos Técnicos	DI Despesa de Investimento
A – ILD's	83.993.422	87.163.972	90.858.371
Em curso	74.918.860	74.918.860	78.314.969
Extensão Alameda / S. Sebastião	13.842.415	13.842.415	15.168.799
Extensão Oriente / Aeroporto	37.629.081	37.629.081	39.403.367
Extensão Amadora Este / Reboleira	23.447.364	23.447.364	23.742.804
Novos	256.428	256.428	283.079
Extensão S. Sebastião / Campolide	256.428	256.428	283.079
Extensão Rato / Alcântara	0	0	0
Outros	8.818.133	8.818.133	9.089.772
Interface do Terreiro do Paço	759.942	759.942	759.942
Interface do Cais do Sodré	278.381	278.381	278.381
Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade	324.414	324.414	325.145
Remodelação da linha Azul	2.392.029	2.392.029	2.415.120
Remodelação da linha Amarela	1.258.195	1.258.195	1.258.380
Remodelação da linha Verde	2.600.893	2.600.893	2.789.821
Remodelação da linha Vermelha	12.021	12.021	12.021
Remodelação da Rede – Outros	1.149.759	1.149.759	1.208.463
ATP/ATO	42.500	42.500	42.500
Autoinvestimento	0	3.170.550	3.170.550
B – ML	1.972.522	1.972.522	2.038.667
Parques de Material e Oficinas	212.702	212.702	212.702
Material circulante	0	0	0
Equipamentos e outros	861.721	861.721	914.464
Investimentos correntes	898.100	898.100	911.501
Autoinvestimento	0	0	0
Investimento total	85.965.944	89.136.494	92.897.038

Un: €

Investimento	2009	2010	Var. %
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	153.760.762	85.965.944	-44,09
Custos Técnicos (ICT)	157.590.551	89.136.494	-43,44
Despesas de Investimento (DI) – inclui custos financeiros	161.891.695	92.897.038	-42,62

Dos 89,1 milhões de euros de investimentos a custos técnicos, realizados no ano de 2010, cerca de 98%, o equivalente a 87,2 milhões de euros, em infra-estrutura de longa duração (ILD's).

O Plano de Expansão da Rede evoluiu ao longo do ano, salientando-se os projectos que mais contribuíram para o valor dos investimentos em ILD's:

- Extensão Oriente / Aeroporto 37,63 milhões de euros
- Extensão Amadora Este / Reboleira 23,45 milhões de euros
- Interface do Cais do Sodré 0,28 milhões de euros
- Interface do Terreiro do Paço 0,76 milhões de euros
- Remodelação das estações 7,41 milhões de euros

De referir ainda os investimentos de conclusão do projecto Alameda/S. Sebastião de 13,8 milhões de euros, ainda que esta extensão tenha entrado ao serviço de passageiros no ano anterior.

Por outro lado o investimento em bens ML, situou-se apenas em 1,97 milhões de euros, concentrados essencialmente nas rubricas "Equipamentos e outros" (0,86 milhões de euros) e "Investimentos correntes" (0,90 milhões de euros).

De modo constante o ML continua a imputar ao imobilizado em curso os gastos financeiros resultantes dos financiamentos, tendo capitalizado 3,76 milhões de euros no exercício de 2010, elevando a Despesa de Investimento global para 92,9 milhões de euros.

2.
Governo da sociedade

Nos termos do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (SEE), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, e nos princípios do bom governo das empresas do SEE, aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, o ML tem vindo a ajustar os níveis de informação de forma a dar cumprimento aos requisitos a que está obrigado, nomeadamente incluindo um capítulo próprio relativo ao governo da sociedade no seu Relatório e Contas.

O ML cumpre, através da informação disponível no seu site (www.metrolisboa.pt), no site do SEE (www.dgtf.pt), no Portal do SIRIEF e no Portal da empresa, bem como nos demais documentos enviados para a Tutela, sempre que solicitado, o respeito essencial dos preceitos relacionados com o cumprimento dos princípios do bom governo, das obrigações de informação decorrentes do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado e das normas do Estatuto do Gestor Público.

2.1 Missão, objectivos e políticas da Empresa

Missão

Prestar um serviço de transporte público de passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

Objectivos

Com base nas metas fixadas para 2009 no Despacho Conjunto da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças e da Secretaria de Estado dos Transportes, de 15 de Julho de 2009, que estabelecem as orientações estratégicas e objectivos anuais para o mandato 2009-2011, o ML procedeu à análise do cumprimento dos objectivos de gestão então definidos, tendo alavancado um valor superior a 100%.

				2010		
	Componentes	unidade	peso	meta	verificado	objectivo
	Eficiência [5]		45%			43,52%
1	EBITDA (antes de IC's)	10^6 €	5%	≥ -56,4	-58,7	4,80%
1	EBITDA (após IC's)	10^6 €	5%	≥ -32,1	-32,2	4,98%
2	Custos operacionais totais	10^6 €	6%	≤ 169,0	166,7	6,33%
3	Cobertura dos custos operacionais pelos proveitos operacionais	%	10%	≥ 68,9	65,3	9,47%
4	Volume de negócios proveniente de tarifas de transporte	10^6 €	6,25%	≥ 63,0	59,1	5,86%
5	Volume de negócios proveniente de actividades acessórias	10^6 €	6,25%	≥ 5,7	5,0	5,45%
6	Custos operacionais por passageiro x km	10^{-3} €	6,25%	≤ 0,204	0,193	6,62%
	Cumprimento do plano de investimentos em ILD's		20%			21,39%
7	Realização do plano de investimentos	%	10%	≥ 60	62	10,33%
8	Realização do PIDDAC	%	5%	≥ 100	100	5,00%
9	Acréscimo de endividamento	10^3 €	5%	≤ 224.000	184.994	6,05%
	Pagamentos		4%			4,04%
10	Prazo médio de pagamento a fornecedores	dias	4%	≤ 55,5	55,0	4,04%
	Serviço e qualidade		28%			30,11%
11	Passageiros x km	10^6	5%	≥ 830	866	5,22%
12	Lugares x km	10^6	5%	≥ 4.252	4.673	5,50%
13	Regularidade do serviço	%	5%	≥ 98	99	5,05%
14	Fiabilidade	km	5%	≥ 7.000	7.426	5,30%
15	Índice de Satisfação do Cliente	n.º índice	8%	≥ 6,70	7,57	9,04%
	Ambiente		3%			2,95%
16	Eficiência energética	kWh	3%	≤ 0,127	0,129	2,95%
	Cumprimento dos Objectivos		100,00%			102,00%

5 O cumprimento dos objectivos 1 a 6 foi aferido de acordo com as normas do plano oficial de contabilidade.

Políticas da Empresa
O ML visa prosseguir as seguintes políticas:

- **Inovação e Desenvolvimento**
  Procura contínua de novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente.

- **Responsabilidade**
  - Ambiental: ao nível do rendimento energético e da garantia da protecção ambiental, decorrentes da actividade desenvolvida;
  - Social: ao nível da mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa;
  - Económica: garantia da sustentabilidade da empresa, numa perspectiva empresarial e laboral.

- **Qualidade**
  Através da criação de valor e utilidade do serviço ao cliente.

- **Rigor e Integridade**
  - Promoção de práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental;
  - Cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança.

- **Competência e Segurança**
  - Manter e reforçar a imagem e credibilidade da Empresa como factor de afirmação externa e interna;
  - Garantir a segurança integrada de pessoas e bens.

2.2 Regulamentos internos e externos a que a Empresa está sujeita

Regulamentos internos
O ML é uma entidade pública empresarial (E.P.E.), pertencente ao Sector Empresarial do Estado. No decurso de 2010 a prestação de serviço público ainda não se encontrava contratualizada, pelo que se aplicavam à empresa apenas as disposições gerais relativas à concessão de subvenções públicas, previstas no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 20 de Agosto.

Internamente, e para além dos seus Estatutos, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de Junho, a Empresa está sujeita aos seguintes regulamentos:
- Acordos Colectivos de Empresa – AE I[6] e AE II[7]: são instrumentos que regulam as relações de trabalho – direitos e deveres – entre a entidade empregadora e os seus colaboradores. Estes acordos são celebrados livremente pelas partes – Sindicatos e Gestão da Empresa – e assentam no princípio de, com regras bem definidas, ser possível o desenvolvimento harmonioso da Empresa e o cumprimento dos objectivos definidos;
- Código de Ética e de Conduta: documento aplicável a todos os Colaboradores do ML que, no âmbito das suas funções e competências, deverão seguir os princípios, regras de conduta e valores nele referidas. Este documento foi objecto de actualização em 2010.

Para além dos acima mencionados, existe um conjunto significativo de outros documentos que regem internamente a actividade do ML, dos quais se destacam:
- Regulamentos de Segurança; de Controlo de Alcoolemia; de Vestuário de Trabalho; de estágios;
- Manuais da Organização; de Vendas e Fiscalização; de Gestão das Estações; de Procedimentos Gerais do Sistema de Gestão Documental;
- Normativos de Estabelecimento de Zonas de Trabalho Sem Tensão; sobre a atribuição do Cartão Lisboa viva; sobre deslocações em território nacional e ao estrangeiro ao serviço da Empresa; sobre Circulações de Serviço para os Trabalhos Nocturnos; sobre visitas domiciliárias efectuadas pela Empresa;
- Procedimentos da Qualidade; de Processos; do Sistema de Gestão da Qualidade; Instruções de Trabalho; a adoptar em caso de acidente de trabalho; sobre a aquisição, manuseamento, armazenagem e remoção de agentes químicos perigosos;

6 Aplicável à generalidade dos Trabalhadores.
7 Aplicável aos Trabalhadores Licenciados e Bacharéis.

- Plano de Organização e Gestão da Segurança da Empresa (POGSE) que integra os seguintes regulamentos: de Segurança de Pessoal nas Vias Electrificadas (RSPVE); de Circulação de Comboios (RCC); de Sinalização (RS); de Utilização das Redes de Telecomunicações (RURT);
- Plano de prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas;
- Informação respeitante à contratação do ML nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e respectivo aditamento com a alteração dos limiares comunitários;
- Procedimentos de registo de despesa na óptica do CCP, incluindo as despesas com fundo de maneio.

Acresce que em 2010 foi iniciada a reestruturação da empresa, que veio a permitir a implementação do novo modelo organizacional no início de 2011.

Regulamentos externos

Durante o ano de 2010 foram publicados diversos diplomas cujas disciplinas jurídicas se reflectem no enquadramento normativo aplicável ao exercício da actividade desenvolvida pelo Metropolitano de Lisboa nas suas várias vertentes, e que se enunciam:

- Decreto-Lei n. º 26/2010, de 30 de Março, que procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio;
- Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, que estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária;
- Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, Lei do Orçamento do Estado para 2010, que procedeu à alteração ao Código do Imposto de Selo;
- Decreto-Lei n.º 62/2010, de 9 de Junho, que altera os indicadores comuns de segurança e os métodos comuns de cálculo dos custos dos acidentes ferroviários, procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro, e transpõe a Directiva n.º 2009/149/CE, da Comissão, de 27 de Novembro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de Junho, que aprova as orientações para a colocação de publicidade institucional e para a aquisição de espaços publicitários pelo Estado e outras entidades públicas;
- Despacho Normativo n.º 17/2010, de 28 de Junho, que procede à actualização de tarifários para os transportes urbanos de Lisboa e do Porto, para os transportes colectivos rodoviários interurbanos de passageiros e para os transportes ferroviários e fluviais;
- Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto, que altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística e revoga o Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro (aplicável às empresas públicas – art. 3.º);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2010, de 25 de Agosto, que autoriza a realização de despesa resultante do acordo para a implementação do "passe 4_18@escola.tp" e do contrato-programa com os municípios aderentes ao "passe 4_18@escola.tp";
- Lei n. º 28/2010, de 2 de Setembro, que procede à primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio;
- Despacho Normativo n.º 15080/2010, de 4 de Outubro, que aprova a minuta do acordo a celebrar entre o Estado e os operadores de serviço de transporte público colectivo de passageiros para a implementação do título de transporte designado "passe sub23@superior.tp", bem como, a minuta do contrato-programa a celebrar entre o Estado e os municípios aderentes para a implementação do título de transporte designado "passe sub23@superior.tp". Designa, ainda, os representantes do Estado na assinatura dos mencionados acordo e contrato-programa;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2010, de 14 de Dezembro, que aprova, para o ano de 2010, a distribuição das indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público;
- Decreto-Lei n.º 135/2010, de 17 de Dezembro, que revê as regras aplicáveis à emissão de alvarás e licenças, bem como respectivos averbamentos, para o exercício de actividades de segurança privada, procedendo, também, à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro que altera o regime jurídico do exercício da actividade de segurança privada;
- Portaria n.º 1297/2010, D.R. n.º 245, de 21 de Dezembro, que aprova as normas e as especificações técnicas necessárias à gestão e ao funcionamento da base de dados da publicidade institucional do Estado e outras entidades públicas.

Em matéria de contratação pública durante o ano de 2010 foram aprovados os diplomas seguintes:

- Portaria n.º 21/2010, de 11 de Janeiro, que fixa os valores das classes das habilitações contidas nos alvarás de construção e os correspondentes valores, e revoga a Portaria n.º 1371/2008, de 2 de Dezembro;

- Portaria n.º 22/2010, de 11 de Janeiro, que estabelece a constituição da Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE) do Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (INCI, I.P.) – A Comissão integrará um representante do ML, E.P.E.;
- Resolução da Assembleia da República n.º 17/2010, de 1 de Março, que recomenda ao Governo medidas no sentido de dar mais transparência aos contratos públicos;
- Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2010, tendo introduzido disposições específicas no âmbito da aquisição de bens e serviços, bem como o procedimento de concurso público urgente na celebração de contratos de empreitada;
- Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, que introduz o mecanismo do anúncio voluntário de transparência, modifica o regime da invalidade de actos procedimentais de formação de contratos administrativos, clarifica a aplicação de regras do Código dos Contratos Públicos, procede à quinta alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e transpõe a Directiva n.º 2007/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro, que altera as Directivas n.ºs 89/665/CEE do Conselho, de 21 de Dezembro e 92/13/CEE do Conselho, de 25 de Fevereiro, no que diz respeito à melhoria da eficácia do recurso em matéria de adjudicação de contratos públicos.

2.3 Transacções relevantes com entidades relacionadas

Un: €

Transacções 2010	Prestações de serviços	Proveitos suplementares
Ferconsult, S.A.	0	141.201
Metrocom, S.A.	2.358.226	0
Publimetro, S.A.	2.281.903	0
Fernave, S.A.	650	0
Total	4.640.780	141.201

Un: €

Transacções 2010	Imobilizado em curso	Fornecimentos e serviços externos	Custos diferidos	Custos com pessoal	Imobilizado corpóreo	Outros devedores e credores
Ferconsult, S.A.	5.208.094	84.721	0	0	0	0
Metrocom, S.A.		59.974	0	0	0	0
Fernave, S.A.		144.316	0	0	0	0
Total	5.208.094	289.011	0	0	0	0

Un: €

Transacções 2009	Prestações de serviços	Proveitos suplementares	Outros devedores e credores	Proveitos extraordinários
Ferconsult, S.A.	65.177	149.625	0	477.734
Metrocom, S.A.	928.750	51.922	0	5.375
Publimetro, S.A.	1.812.000	105.322	0	22.273
Fernave, S.A.	700	0	0	0
Total	2.806.627	306.869	0	505.382

Un: €

Transacções 2009	Imobilizado em curso	Fornecimentos e serviços externos	Custos diferidos	Custos com pessoal	Imobilizado corpóreo	Outros devedores e credores
Ferconsult, S.A.	9.503.822	11.342	0	0	409.440	538.009
Metrocom, S.A.	0	68.281	0	0	0	0
Fernave, S.A.	0	153.050	0	0	0	0
Total	9.503.822	232.673	0	0	409.440	538.009

2.4 Outras transacções

Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

Em 2010 o ML cumpriu o CCP na contratação que efectuou. De facto, quer na formação, quer na execução dos contratos, o referido Código esteve presente. Acresce que, não obstante a contratação no âmbito do sector dos transportes e abaixo do limiar comunitário não ter procedimento de formação obrigatório, foram acautelados os princípios decorrentes dos tratados comunitários.

No decurso de 2010, o Conselho de Administração estabeleceu procedimentos no âmbito da aquisição de bens e serviços:

- Em Janeiro, assumpção da natureza de entidade compradora voluntária junto da Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP), na sequência do contrato de adesão celebrado a 30/12/2009;
- Em Fevereiro, implementação de "Fichas de contratação" nas quais é registada toda a informação para efeitos do CCP;
- Em Abril, aprovação da estrutura orgânica da Direcção de Contratação e *Procurement*;
- Em Maio, desenvolvimento e implementação do procedimento de registo de despesas de fundo de maneio na óptica do CCP, com respectivas minutas, bem como implementação de auto de recepção de bens e de declaração de aceitação de serviços;
- Em Junho, implementação de melhorias ao nível do conteúdo do site ML de forma a incluir acesso, na área reservada da "Contratação Pública", a informação relativa à plataforma de contratação pública em utilização pelo ML (BizGov) e à lista dos procedimentos de contratação em curso que se encontram a ser tramitados através dessa plataforma;
- Em Julho, implementação de medidas no âmbito da gestão racional de stocks;
- Elaboração e envio de relatórios estatísticos de contratação para a ANCP e Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (INCI) e de relatórios de contratação no âmbito de auditorias.

No âmbito da RCM n.º 49/2007, indicam-se:
Transações que não tenham ocorrido em condições de mercado (ajustes directos com consulta a apenas uma entidade):

Contrato	Objecto	Regime adoptado	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de assinatura	Preço contratual
004/2010-ML	Aquisição de serviços jurídicos pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Ajuste Directo Regime Geral Serviços (critério material)	al. b) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP	25.000,00 €	João Carlos Silva & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.	12/01/2010	02/02/2010 31/08/2010 (Revogação)	4.875,00 €
007/2010-ML	Fornecimento e instalação de stand (espaço do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.) para a exposição "Feira Tecnológica – Portugal Vivo" – Proc. 312/09-GJC	Ajuste Directo Regime Geral BS (< € 206.000,00)	al. a), n.º 1 do art. 20.º e art. 112.º do CCP	35.000,00 €	BRANDIA CENTRAL, DESIGN E COMUNICAÇÃO, S.A.	21/09/2009	22/01/2010	35.000,00 €
019/2010-ML	Prestação de serviços de divulgação e informação do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., no Canal Lisboa	Ajuste Directo Regime Especial Serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 412.000,00)	al. c), n.º 1 do art. 9.º, art. 11º *a contrario* e art. 12.º do CCP		LISMARKETING COMERCIAL – Informação e Comercialização de Produtos Turísticos Unipessoal, Lda.	16/12/2009 (aprovação proposta)	01/02/2010	15.000,00 €
030/2010-ML	Contrato de prestação de serviços de assistência técnica à obra (ATO) relativo aos trabalhos de geotecnia e fundações da Empreitada ML 663/06 – "Execução dos Toscos, Acabamentos, Baixa Tensão, Telecomunicações e AVAC do Novo Terminal Fluvial na Interface do Terreiro do Paço" – Proc. 351/09-GJC	Ajuste Directo Regime Geral Serviços (< € 206.000,00)	al. a), n.º 1 do art. 20.º e art. 112.º do CCP	70.000,00 €	Prof. António José Correia Mineiro	27/01/2010	25/02/2010	69.732,00 €
032/2010-ML	Contrato de fornecimento de software para gestão do património artístico do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 338/09-GJC	Ajuste Directo Regime Geral Bens (< € 206.000,00)	al. a), n.º 1 do art. 20.º e art. 112.º do CCP	26.820,00 € (estimado)	SISTEMAS DO FUTURO – Multimédia, Gestão e Arte, Lda.	27/01/2010	08/03/2010	26.820,00 €
033/2010-ML	Contrato de prestação de serviços de assistência técnica à obra (ATO) relativo aos trabalhos de toscos da Empreitada 663/06 – "Execução dos Toscos, Acabamentos, Baixa Tensão, Telecomunicações e AVAC do Novo Terminal Fluvial na Interface do Terreiro do Paço" – Proc. 352/09-GJC	Ajuste Directo Regime Geral Serviços (< € 206.000,00)	al. a), n.º 1 do art. 20.º e art. 112.º do CCP	190.000,00 €	LISCONCEBE – Consultoria de Projectos e Engenharia, S.A.	27/01/2010	04/03/2010	180.000,00 €
038/2010-ML	Fornecimento de um servidor para o Posto de Operação do ML, implementação de novas funcionalidades na aplicação de operação, reorganização da base de dados relacional existente, definição dos procedimentos de manutenção da base de dados para o sistema de sonorização das estações do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 343/09-GJC	Ajuste Directo Regime Especial Serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 412.000,00)	al. c), n.º 1 do art. 9.º, art. 11 *a contrario* e art. 12.º do CCP		PRO AUDIO – Sistemas Profissionais de Audio, Lda.	12/02/2010	25/03/2010	17.473,00 €

Contrato	Objecto	Regime adoptado	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de assinatura	Preço contratual
053/2010-ML	Contrato para a produção e fornecimento de azulejos em falta destinados às estações SS I e SA II, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 328/09-GJC	Anterior ao CCP (procedimento lançado até 29/07/2008)	Sistema de qualificação (anterior ao CCP)	53.660,51 €	Aleluia Cerâmicas, S.A.		07/04/2010	50.964,47 €
056/2010-ML	Contrato de aquisição de serviços para a revisão do projecto construtivo alternativo da estação Encarnação, do prolongamento da linha Vermelha (Oriente / Aeroporto) do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Ajuste Directo Regime Especial Serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 412.000,00)	al. c), n.º 1 do art. 9.º, art. 11.º a *contrario* e art. 12.º do CCP		CENORGEO – Engenharia Geotécnica, Lda.	27/01/2010 (aprovação proposta)	20/05/2010	17.152,00 €
063/2010-ML	Prestação de serviços de desobstrução e inspecção dos drenos instalados no interior das vigas de cobertura (caixões), limpeza do interior dos mesmos e reabilitação dos tirantes de suspensão da passadeira mecânica, da estação Cais do Sodré do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 348/09-GJC	Ajuste Directo Regime Especial Serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387.000,00)	al. c), n.º 1 do art. 9.º, art. 11.º a *contrario* e art. 12.º do CCP	46.600,00 €	ISQ – Instituto de Soldadura e da Qualidade, PCUP	25/03/2010	21/04/2010	44.200,00 €
079/2010-ML	Contrato de prestação de serviço de assistência técnica à obra (ATO) Empreitada ML 671/07 – "Concepção/Construção dos toscos do prolongamento entre a estação Amadora Este a a estação Reboleira, da linha Azul do Metropolitano de Lisboa, E.P.E." – Proc. 350/09-GJC	Ajuste Directo Regime Especial Serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 412.000,00)	al. c), n.º 1 do art. 9.º, art. 11.º a *contrario* e art. 12.º do CCP		CJC – Engenharia e Projectos, Lda.	02/03/2010	30/04/2010	349.200,00 €
085/2010-ML	Aquisição de serviços de acesso à base de dados de informação jurídica – Proc. 15/2010-DC	Ajuste Directo Regime Geral Serviços (< € 206.000,00)	al. a), n.º 1 do art. 20.º do CCP	10.800,00 €	DATA JURIS – Direito e Informática, Lda.	12/05/2010	17/05/2010	10.800,00 €
088/2010-ML	Contrato para a elaboração do projecto de investigação e desenvolvimento relacionada com a empreitada ML 685/09 – "Execução dos acabamentos e instalações especiais da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E."	Contrato de investigação e desenvolvimento nos termos do art. 42.º do CCP	Contrato de investigação e desenvolvimento nos termos do art. 42.º		AEROESTAÇÕES, A.C.E.	12/05/2010	26/05/2010	152.437,00 €
104/2010-ML	Contrato de prestação de serviços para a criação e produção de filme comercial comemorativo dos 50 Anos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Ajuste Directo Regime Especial Serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387.000,00)	al. c), n.º 1 do art. 9.º, art. 11.º a *contrario* e art. 12.º do CCP	93.000,00 €	DUDA PORTUGAL, Lda.	01/07/2010	29/07/2010	93.000,00 €

Contrato	Objecto	Regime adoptado	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de assinatura	Preço contratual
110/2010-ML	Aquisição de serviços de consultoria técnica para a implementação de um Modelo Organizacional do Metropolitano de Lisboa – Proc. 48/2010-DC	Ajuste Directo Regime Geral Serviços (< € 193.000,00)	al. a), do n.º 1 do art. 20.º do CCP	170.000,00 €	Leadership Business Consulting – Consultoria e Serviços, S.A.	05/08/2010	10/08/2010	160.000,00 €
113/2010-ML	Fornecimento, aluguer e instalação de stand (Espaço do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.) para a 3ª Edição da Mostra Portugal Tecnológico - Stand Portugal Vivo – Proc. 60/2010-DC	Ajuste Directo Regime Geral Serviços (< € 193.000,00)	al. a), do n.º 1 do art. 20.º do CCP	20.000,00 €	BRANDIA CENTRAL DE DESIGN E COMUNICAÇÃO, S.A.	12/08/2010	24/08/2010	20.000,00 €
116/2010-ML	Aquisição de diversos materiais para recuperação dos reboques do ML 90 e do ML 95 do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 28/2010-DC	Ajuste Directo Regime Especial Serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 412.000,00), com recurso ao critério material	al. e), n.º 1 do art. 24.º e art.112.º do CCP	13.000,00 €	Sociedade Española de Frenos - Calefacción y Señales, S.A.	05/08/2010	22/09/2010	12.730,28 €
121/2010-ML	Contrato para a aquisição de sistema de telemanutenção e registo de ocorrências nos encravamentos de tecnologia SSI dos PMO's e dos serviços para a respectiva instalação e integração no sistema de telemanutenção centralizado do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 383/10-GJC	Ajuste Directo Regime Especial Serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387.000,00)	al. c), n.º 1 do art. 9.º, art.11.º *a contrario* e art. 12.º do CCP	99.500,00 €	DIMETRONIC, S.A.	24/06/2010	24/09/2010	99.448,27 €
122/2010-ML	Contrato de prestação de serviços de auditoria às instalações técnicas da infra-estrutura do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 416/10-GJC	Ajuste Directo Regime Especial Serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387.000,00), com recurso ao critério material	al. e), n.º 1 do art. 24.º e art. 112.º do CCP	100.000,00 €	ACCENTURE – CONSULTORES DE GESTÃO, S.A.	19/08/2010	29/09/2010	98.800,00 €
124/2010-ML	Contrato de prestação de serviços de instrumentação para o troço 61.º - Aduelas 1 a 321, Restauradores/Santa Apolónia - Túnel do Terreiro do Paço, da linha Azul, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Ajuste Directo Regime Especial Serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387.000,00)	al. c), n.º 1 do art. 9.º, art. 11.º *a contrario* e art. 12.º do CCP		SPGO – Sociedade de Projectos e Gestão de Obras, Lda.	24/06/2010	30/09/2010	312.000,00 €

Contrato	Objecto	Regime adoptado	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de assinatura	Preço contratual
125/2010-ML	Contrato de aquisição do equipamento e software de instrumentação para o troço 61.° - aduelas 1 a 321, Restauradores/Santa Apólonia - Túnel do Terreiro do Paço, da linha Azul, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Ajuste Directo Regime Especial Bens (abaixo dos limiares comunitários < € 387.000,00)	al. c), n.° 1 do art. 9.°, art. 11.° *a contrario* e art. 12.° do CCP		SPGO – Sociedade de Projectos e Gestão de Obras, Lda.	24/06/2010	30/09/2010	253.000,00 €
129/2010-ML	Contrato de prestação de serviços de emissão do SPOT publicitário comemorativo dos 50 Anos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Ajuste Directo Regime Especial Serviços (abaixo dos limiares comunitário < € 387.000,00)	al. c), n.° 1 do art. 9.°, art. 11.° *a contrario* e art. 12.° do CCP	58.309,90 €	Rádio Televisão Portuguesa, S.A.	14/10/2010	25/10/2010	58.018,85 €
131/2010-ML	Aquisição de serviços de reparação das portas laterais das cabinas do material circulante de exploração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 423/10-GJC	Ajuste Directo Regime Especial Bens (abaixo dos limiares comunitários < € 387.000,00)	n.° 3 do art. 22.° do CCP	56.020,00 €	EMC – Engenharia p/ Material Circulante, S.A.	14/10/2010	05/11/2010	56.020,00 €
135/2010-ML	Aquisição de upgrade de software e manutenção da infra-estrutura de iluminação KNX/EIB dos Edifícios do PMO III do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 384/10-GJC	Ajuste Directo Regime Geral B/S (critério material)	al. e), n.° 1 do art. 24.° e art. 112.° do CCP	18.486,75 €	SIEMENS, S.A.	24/06/2010	18/11/2010	18.486,75 €
136/2010-ML	Prestação de serviços de actualização e colocação em funcionamento do Sistema de Gestão Técnica Centralizada (SGTC) das instalações de AVAC do Auditório da estação Alto dos Moinhos, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 411/10-GJC	Ajuste Directo Regime Geral Serviços (< € 193.000,00)	al. a), n.° 1 do art. 20.° e art. 112.° do CCP	22.000,00 €	GSMK – Gestão de Energia, S.A.	14/10/2010	09/11/2010	21.826,72 €
137/2010-ML	Prestação de Serviços de Conversão Técnica do Plano de Contas "SLO - Charts of Accounts Conversion" para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 417/10-GJC	Ajuste Directo Regime Geral Serviços (critério material)	al. e), n.° 1 do art. 24.° e art. 112.° do CCP	79.000,00 €	SAP Portugal – Sistemas, Aplicações e Produtos Informáticos, Sociedade Unipessoal, Lda.	07/10/2010	10/11/2010	79.000,00 €
143/2010-ML	Aquisição de serviços de reparação da escada mecânica n.° 3 da estação Pontinha, escadas mecânicas n.° 5 e 8 do Lumiar, escada mecânica n.° 3 da Ameixoeira e escada mecânica n.° 6 da estação Senhor Roubado – Proc. 90/2010-DC	Ajuste Directo Regime Especial Serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387.000,00), com recurso ao critério material	al. c), n.° 1 art. 24.° do CCP	16.400,00 €	THYSSENKRUPP ELEVADORES, S.A.	04/11/2010	18/11/2010	16.400,00 €

Contrato	Objecto	Regime adoptado	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de assinatura	Preço contratual
154/2010-ML	Contrato para a produção e fornecimento de azulejos artísticos destinados à estação Colégio Militar, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 428/10-GJC	Anterior ao CCP (procedimento lançado até 29/07/2008)	Sistema de qualificação (anterior ao CCP)	11.552,00 €	ALELUIA CERÂMICAS, S.A.	04/11/2010	20/12/2010	11.552,00 €
156/2010-ML	Aquisição de serviços de renovação de suporte de software de Anti-vírus McAfee – Proc. 30-A/2010-DC	Ajuste Directo Regime Geral Serviços (< € 193.000,00)	al. a) do n.º 1 do art. 20.º do CCP	12.600,00 €	REGRA – GABINETE DE PROCESSAMENTO ELECTRÓNICO DE DADOS, S.A.	02/12/2010	29/12/2010	12.483,38 €
157/2010-ML	Contrato de fornecimento do licenciamento referente ao SAP INVOICE MANAGEMENT BY OT para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 310/09-GJC	Ajuste Directo Regime Geral Bens (critério material)	al. e) do n.º 1 do art. 24.º e al. f) do n.º 1 do art. 27.º e art. 112.º do CCP	9.180,00 €	SAP Portugal – Sistemas, Aplicações e Produtos Informáticos, Sociedade Unipessoal, Lda.	07/08/2009	28/12/2010	9.180,00 €
158/2010-ML	Contrato de fornecimento do licenciamento referente ao SAP PI – PROCESS INTEGRATION para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 317/09-GJC	Ajuste Directo Regime Geral Bens (critério material)	al. e) do n.º 1 do art. 24.º e al. f) do n.º 1 do art. 27.º e art. 112.º do CCP	21.600,00 €	SAP Portugal – Sistemas, Aplicações e Produtos Informáticos, Sociedade Unipessoal, Lda.	18/11/2009	28/12/2010	21.600,00 €
HP-79003.pt (ML)	Prestação de serviços de manutenção e suporte de hardware do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 359-GJC	Ajuste Directo Regime Geral Bens (critério material)	al. f), n.º 1 do art. 27.º do CCP	183.000,00 €	Hewlett Packard Portugal, Lda.	16/04/2010	06/05/2010	182.874,70 €

Lista de fornecedores que representam mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos:

	(IVA não incluído)
2045 EMPRESA DE SEGURANÇA, S.A.	€ 4.659.017
COMPANHIA SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL	€ 3.886.766
EDP Serviço Universal, S.A.	€ 7.367.638
GRUPO 8 – Vigilância e Prevenção	€ 2.971.792

Concursos Públicos Internacionais

Em 2010 na sequência de Concursos Públicos Internacionais foram celebrados contratos com as seguintes entidades:

Contrato	Objecto	Regime adoptado	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
001/2010-ML	Prestação de serviços de manutenção, para sistemas de iluminação da rede de estações do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 291/09-GJC	Concurso Público Regime Especial Serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 412.000,00)	art. 11.°, n.° 1, sub al. v) da al. b) do CCP	650.000,00 €	MANVIA, Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, S.A.	18/11/2009	01/02/2010	325.000,08 €
049/2010-ML	Prestação de serviços de transporte de colaboradores do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., no trajecto compreendido entre as instalações da estação Campo Grande e o Parque de Material e Oficinas II (PMO II), em Calvanas – Proc. 323/09-GJC	Concurso Público Regime Geral Serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 206.000,00)	art. 20.°, n.°1, al. b) do CCP	325.000,00 € /ano	HENRIQUE LEONARDO MOTA, Lda.	12/02/2010	08/04/2010	162.505,30 € /ano
052/2010-ML	Prestação do serviço de instalação e exploração de máquinas distribuidoras de bebidas quentes, frias e de alimentos sólidos, em diversos locais do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 332/09-GJC	Concurso Público Regime Geral Serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 206.000,00)	art. 20.°, n.°1, al. b) do CCP	85.000,00 €	EUREST (PORTUGAL), Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.	12/02/2010	08/04/2010	Tabela
082/2010-ML	Prestação de serviços de manutenção preventiva e correctiva de UPS (Uninterrupted Power Suply) das linhas Azul, Amarela, Verde, Vermelha e Edifícios, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 314/09-GJC	Concurso Público Regime Especial S (abaixo dos limiares comunitários < € 412.000,00)	art. 20.°, n.°1, al. b) do CCP	90.000,00 € /ano	Efacec – Sistemas de Electrónica, S.A.	22/02/2010	12/05/2010	77.693,00 € /ano
087/2010-ML	Contrato para a execução da Emp. ML 685/09 – "Execução dos acabamentos e instalações especiais da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E."	Concurso Público Regime Especial EOP (acima dos limiares comunitários ≥ € 5.150.000,00)	art. 11.°, n.° 1, sub al. i) da al. b) do CCP	26.000.000,00 €	AEROESTAÇÕES, A.C.E.	21/04/2010	26/05/2010	25.205.329,55 €
108/2010-ML	Aquisição de serviços de gestão e operação da frota de transporte para o GMO – Organização, Planeamento e Logística da Gestão da Manutenção do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 390/10-GJC	Concurso Público Regime Especial Serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387.000,00)	art. 20.°, n.°1, al. b) do CCP	330.000,00 €	Transportes Rodrigues e Lourenço, Lda.	08/07/2010	30/07/2010	317.400,00 €

Contrato	Objecto	Regime adoptado	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
115/2010-ML	Fornecimento e montagem da ventilação principal, bombagem e AVAC da estação Areeiro, da linha Verde, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 243/08–GJC	Concurso Público – c/ JOUE; Anterior ao CCP (Procedimento lançado até 29/07/2008)	Anterior ao CPC – DL 223/2001, de 9 de Agosto	800.000,00 €	SISTAVAC – Sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado, S.A.	22/07/2010	08/09/2010	755.633,52 €
132/2010-ML	Fornecimento e instalação de sinalética no âmbito dos projectos de acessibilidades, expansões das linhas Azul e Vermelha e ampliação/renovação de uma estação da linha Verde – estações Baixa-Chiado, Colégio Militar, Entre Campos, Areeiro, Reboleira, Moscavide, Encarnação e Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 381/10-GJC	Concurso Público Regime Especial B/S (acima dos limiares comunitários ≥ € 387.000,00)	art. 11.º, n.º 1, sub al. iv) da al. b) do CCP	585.000,00 €	APADIL – Armaduras, Plásticos e Acessórios de Ilumicação, S.A.	19/08/2010	15/11/2010	396.233,06 €
133/2010-ML	Fornecimento e instalação de mobiliário no âmbito dos projectos de acessibilidades, expansões das linhas Azul e Vermelha e ampliação/renovação de uma estação da linha Verde – estações Baixa-Chiado, Colégio Militar, Entre Campos, Areeiro, Reboleira, Moscavide, Encarnação e Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P. E. – Proc. 382/10-GJC	Concurso Público Regime Especial B/S (acima dos limiares comunitários ≥ € 387.000,00)	art. 11.º, n.º 1, sub al. iv) da al. b) do CCP	505.000,00 €	RARI – Construções Metálicas, Engenharia, Projectos e Soluções Industriais, S.A.	19/08/2010	09/11/2010	389.636,15 €
141/2010-ML	Prestação de serviços de apoio ao processo de personalização e produção de cartões "Lisboa viva" do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 335/10-GJC	Concurso Público Regime Especial Serviço (abaixo dos limiares comunitários < € 387.000,00)	art. 20.º, n.º 1, al. b) do CCP	7,22 € /hora 130.000,00 €	VSA – Inovação, Recolha e Tratamento de Informação, Lda.	22/10/2010	06/12/2010	3,61 € (valor hora) Volume máximo de horas/ano 18.000h 64.980,00 €
148/2010-ML	Aquisição de serviços de reparação de elevadores da rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. incluindo todos os materiais – Proc. 404/10-GJC	Concurso Público Regime Especial Serviço (abaixo dos limiares comunitários < € 387.000,00)	art. 20.º, n.º 1, al. b) do CCP	45.000,00 €	Thyssenkrupp Elevadores, Lda.	04/11/2010	09/12/2010	24.531,00 €
149/2010-ML	Aquisição de serviços de substituição dos variadores de frequência em falha com reposição em funcionamento das escadas mecânicas, tapetes rolantes e elevadores da rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 413/10-GJC	Concurso Público Regime Especial Serviço (abaixo dos limiares comunitários < € 387.000,00)	art. 20.º, n.º 1, al. b) do CCP	67.000,00 €	Thyssenkrupp Elevadores, Lda.	11/11/2010	09/12/2010	59.950,00 €

2.5 Membros dos órgãos sociais e suas competências

Conselho de Administração
Mandato 1
(até Junho de 2010)

Cargo	Conselho de Administração	Eleição	Mandato
Presidente	Dr. Joaquim José Oliveira Reis	RCM n.º 101/2006, de 03 de Novembro	2006-2009
Vogal 1	Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia		
Vogal 2	Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob		
Vogal 3	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas [8]		
Vogal 4	Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette		

8 Renúncia ao cargo em 31 de Agosto de 2009.

Funções e Responsabilidades dos Membros do Conselho de Administração

Dr. Joaquim Reis, Presidente

Representação Institucional do ML
Autoridade de Segurança
Secretaria-Geral e Comunicação
Economia e Finanças
Recursos Humanos
Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (nas vertentes de orçamento e controlo de gestão)
Sistemas e Tecnologias de Informação
Auditoria
Marketing
- Presidente do CA da Ferconsult, S.A.
- Presidente do CA da Metrocom, S.A.
- Presidente da AG da Ensitrans, A.E.I.E.
- Vogal da TREM, A.C.E.
- Vogal da TREM II, A.C.E.

Eng.º Luís Morais Correia, Vogal 1 (substituto do Presidente)

Gestão de Infra-estruturas
Gestão de Projectos e Obras de Expansão e Modernização da Rede
Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (nas vertentes de gestão e projectos de obra)
- Vogal da Ferconsult, S.A.
- Vogal da Ensitrans, A.E.I.E.
- Vogal da SOTRANS, S.A.

Eng.º Jorge Jacob, Vogal 2

Exploração Comercial
Gestão de Manutenção
Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (nas vertentes comercial e expansão)
Desenvolvimento da função Marketing Estratégico e Operacional
Património Artístico e Histórico
- Presidente da AG da Metrocom, S.A.

Dr. Miguel Roquette, Vogal 4

Provedor Arbitral
Jurídico e Contencioso
Contratação e Procurement
- Relações com a Câmara Municipal de Lisboa, acompanhando a vertente institucional a cargo do PCA
- Administrador da Metrocom para o triénio 2008/2010 (desde 2 de Junho 2008)
- Presidente da AG da Publimetro, S.A.
- Presidente da AG da GIL, S.A.

Mandato 2
(desde Junho de 2010)

Cargo	Conselho de Administração	Eleição	Mandato
Presidente	Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis	RCM n.º 24/2010, de 17 de Junho	2010-2012
Vogal 1	Eng.º Carlos José Bento Nunes		
Vogal 2	Eng.º Jorge Manuel Quintela Brito Jacob		
Vogal 3	Dr. Luís Miguel Silva Ribeiro		
Vogal 4	Dr. António Gregório Ventura		

Funções e Responsabilidades dos Membros do Conselho de Administração

Eng.º Francisco Cardoso dos Reis, Presidente	Eng.º Carlos Nunes, Vogal 1 (substituto do Presidente):	Eng.º Jorge Jacob, Vogal 2	Dr. Luís Ribeiro, Vogal 3	Dr. António Ventura, Vogal 4
Representação Institucional do ML Autoridade de Segurança Auditoria Marketing Relações Internacionais Provedor Arbitral Presidente do CA da Ferconsult, S.A. Presidente da AG da Ensitrans, A.E.I.E.	Gestão de Infra-estruturas Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (nas vertentes de gestão e projectos de obra) Contratação e Procurement Vogal da Ferconsult, S.A. Vogal da Ensitrans, A.E.I.E.	Exploração Comercial Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (nas vertentes comercial e expansão) Gestão de Manutenção Presidente da AG da Metrocom, S.A.	Economia e Finanças Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (nas vertentes de orçamento e controlo de gestão) Sistemas e Tecnologias de Informação Vogal da TREM I, A.C.E. Vogal da TREM II, A.C.E. Presidente da AG da GIL, S.A.	Secretaria-Geral e Comunicação Recursos Humanos Jurídico e Contencioso Presidente do CA da Metrocom, S.A.

Conselho Fiscal

O actual Conselho Fiscal foi nomeado por Despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e dos Transportes, de 26 de Outubro de 1998, por um período de três anos, renováveis.

9 Representante da firma Caiano Pereira, António e José Reimão, SROC, estabelecido por Despacho do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças n.º 192/08-SETF, de 18 de Março.

Mandato 1
(até Junho de 2010):

Cargo	Conselho Fiscal	Eleição	Mandato
Presidente	Dr. Renato Augusto Vieira Campos	DC de 26/10/1998	1998-2001
Vogal 1	Caiano Pereira, António e José Reimão SROC n.º 38, representado por: Dr. Luís Pedro Pinto Caiano Pereira ROC n.º 842 [9]		
Vogal 2	Dr. Evaristo da Cruz Branquinho		

Mandato 2
(desde Junho de 2010):

Cargo	Conselho Fiscal	Eleição	Mandato
Presidente	Dr. Renato Augusto Vieira Campos	DC de 26/10/1998	1998-2001
Vogal 1	Dr. Evaristo da Cruz Branquinho		
Vogal 2	*A nomear*		
Vogal Suplente	*A nomear*		
ROC	Caiano Pereira, António e José Reimão SROC n.º 38, representado por: Dr. Luís Pedro Pinto Caiano Pereira ROC n.º 842	Desp. n.º 192/08 – SETF, de 18 Março	

Aguarda-se a nomeação do Conselho Fiscal para o mandato iniciado em Junho de 2010, mantendo-se em funções os membros eleitos para o mandato anterior.

2.6 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 23 de Setembro de 2009, e na sequência das aprovações do Estatuto do Gestor Público (DL n.º 71/2007, de 27 de Março) e do regime jurídico aplicável ao ML enquanto Entidade Pública Empresarial (DL n.º 148-A/2009, de 26 de Junho) foram determinadas as seguintes remunerações mensais ilíquidas fixas (em vigor desde o dia 26 de Junho de 2009):

Estatuto remuneratório fixado

Remunerações ilíquidas

- Até Maio de 2010:
  Valores conforme o Despacho Conjunto do MFAP e do MOPTC, datado de 23 de Setembro de 2009, com produção de efeitos a 26 de Junho de 2009.

Conselho de Administração	
Presidente	Remuneração base de € 7.225,60, 14 vezes por ano;
Vogais	Remuneração base de € 6.306,64, 14 vezes por ano.

Conselho Fiscal	
Presidente	Remuneração base de € 1.445,12, 14 vezes por ano;
Vogais	Remuneração base de € 1.083,84, 14 vezes por ano.
ROC	Remuneração base de € 1.188,14, 14 vezes por ano.

- A partir de Junho de 2010:
  Valores de acordo com a Lei n.º 12-A/2010, art.º 12.º, que produziu efeitos a partir de 01 de Junho de 2010, e que actualizou os montantes constantes no Despacho Conjunto do MFAP e do MOPTC, datado de 23 de Setembro de 2009.

Conselho de Administração	
Presidente	Remuneração base de € 7.225,60, sobre a qual incide uma redução no valor mensal de € 361,25 (5%), 14 vezes por ano;
Vogais	Remuneração base de € 6.306,64, sobre a qual incide uma redução no valor mensal de € 316,33 (5%), 14 vezes por ano.

Conselho Fiscal	
Presidente	Remuneração base de € 1.445,12, sobre a qual incide uma redução no valor mensal de € 72,26 (5%), 14 vezes por ano;
Vogais	Remuneração base de € 1.083,84, sobre a qual incide uma redução no valor mensal de € 54,19 (5%), 14 vezes por ano.
ROC	Remuneração base de € 1.188,14, sobre a qual incide uma redução no valor mensal de € 59,41 (5%), 14 vezes por ano.

Mandato 1
(até 17 de Junho de 2010)

Un: €

	Em funções até 18/05/2010	Presidente	Exonerado em 17/06/2010	Vogal 1	Nomeado em 03/11/2006 e Renomeado em 18/06/2010	Vogal 2	Exonerado em 17/06/2010	Vogal 4
1. Remuneração								
1.1. Remuneração base / fixa		32.864,83		35.106,96		37.839,34		35.106,96
– Subsídio de férias / Natal		12.042,66		10.984,07		–		11.562,18
1.2 Redução da Lei 12-A:						–		
– Remuneração base		–		178,68		–		–
– Subsídio de férias / Natal		–		578,11		–		–
1.3 Remuneração base / fixa efectiva		44.907,49		45.334,24		37.839,34		46.669,14
1.4 Senha de presença		–		–		–		–
1.5 Acumulação de funções de gestão		–		–		–		–
1.6 Remuneração variável		–		–		–		–
1.7 IHT (isenção de horário de trabalho)		–		–		–		–
2. Outras regalias e compensações								
2.1 Gastos na utilização de telefones		–		–		–		–
2.2 Subsídio de deslocação		149,64		349,16		–		–
2.3 Subsídio de refeição		1.035,00		1.242,00		1.252,35		1.283,40
2.4 Outras		–		–		–		–
3. Encargos com benefícios sociais								
3.1 Regime convencionado:		6.925,87		8.102,63		–		8.041,47
– Desconto: C.G.A.		–		–		2.451,19		–
– Desconto: A.D.S.E.		–		–		567,60		–
3.2 Seguros de saúde		230,50 (a)		322,70 (a)		284,94 (a)		322,70 (a)
3.3 Seguros de vida		–		–		–		–
3.4 Outros:								
– Seguro de acidentes de trabalho		848,54		782,69		576,02		811,86
4. Informações adicionais								
4.1 Marca		BMW		BMW		BMW		BMW
4.2 Modelo		525 D		520 D		520 D		520 D
4.3 Ano de matrícula		2005		2007		2007		2007
4.4 Valor de aquisição da viatura		27.990,00 (b)		–		–		–
4.5 Ano de aquisição da viatura		2009		–		–		–
4.6 Valor da renda / prestação anual com a viatura de serviço		–		6.340,20 (c)		6.438,95 (c)		6.473,65 (c)
4.7 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço		278,97		762,21		1.747,11		1.243,06
4.8 Outros:								
– Seguro		1.249,45		–		–		–
– Conservação e manutenção		–		32,80		1.166,80		430,60
– Portagens e parques		55,06		146,40		230,93		63,12
– IUC		–		–		–		–
5. Informações adicionais								
5.1 Opção pelo vencimento de origem		N		N		N		N
5.2 Regime convencionado:								
– Segurança Social (S/N)		S		S		N		S
– Outro (S/N)		N		N		S		N
5.3 Exercício de funções remuneradas fora do grupo		N		N		N		N
5.4 Outras		–		–		–		–

(a) Seguro geral da Empresa – caso o pretenda, cada membro do CA, pode suportar as despesas do custo mensal da extensão do seguro aos seus familiares (€ 47,96 pelo cônjuge, € 28,78 por cada filho menor e € 47,49 por cada filho maior), à semelhança de todos os trabalhadores da Empresa.
(b) Corresponde ao valor de aquisição da viatura, em Outubro de 2009, incluindo IVA a 20%.
(c) Valor anual do renting da viatura de serviço, inclui a renda (com IVA a 20% até Junho e 21% a partir de Julho) e seguro.

Mandato 2
(desde 18 de Junho de 2010)

Un: €

	Presidente	Vogal 1		Vogal 2	Vogal 3	Vogal 4
1. Remuneração						
1.1. Remuneração base / fixa	46.484,69	40.572,71		37.840,34	40.572,71	40.572,71
– Subsídio de férias / Natal	7.225,60	3.153,33		11.982,62	3.153,33	3.153,33
1.2 Redução da Lei 12-A:						
– Remuneração base	2.324,24	2.028,62		2.028,62	2.028,62	2.028,62
– Subsídio de férias / Natal	361,28	157,67		157,67	157,67	157,67
1.3 Remuneração base / fixa efectiva	51.024,77	41.539,75		47.636,67	41.539,75	41.539,75
1.4 Senha de presença	–	–		–	–	–
1.5 Acumulação de funções de gestão	–	–		–	–	–
1.6 Remuneração variável	–	–		–	–	–
1.7 IHT (isenção de horário de trabalho)	–	–		–	–	–
2. Outras regalias e compensações						
2.1 Gastos na utilização de telefones	–	–		–	–	–
2.2 Subsídio de deslocação	–	–		–	–	–
2.3 Subsídio de refeição	1.076,40	1.200,60		1.262,70	1.200,60	1.200,60
2.4 Outras	–	–		–	–	–
3. Encargos com benefícios sociais						
3.1 Regime convencionado:	8.504,83	7.602,34		–	7.602,34	7.602,34
– Desconto: C.G.A.	–	–		2.415,19	–	–
– Desconto: A.D.S.E.	–	–		534,49	–	–
3.2 Seguros de saúde	332,43 (a)	332,43 (a)		284,94 (a)	332,43 (a)	332,43 (a)
3.3 Seguros de vida	–	–		–	–	–
3.4 Outros:						
– Seguro de acidentes de trabalho	677,88	591,67		551,82	591,67	591,67
4. Informações adicionais						
4.1 Marca	BMW	BMW		BMW	BMW	BMW
4.2 Modelo	525 D	520 D		520 D	520 D	520 D
4.3 Ano de matrícula	2005	2007		2007	2007	2000
4.4 Valor de aquisição da viatura	27.990,00 (b)	–		–	–	44.212,77 (c)
4.5 Ano de aquisição da viatura	2009	–		–	–	2000
4.6 Valor da renda / prestação anual com a viatura de serviço	–	6.340,20 (d)		6.438,96 (d)	6.473,64 (d)	–
4.7 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	800,22	1.450,71		1.967,10	1.008.32	1.187,85
4.8 Outros:						
– Seguro anual	–	–		–	–	–
– Conservação e manutenção	2.795,76	805,19		3.719,42	930,02	3.519,91
– Portagens e parques	146,23	832,88		960,44	260,09	154,63
– IUC	51,30	–		–	–	33,10
5. Informações adicionais						
5.1 Opção pelo vencimento de origem	N	N		N	N	N
5.2 Regime convencionado:						
– Segurança Social (S/N)	S	S		N	N	S
– Outro (S/N)	N	N		S	S	N
5.3 Exercício de funções remuneradas fora do grupo	N	N		N	N	N
5.4 Outras	–	–		–	–	–
	Viatura de serviço anteriormente utilizada pelo Sr. Dr. Joaquim Reis	Viatura de serviço anteriormente utilizada pelo Sr. Eng.º Morais Correia			Viatura de serviço anteriormente utilizada pelo Sr. Dr. Miguel Roquette	

Nomeado em 03/11/2006 e Renomeado em 18/06/2010

(a) Seguro geral da Empresa – caso o pretenda, cada membro do CA, pode suportar as despesas do custo mensal da extensão do seguro aos seus familiares (€ 47,96 pelo cônjuge, € 28,78 por cada filho menor e € 47,49 por cada filho maior), à semelhança de todos os trabalhadores da Empresa.
(b) Corresponde ao valor de aquisição da viatura, em Outubro de 2009, incluindo IVA a 20%.
(c) Viatura adquirida em 2000. O valor de aquisição da viatura inclui IVA à taxa de 17%.
(d) Valor anual do renting da viatura de serviço, inclui a renda (com IVA a 20% até Junho e 21% a partir de Julho) e seguro.

Estatuto remuneratório do Conselho Fiscal

Un: €

	Presidente	Vogal 1	ROC
1. Remuneração			
1.1. Remuneração base / fixa	17.341,44	13.006,08	14.257,68
– Subsídio de férias / Natal	2.745,72	2.059,30	2.376,26
1.2 Redução da Lei 12-A:			
– Remuneração base	505,82	379,68	–
– Subsídio de férias / Natal	144,52	108,38	–
1.3 Remuneração base / fixa efectiva	19.436,82	14.577,32	16.633,94
1.4 Senha de presença	–	–	–
1.5 Acumulação de funções de gestão	–	–	–
1.6 Remuneração variável	–	–	–
1.7 IHT (isenção de horário de trabalho)	–	–	–
2. Outras regalias e compensações			
2.1 Gastos na utilização de telefones	–	–	–
2.2 Subsídio de deslocação	–	–	–
2.3 Subsídio de refeição	–	–	–
2.4 Outras	–	–	–
3. Encargos com benefícios sociais			
3.1 Regime convencionado:	–	3.487,91	–
– Desconto: C.G.A.	–	–	–
– Desconto: A.D.S.E.	–	–	–
3.2 Seguros de saúde	569,88	569,88	–
3.3 Seguros de vida	–	–	–
3.4 Outros:			
– Seguro de acidentes de trabalho	258,39	193,87	–

2.7 Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

O ML tem vindo a implementar as acções necessárias para o cumprimento dos Princípios de Bom Governo emanados na RCM n.º 49/2007, de 28 de Março.

No âmbito do novo modelo de governo do SEE, o ML tem actuado num quadro de racionalidade empresarial, optimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas.

2.8 Código de ética

O "Código de ética e de conduta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E." entrou em vigor no dia 01 de Julho de 2006 e aplica-se a todas as pessoas que trabalhem ou prestem serviços ao ML, quer por via de contrato de trabalho, quer por via de contrato de prestação de serviços, contrato de estágio e, ainda, por via de uma relação de mandato. Deve ser igualmente observado pelos colaboradores das sociedades que estejam numa relação de grupo com o ML, seja por via de uma relação de domínio ou de simples participação.

2.9 Riscos relevantes para a Empresa

Os riscos mais relevantes para a Empresa são:

Operacionais

- Qualidade do serviço (frequência, qualidade, falhas);
- Segurança na rede (roubos, agressões, vandalismo);
- Acidentes envolvendo passageiros;
- Acidentes ferroviários (colisões, descarrilamentos, explosões, incêndios);
- Acidentes na fase de construção.

Ambientais

- Incomodidade (ruídos, vibrações, poeiras, limpeza, circulação de pessoas e bens, acidentes);
- Impacte na envolvente (contaminação de solos e do meio hídrico, produção de resíduos).

Financeiros

- Controlo da dívida;
- Condições de obtenção de crédito.

Para o controlo da dívida, o ML tem promovido políticas de permanente negociação e revisão das condições de financiamento, bem como uma intervenção ajustada no mercado de derivados.

Por outro lado, no decurso de 2010, tendo em conta a diminuição da notação financeira da dívida Portuguesa e o progressivo estreitamento do mercado financeiro doméstico, o ML viu a sua notação de rating atribuída pela agência Standard & Poor's (S&P) reduzida (de A⁻ para BBB, mantendo-se em *Credit Watch Negative*).

2.10 Conflitos de interesse

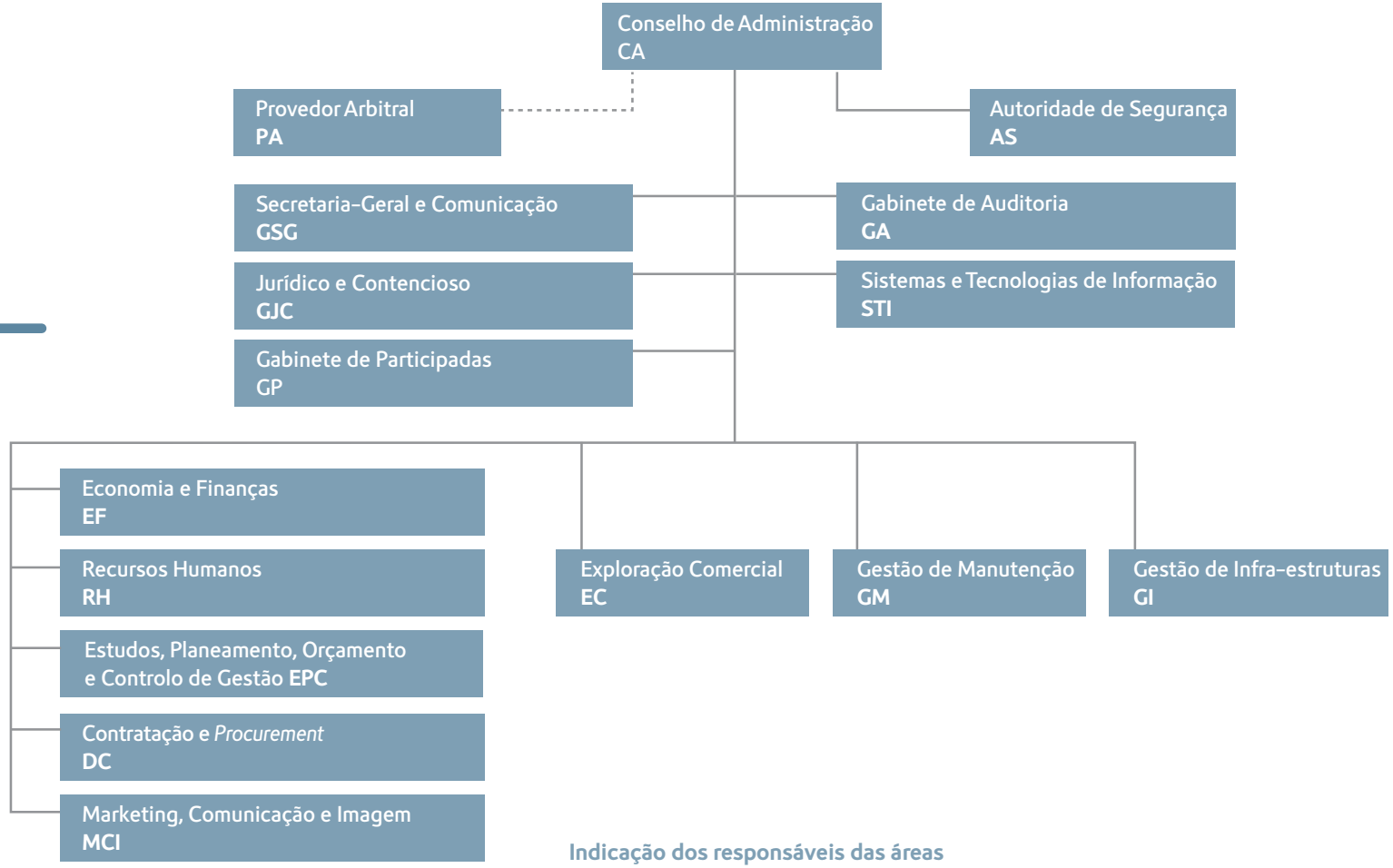
Os membros dos órgãos sociais abstiveram-se de intervir nas decisões que envolveriam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Para além disso, no início do mandato, os membros declararam ao Tribunal de Contas e à Inspecção-Geral de Finanças, não deterem participações patrimoniais na Empresa, bem como quaisquer relações relevantes que mantinham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.

2.11 Estrutura organizacional

Com o objectivo de apoiar o CA no exercício da função de accionista junto das empresas do Grupo ML, a nível nacional e internacional, foi criado o Gabinete de Participadas, directamente dependente do PCA, em Julho de 2010.

Também em Julho de 2010 foi criada a Direcção de Marketing, Comunicação e Imagem, na dependência directa do PCA, com o objectivo de assegurar uma melhor eficácia da organização, nomeadamente nas seguintes componentes:

- Planeamento Estratégico de Marketing;
- Promoção do "produto" Metro;
- Consolidação e Gestão do "branding";
- Estudos e Pesquisa de Mercado;
- Comunicação Comercial e Institucional;
- Comunicação com órgãos de Comunicação Social;
- Imagem e Identidade da Empresa junto dos seus públicos.



10 Órgão autónomo com estatuto próprio.

Em 2010 foi desenvolvido um estudo de reorganização do ML tendo por objectivo revitalizar e dinamizar a estrutura da Empresa. Este foi apresentado no final do ano e a nova estrutura entrou em funcionamento em 01 de Janeiro de 2011, cumprindo as orientações do Estado no sentido de serem reduzidos em 20% os cargos de chefia superior e intermédios.

Indicação dos responsáveis das áreas

EC	Exploração Comercial	Eng.º Pedro Machado Vazão de Almeida
GI	Gestão de Infra-estruturas	Eng.º João Afonso Chaves Monteiro Correia
GM	Gestão de Manutenção	Eng.º José Osvaldo Carmo Baptista Bagarrão
RH	Recursos Humanos	Dr.ª Maria Paula Ferreira Freitas Martins Sanchez Jorge
EF	Economia e Finanças	Dr. José Maria Ferreira Melo
EPC	Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão	Dr. Luís Filipe Pereira Melo de Almeida
DC	Contratação e *Procurement*	Dr.ª Margarida Maria Melo de Sousa Loureiro
MCI	Marketing, Comunicação e Imagem	Dr. Miguel Matos Silva Rodrigues
AS	Autoridade de Segurança	Eng.º Armando Silva Neves
GA	Gabinete de Auditoria	Dr. José António Carballo Sequeira
GJC	Jurídico e Contencioso	Dr. Nuno Mariano Agostinho Soares
GP	Gabinete de Participadas	Dr.ª Maria Margarida Matos Motta Silva Carvalho
GSG	Secretaria-Geral e Comunicação	Dr. António José Pinto Mendes Mourão
STI	Sistemas e Tecnologias de Informação	Dr. Carlos José Duarte Rocha
PA	Provedor Arbitral [10]	Dr. Guilherme da Palma Carlos

2.12 Análise de sustentabilidade da Empresa nos domínios económicos, ambiental e social

No presente capítulo, optou-se por garantir a aplicabilidade da estrutura solicitada pela DGTF, encontrando-se parte da informação apresentada, desenvolvida em capítulos próprios.

Estratégias adoptadas

Visando garantir a sustentabilidade da Empresa nos diversos domínios, a actuação do ML tem-se pautado pelas seguintes orientações estratégicas:

- Antecipar e responder, atempadamente, às necessidades do mercado e às expectativas dos clientes, mediante a melhoria da capacidade, da qualidade e da fiabilidade do serviço oferecido e a concretização e desenvolvimento da Rede em tempo e dentro do princípio de racionalidade económico-financeira;
- Assegurar o serviço oferecido garantindo a sustentabilidade social, económico-financeira e ambiental, mediante a racionalização dos custos de exploração, a melhoria do rendimento energético e da sustentabilidade ambiental e a execução de uma gestão orientada para o cliente e para a promoção da mobilidade;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentado do sistema de transportes na Área Metropolitana de Lisboa promovendo soluções para a gestão eficaz do sistema de transportes, contribuindo para uma adequada articulação com outros modos de transporte colectivo, visando um melhor planeamento da exploração, uma melhor estrutura tarifária, a definição de políticas para uma gestão articulada de recursos e meios, e a promoção conjunta do transporte colectivo.

Grau de cumprimento das metas fixadas

Esta temática encontra-se já desenvolvida no presente relatório, vide capítulo 2.1 "Missão, objectivos e políticas da Empresa".

Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

O ML identificou riscos/dificuldades sentidas, bem como oportunidades a serem desenvolvidas como forma de melhoria e aumento do grau de maturidade da consciência sustentável na Empresa, elegendo uma política de desenvolvimento da sua actividade de forma equilibrada e sustentada, entendendo ser este o meio a partir do qual garantirá a sua competitividade a longo prazo.

Ao nível económico, o ML contribui diariamente para o contínuo progresso da economia, potenciando a mobilidade das pessoas, bens e serviços, bem como um maior acesso ao trabalho e à educação, através de uma rede de transporte segura, confiável e acessível.

Ao nível ambiental, a política de satisfação do cliente, contígua à nossa proficiência, leva-nos a cativar passageiros ao transporte individual e ao transporte colectivo rodoviário, o que contribui para a redução do balanço global nacional de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), contribuindo também para a diminuição da poluição atmosférica e poluição sonora, mesmo que inseridos no sector dos transportes, um dos principais responsáveis pelas emissões de GEE.

Ao nível social, tendo consciência dos impactes da sua actividade nas comunidades envolventes, o ML procura interagir com os stakeholders locais através de uma atitude pró-activa e transparente, contribuindo para o seu bem-estar e desenvolvimento económico-social. No domínio da inclusão social, destaca-se a importância do papel desempenhado pelo ML enquanto transporte que potencia a mobilidade dos mais desfavorecidos.

No ML existem duas áreas certificadas em qualidade: a Gestão da Manutenção e a Exploração Comercial. Já em 2011 arrancou o projecto de certificação em Qualidade, com o objectivo de certificar a totalidade da Empresa. Este irá permitir a todas as áreas identificar os seus processos, rever os seus métodos de trabalho e aproveitar as melhores ideias para se fazer uma empresa mais produtiva e com mais qualidade.

Identificação dos principais riscos para a actividade e para o futuro da Empresa

Os principais riscos para a actividade e para o futuro da empresa encontram-se identificados no capítulo 2.9 "Riscos relevantes para a Empresa".

Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

O ML actua num quadro de racionalidade empresarial, optimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas.

No âmbito do novo modelo de governo do Sector Empresarial do Estado o ML tem vindo, gradualmente, a reforçar os níveis de informação de forma a dar cumprimento aos princípios do bom governo, assim como às restantes obrigações legais, nomeadamente as resultantes do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC).

- **Responsabilidade social:**
  O ML promove a igualdade de oportunidades, o respeito pelos direitos humanos e a não discriminação, conforme determinado no "Código de Ética e Conduta da Empresa".

  Visando a gestão adequada do capital humano, a Empresa promove a valorização do mérito individual dos recursos humanos, baseando-se nos Acordos de Empresa em vigor e investindo na melhoria das condições de segurança e higiene no trabalho e no desenvolvimento das competências dos colaboradores, apostando na formação como forma de adequação às novas realidades.

  O ML considera que o bem-estar dos seus colaboradores e das suas famílias é fundamental para o sucesso da Empresa. Neste sentido, a Empresa disponibiliza aos seus colaboradores e respectivos familiares diversos benefícios sociais, nomeadamente a nível da saúde, da educação e da ocupação das férias dos filhos e dos tempos livres. Aos novos colaboradores é também distribuído o "Manual de Acolhimento", produzido anualmente, com o objectivo dar a conhecer, de forma sucinta, o percurso da Empresa a nível histórico, social e económico-financeiro.

  Ainda no âmbito da responsabilidade social, mas na temática ambiental, o ML tem garantido o cumprimento das práticas ambientalmente correctas, nas sucessivas fases de planeamento /construção e operação das suas infra-estruturas através da realização de inúmeros estudos, entre os quais se destacam: os estudos de impacte ambiental / avaliação de impacte ambiental, relatórios RECAPE, relatórios de acompanhamento ambiental da execução das infra-estruturas e análise dos níveis de ruído.

  A Empresa tem também procurado incentivar os colaboradores a aderirem cada vez mais a práticas mais sustentáveis, disponibilizando pontos de reciclagem e alertando para as vantagens de boas práticas de poupança energética, nos seus postos de trabalho.

  Ao nível da operação, é de referir que todo o material circulante do Metropolitano de Lisboa é de última geração e é energeticamente eficiente, tendo a capacidade de converter energia cinética, durante a desaceleração, em energia eléctrica.

  Das acções desenvolvidas em 2010, merecem especial destaque as seguintes:
  - instalação em 2010 de painéis solares térmicos nas instalações dos Parques de Material e Oficinas, interligando-os com as instalações e sistemas convencionais de aquecimento de águas quentes sanitárias existentes, alimentados a gás natural;
  - preocupação constante na utilização de métodos que implicam um menor consumo de água na limpeza das estações;
  - no âmbito da gestão de resíduos, tem vindo a ser promovida a recolha selectiva e encaminhamento adequado para cada tipo de resíduo, sendo estes posteriormente encaminhados para operadores certificados, estando definidos os procedimentos operacionais necessários à gestão eficaz dos resíduos, no âmbito do "Plano Integrado de Gestão de Resíduos";
  - a continuidade do Projecto de "Assessoria para a Gestão Energética no ML".

- **Desenvolvimento sustentável:**
  É missão do ML "prestar um serviço de transporte público de passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável".
  Esta missão está presente em todas as acções e, no sentido de orientar cada vez mais o serviço para o cliente, o ML realizou em 2010 um estudo de mercado caracterizador do seu cliente, conforme já referido no capítulo 1.1.5 "Marketing, Comunicação e Imagem".

  Tendo presentes os princípios de responsabilidade social para com os colaboradores, referidos acima, o ML motiva os trabalhadores e estimula o aumento de produtividade. Neste sentido é também de notar o aumento do tempo médio de condução por maquinista, conseguido em 2010, assim como a redução das taxas de trabalho suplementar e o lançamento do projecto "Menos absentismo – Mais produtividade", já apresentados neste relatório.

A protecção ambiental continuou a ser promovida pela Empresa, em todos os aspectos, numa tentativa constante de redução da exposição a riscos decorrentes dos seus impactes ambientais, através da implementação de práticas ambientalmente correctas.

Quanto às obras de expansão ou remodelação da rede, que constituem as acções do ML com maiores impactes ambientais negativos, em 2010 deu-se continuidade ao Acompanhamento Ambiental das empreitadas de construção, assegurando a implementação das medidas de minimização recomendadas nos respectivos Estudos de Impacte Ambiental e/ou exigidas pelas respectivas Declarações de Impacte Ambiental, e nos restantes casos das medidas de minimização exigidas nos Cadernos de Encargos dessas empreitadas.

De cariz social, são de destacar alguns patrocínios concedidos pelo ML, em 2010:

- S.O.S. Madeira - Campanha de solidariedade com as vítimas da catástrofe ocorrida no dia 20 de Fevereiro na Madeira, em consonância com as iniciativas solidárias dos CTT, Caritas Madeira e AMI, que consistiu na recolha de alimentos e produtos necessários para envio para às populações afectadas;
- Projecto "Limpar Portugal" - Movimento de cidadãos voluntários cujo objectivo é a limpeza das lixeiras ilegais na floresta Portuguesa, sensibilizando a população para a prática de comportamentos ambientalmente sustentáveis e que contou com o ML como parceiro nesta iniciativa na divulgação do projecto e na doação e empréstimo de artigos;
- Ajuda de Berço – Apadrinhamento de cartas de Natal de crianças do Centro de Acolhimento da Ajuda de Berço pelos colaboradores do ML e contribuição de bens de primeira necessidade;
- Almoço de Natal Sem Abrigo – Almoço de Natal no refeitório do PMO III, oferecido a cerca de 250 pessoas sem-abrigo, organizado pelo Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (CASA) e que contou com o apoio monetário dos colaboradores.

- **Serviço público e de satisfação das necessidades da colectividade:**
  O ML disponibiliza um serviço de utilidade pública de transporte de passageiros de grande capacidade, com os mais elevados padrões de segurança e com a qualidade exigida pelos padrões internacionais de referência.
  Tem 52 estações, opera num horário alargado – das 6h30 à1h00 e pratica tarifas reduzidas para determinados grupos: crianças, 3.ª idade, reformados e pensionistas e estudantes até aos 23 anos.

  Garante a mobilidade para pessoas de mobilidade condicionada através da disponibilização na maioria das suas estações de meios mecânicos de acesso à superfície / átrio e cais das estações.

  Sendo um dos objectivos da Empresa promover a utilização do transporte público/metro como a melhor alternativa de transporte junto dos mais diversos públicos, contribuindo para uma mobilidade sustentável e melhorando significativamente a qualidade de vida, foram várias as iniciativas desenvolvidas em 2010, não só pelo ML, como também em parceria com outras instituições ou organizações, orientadas para o meio onde a Empresa se insere, das quais se destacam apenas algumas:
  - Na Semana da Mobilidade - distribuição do livro "Vá de Metro ao Festival da Nova Geração Disney", com as duas histórias vencedoras do passatempo; viagem de metro e actividades diversas com as crianças de duas instituições: A Casa dos Rapazes e o Externato Primário da Associação de Santo António de Lisboa;
  - 5.ª Edição da Semana da Responsabilidade Social – Apoio do ML através da cedência de espaço para a exposição, na estação Marquês de Pombal, e divulgação do respectivo programa;
  - Facultou o transporte gratuito aos participantes: da 20.ª Meia e Mini Maratona de Lisboa; da 2.ª Corrida Vencer o Cancro; da World Bike Tour Lisboa e da Meia e Mini Maratona do Centenário.

Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via da investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo

A política de Empresa garante o apoio à investigação e desenvolvimento sustentado numa permanente abertura à mudança e à inovação.

Assim, tem em curso diversos projectos no âmbito das especialidades Energia, Sistemas e Construção civil, Sinalização Ferroviária, Manutenção do Material Circulante, para além do desenvolvimento de um sistema de planeamento de recursos e gestão em tempo real da operação, denominado sistema PLAGO. Esta ferramenta revela-se um poderoso auxiliar na simulação e planeamento óptimo de horários de expedição de comboios e de planeamento óptimo de tarefas de tripulantes e de pessoal de estação.

Planos de acção para o futuro

Tendo em conta o contexto passado/presente e os novos desafios que se colocam, o ML procedeu recentemente à reflexão da estratégia a adoptar para o próximo triénio, conduzindo à definição do seguinte macro-objectivo:

Assegurar a sustentabilidade da empresa:

- **ao nível do serviço para o cliente:**
  - Assegurar um serviço de qualidade e eficiência, pautado pelos mais elevados níveis de segurança e de conforto;
  - Orientar o serviço para o cliente, antecipando as suas necessidades e expectativas, mantendo elevados níveis de qualidade e de satisfação;
  - Aumentar a satisfação dos clientes reforçando a imagem da Empresa;
  - Contribuir para a melhoria das condições da intermodalidade na AML, em articulação com o Governo, autarquias e outros operadores, promovendo um sistema eficaz, designadamente na coordenação de redes, horários, bilhética, informação ao público e redes de vendas.
- **ao nível dos resultados:**
  - Desenvolver um Plano de Expansão e Modernização da Rede, sustentado em princípios de racionalidade económico-financeira;
  - Prosseguir a concretização de acções de inovação que contribuam para a sustentabilidade económica, social e ambiental;
  - Reduzir gradualmente o desequilíbrio económico-financeiro através do acréscimo de passageiros transportados, aumentos reais das tarifas, da contenção e redução programada de custos e da adopção de medidas de reestruturação financeira;
  - Aumentar a quota de mercado do Metro e consequentemente do transporte público, promovendo a diminuição da utilização do veículo privado.
- **ao nível do tarifário:**
  - Criar tarifa plana para os títulos próprios do Metro;
  - Promover a simplificação do sistema tarifário da AML em conjunto com os restantes operadores e entidades reguladoras;
  - Promover a alteração da actual repartição de receitas de títulos combinados e multimodais, de acordo com a utilização modal efectiva;
  - Promover a actualização tarifária do sistema intermodal.
- **ao nível dos colaboradores:**
  - Promover a cultura da empresa;
  - Diminuir a taxa de absentismo, aumentando a produtividade;
  - Optimizar e racionalizar a gestão de recursos humanos;
  - Apostar na formação contínua dos trabalhadores.
- **ao nível da mobilidade na cidade:**
  - Promover a articulação entre os modos de transporte colectivo de passageiros e o transporte individual;
  - Promover a articulação entre os modos suaves;
  - Estudar e propor o plano de expansão futuro;
  - Desenvolver o esforço necessário, no sentido de promover a acessibilidade plena em todas as estações do Metro.

2.13 Divulgação de informação

Informação a constar no site do SEE	Divulgação S	N	N.A.	Comentários
Estatutos actualizados (pdf)	X			
Historial, visão, missão e estratégia	X			
Ficha síntese da Empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serviço público e modelo de financiamento	X			
Modelo de governo / Identificação dos órgãos sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e transacções:				
Regulamentos internos e externos	X			
Transações relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de ética	X			
Informação financeira histórica e actual	X			
Esforço financeiro do Estado	X			

Informação a constar no site da Empresa	Divulgação S	N	N.A.	Comentários
Existência de site	X			
Historial, visão, missão e estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos sociais e modelo de governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificação de sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos internos e externos	X			
Transacções fora das condições de mercado	X			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental	X			
Código de ética	X			
Relatório e contas	X			
Provedor do cliente	X			

Legenda:
S – Sim
N – Não
N.A. – Não aplicável

3.
Cumprimento das restantes obrigações legais

3.1 Objectivos de gestão

A explicitação das condições e níveis de cumprimento dos objectivos encontra-se no capítulo 2.1 "Missão, objectivos e políticas da Empresa".

3.2 Risco financeiro

Gestão de risco financeiro (Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de Janeiro)	Cumprido S	N	N.A.	Descrição
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			
Diversificação de entidades credoras	X			
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo curto em médio-longo prazo, em condições favoráveis	X			Dentro das limitações decorrentes da situação dos mercados financeiros em 2010.
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (*all-in-cost*) da operação	X			
Minimização da prestação de garantias reais	X			
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rendibilidade social/empresarial, que beneficiam de Fundos Comunitários e de Capital Próprio	X			A Empresa não possui capacidade de autofinanciamento dos investimentos, procurando maximizar a percentagem de comparticipação por subsídios nacionais e comunitários.
Utilização de autofinanciamento e de receitas de desinvestimento			X	
Inclusão nos relatórios e contas				
Descrição da evolução taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			
Reflexão nas DF 2009 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	X			

Legenda:
S – Sim
N – Não
N.A. – Não aplicável

3.3 Prazo médio de pagamento

O Governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, o programa "Pagar a Tempo e Horas", com o objectivo de reduzir significativa e estruturalmente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

O valor deste indicador, em 2010, atingiu os 115 dias, essencialmente devido a uma situação de pré-contencioso com um Empreiteiro de Obra do ML, que se reflectiu no congelamento do pagamento das respectivas facturas.

Prazo médio de pagamentos

Un: n.º dias

	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre
2009	56	61	61	65
2010	75	85	101	115

3.4 Deveres especiais de informação

Para cumprimento dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio, foi prestada informação atempada, através do envio à Inspecção-Geral de Finanças e à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças dos seguintes documentos:

- Planos de actividade anuais e plurianuais;
- Orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado;
- Planos de investimentos anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

3.5 Recomendações do accionista relativas a 2009

Os documentos de prestação de contas de 2009 foram aprovados através de Despacho Conjunto dos Senhores Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e Secretário de Estado dos Transportes, de Agosto de 2010, sem recomendações específicas.

3.6 Orientações genéricas sobre negociações salariais

As orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas constantes no ofício n.º 1730, de 25 de Fevereiro de 2010, da DGFT, foram cumpridas, não tendo havido qualquer actualização dos salários nominais em 2010.
Foi efectuada a sua publicação no Boletim do Trabalho e Emprego, sendo as remunerações de 2010 iguais às de 2009, para todos os colaboradores.

3.7 Prémios de gestão

Os membros do Conselho de Administração do ML não auferem remunerações variáveis ou prémios de gestão, pelo que não houve lugar à atribuição dos mesmos conforme instruções recebidas através de Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministério das Finanças e da Administração Pública, comunicado através do ofício circular n.º 2590, de 26 de Março de 2010.

3.8 Normas de contratação pública

No que se refere ao teor do ofício circular n.º 6132, de 06/08/2010 e aos procedimentos tramitados pelo ML poderemos tecer as seguintes considerações:

a) As decisões de contratar no âmbito de procedimentos com vista à aquisição de serviços, nomeadamente as de valor superior a 5.000 €, são fundamentadas justificando a respectiva necessidade, tanto do ponto de vista económico, como na ausência de soluções internas, bem como da explicitação dos objectivos que se pretendem alcançar.
O serviço prestado é, em regra, objecto de avaliação mediante a emissão de uma declaração de aceitação que permite a emissão da correspondente factura.
Os desvios quanto à realização temporal e financeira apenas são permitidos desde que cumprido o Código dos Contratos Públicos (CCP) e autorizado pelo Conselho de Administração;

b) O modo de aplicação das normas de contratação pública foi já incluído em sede de contributo da direcção "Contratação e *Procurement*" (CPC) ao relatório e contas e que ora se reproduz: "Em 2010 o ML cumpriu o CCP na contratação que efectuou. De facto, quer na formação quer na execução dos contratos, o referido Código esteve presente. Acresce que, não obstante a contratação no âmbito do sector dos transportes e abaixo do limiar comunitário não ter procedimento de formação obrigatório, foram acautelados os princípios decorrentes dos tratados comunitários".

3.9 Limites de acréscimo de endividamento

Os limites máximos de acréscimo de endividamento para 2010, definidos no PEC (aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 29/2010, de 12 de Abril), e explicitados no Despacho n.º 510/10-SETF, de 01 de Junho, comunicado pelo Ofício-Circular n.º 4348, de 01 de Junho de 2010, da DGTF, foram cumpridos. A dívida remunerada teve um acréscimo abaixo da meta de 7% definida pelo Governo, situando-se nos 5,1%.

3.10 Racionalização de políticas de aprovisionamento

O ML celebrou o respectivo contrato de adesão com a Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP) em 30/12/2009, sendo actualmente uma entidade de adesão voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

Foram concretizados procedimentos para a formação de contratos ao abrigo do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, no âmbito de acordos quadro celebrados pela ANCP. No final de 2010 foram ultimados os preparativos para a celebração do acordo de adesão ao Parque de Veículos do Estado como entidade voluntária, que se veio a concretizar em 25/01/2011.

3.11 Remuneração fixa

A remuneração fixa mensal ilíquida dos membros dos Órgãos Sociais foi reduzida em 5%, de acordo com o previsto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, o que vem reflectido no capítulo relativo às respectivas remunerações.

3.12 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Desde 02/10/2007 que o ML mantém uma conta aberta junto do IGCP, tendo aplicado junto desta entidade pública os seus excedentes de tesouraria pontuais. A Empresa mantém igualmente disponibilidades de tesouraria junto de instituições financeiras associadas a linhas de crédito de que é beneficiária.

4.
Economia e finanças

Demonstração do rendimento integral

A Demonstração do Rendimento Integral a 31 de Dezembro de 2010, apresenta um Resultado Líquido do Exercício negativo de 148,3 milhões de euros, cerca de 1% superior ao ano anterior.

Esta variação resulta exclusivamente do agravamento do Resultado Financeiro em cerca do 47,0%. Por outro lado, registou-se uma melhoria do Resultado Operacional, na ordem dos 13,8%, o equivalente a cerca de 15,4 milhões de euros, face ao ano de 2009.

Un: €

		Períodos		Variação	
Rendimentos e gastos		2010	2009	Valor	%
Vendas e serviços prestados	+	64.039.465	63.833.462	206.003	0,3%
Subsídios à exploração	+	29.450.415	27.540.041	1.910.374	6,9%
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e participadas	+	(2.965.395)	82.965	(3.048.360)	-3674,3%
Trabalhos para a própria entidade	-	3.508.747	4.297.018	(788.271)	-18,3%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(2.606.599)	(2.760.318)	153.720	-5,6%
Fornecimentos e serviços externos	-	(38.674.372)	(45.957.684)	7.283.312	-15,8%
Gastos com o pessoal	-/+	(87.656.930)	(84.811.329)	(2.845.601)	3,4%
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+	(180.000)	(50.000)	(130.000)	260,0%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	(57.335)	(47.555)	(9.780)	20,6%
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	12.216.471	13.196.010	(979.539)	-7,4%
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-	(44.096.566)	(53.593.257)	9.496.691	-17,7%
Outros rendimentos e ganhos	+	5.366.251	5.787.565	(421.314)	-7,3%
Outros gastos e perdas	-	(2.294.217)	(6.421.316)	4.127.099	-64,3%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	(63.950.065)	(78.904.398)	14.954.333	-19,0%
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	-/+	(32.220.190)	(32.690.716)	470.526	-1,4%
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	63.584	(61.596)	1.988	3,2%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	+	(96.106.671)	111.533.518	15.426.847	-13,8%
Juros e rendimentos similares obtidos	+	264.762	4.321.894	(4.057.132)	-93,9%
Juros e gastos similares suportados	-	(52.278.165)	(39.707.327)	(12.570.838)	31,7%
Resultado antes de impostos	=	(148.120.074)	(146.918.951)	(1.201.123)	0,8%
Imposto sobre rendimento do período	-/+	(217.174)	(58.320)	(158.854)	272,4%
Resultado líquido do período	=	(148.337.248)	(146.977.271)	(1.359.977)	0,9%
Rendimentos operacionais		114.644.933	114.798.657	(153.724)	-0,1%
Gastos operacionais		(210.751.604)	(226.332.175)	15.580.571	6,9%
Resultado operacional		(96.106.671)	(111.533.518)	15.426.847	13,8%
EBITDA		(31.832.635)	(38.409.596)	6.576.961	17,1%
Resultado financeiro		(52.013.403)	(35.385.433)	(16.627.970)	-47,0%
Resultado líquido		(148.337.248)	(146.977.271)	(1.359.977)	-0,9%
Rendimentos operacionais/Gastos operacionais		54,4%	50,7%	3,7%	-

Resultado operacional

Como já foi referido, o Resultado Operacional do ML registou uma melhoria, em termos nominais, de 13,8% (15,4 milhões de euros) face ao ano de 2009, resultante das seguintes situações:

- Decréscimo de 0,1%, o equivalente a 0,15 milhões de euros, dos Rendimentos Operacionais, cujo montante global foi de 114,6 milhões de euros;
- Diminuição de 6,9%, o equivalente a 15,6 milhões de euros, dos Gastos Operacionais, cujo montante global foi de 210,8 milhões de euros.

Un: €

Rendimentos e gastos		Períodos 2010	Períodos 2009	Variação Valor	Variação %
Rendimentos operacionais					
Vendas e serviços prestados	+	64.039.465	63.833.462	206.003	0,3%
Subsídios à exploração	+	29.450.415	27.540.041	1.910.374	6,9%
Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e participadas	+	0	82.965	(82.965)	-100,0%
Trabalhos para a própria entidade	+	3.508.747	4.297.018	(788,271)	-18,3%
Provisões (aumentos/reduções)	+	12.216.471	13.196.010	(979.539)	-7,4%
Outros rendimentos	+	5.429.835	5.849.161	(419.326)	-7,2%
Total		114.644.933	114.798.657	(153.724)	-0,1%
Gastos operacionais					
Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e participadas	-	(2.294.217)	0	(2.294.217)	-
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(2.606.599)	(2.760.318)	153.719	-5,6%
Fornecimentos e serviços externos	-	(38.674.372)	(45.957.684)	7.283.312	-15,8%
Gastos com o pessoal	-	(87.656.930)	(84.811.329)	(2.845.601)	3,4%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização e provisões	-	(32.220.190)	(32.690.716)	470.526	-1,4%
Aumentos/reduções de justo valor	-	(44.096.566)	(53.593.257)	9.496.691	-17,7%
Outros gastos e perdas	-	(3.202.730)	(6.518.871)	3.316.141	-50,9%
Total		(210.751.604)	(226.332.175)	15.580.571	-6,9%
Resultado operacional		(96.106.671)	(111.533.518)	15.426.847	-13,8%
EBITDA		(31.832.635)	(38.409.596)	6.576.961	-17,1%
Rendimentos operacionais/Gastos operacionais		54,4%	50,7%	3,7%	-

Rendimentos

Os Rendimentos Operacionais registaram um ligeiro decréscimo de 0,1% (0,15 milhões de euros).

Un: €

Rendimentos operacionais		Períodos 2010	2009	Variação Valor	%
Vendas e serviços prestados	+	64.039.465	63.833.462	206.003	0,3%
Subsídios à exploração	+	29.450.415	27.540.041	1.910.374	6,9%
Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e participadas	+	0	82.965	(82.965)	-100,0%
Trabalhos para a própria entidade	+	3.508.747	4.297.018	(788.271)	-18,3%
Provisões (aumentos/reduções)	+	12.216.471	13.196.010	(979.539)	-7,4%
Outros rendimentos	+	5.429.835	5.849.16	(419.326)	-7,2%
Total		114.644.933	114.798.657	(153.724)	-0,1%

As "Vendas e serviços prestados" contribuíram com um aumento de cerca de 0,3% em relação a 2009, isto é, mais 0,21 milhões de euros, para se situarem nos 64,0 milhões de euros. Este montante inclui não apenas as Receitas de Bilheteira (bilhetes e passes) no montante de 59,1 milhões de euros, mas também as receitas provenientes dos contratos de concessão relativos aos espaços comerciais e à publicidade, no valor de 1,73 e 1,81 milhões de euros, respectivamente. Corrigido pelas compensações recebidas ao abrigo dos programas 4_18@escola.tp e sub23@superior.tp, o valor das vendas e serviços prestados terá subido 3,9% para atingir os 67,0 milhões de euros.

O valor da rubrica "Subsídios à exploração" situou-se, em 2010, nos 29,45 milhões de euros, mais 6,9% que em 2009, ou seja, mais 1,91 milhões de euros. No entanto, torna-se necessário referir que as suas diversas componentes tiveram evoluções diferenciadas. Assim, o valor referente a "Indemnizações compensatórias" atribuídas ao ML conforme estipulado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 96/2010, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 240 de 14 de Dezembro de 2010, manteve o seu valor em termos nominais, mas foi afectada negativamente pelo aumento da taxa reduzida de IVA em 1% no início do 2.º semestre de 2010, tendo por isso registado uma redução, em termos líquidos, de 0,94%.

Pelo contrário, as compensações relativas aos passes 4_18@escola.tp e sub23@superior.tp tiveram uma variação positiva de 2,30 milhões de euros. Uma vez que estes valores representam a compensação por descontos concedidos pelo Estado aos seus beneficiários, com prejuízo da receita comercial da Empresa, em termos económicos e para efeitos de preservação da comparabilidade com anos anteriores são apresentados noutros pontos do presente Relatório e Contas como proveitos de bilheteira.

A rubrica "Trabalhos para a própria entidade" sofreu um forte decréscimo de 18,3%, isto é, menos 0,79 milhões de euros, devido à redução do ritmo de investimento no decurso de 2010, expectável face à aproximação da conclusão do ciclo de expansão da rede em curso.

Un: €

Subsídios à exploração	Períodos 2010	2009	Variação Valor	%
Indemnização compensatória	26.502.996	26.755.406	(252.409)	-0,9%
PAII - Programa apoio integrado a idosos	0	136.317	136.317	-100,0%
Passe 4_18@escola.tp	952.817	648.318	304.499	47,0%
Passe Sub23@superior.tp	1.994.602	0	1.994.602	100,0%
Total	29.450.415	27.540.041	1.910.374	6,9%

Gastos

Os "Gastos operacionais" registaram um decréscimo de 6,9% (menos 15,6 milhões de euros), quando comparados com o ano anterior, devido à boa performance verificada no ano em apreço de todas as naturezas de Gastos relevantes, com excepção dos "Gastos com o pessoal". Note-se que mesmo excluindo o efeito positivo de 9,5 milhões de euros da rubrica "Aumentos/reduções do justo valor" ligada à valorização dos instrumentos de cobertura de risco, e que no anterior Plano de Contas era uma das componentes do "Resultado financeiro", os gastos operacionais teriam, ainda assim, um decréscimo substancial de 6,1 milhões de euros.

O valor das "Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos", de 3,0 milhões de euros negativos resulta essencialmente do reconhecimento da totalidade dos prejuízos apurados na participada Ferconsult, S.A., e da quota parte do ML nos resultados negativos da Publimetro, S.A., em resultado da desaceleração do mercado publicitário.

A rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas", observou um decréscimo de 5,6%, o equivalente a menos 0,15 milhões de euros, face ao ano de 2009.

Os "Fornecimentos e serviços externos", foram uma das rubricas que mais contribui para a evolução positiva no sentido da contenção dos gastos de funcionamento. Esta natureza de gastos decresceu em 2010 cerca de 15,8% face a 2009, para se situar nos 38,7 milhões de euros.

A rubrica "Outros gastos e perdas" registou uma evolução positiva devido ao comportamento positivo das suas rubricas mais importantes.

Deve referir-se que as poupanças alcançadas em 2010 não podem ser encaradas como uma aproximação às metas de redução de custos de 15% determinadas pelo Governo como objectivo para 2011, uma vez que não só existiu um acréscimo da rede em exploração e, consequentemente, um aumento dos custos variáveis associada ao aumento da oferta, mas também a produção de efeitos das medidas de redução de custos, adoptadas pelo actual Conselho de Administração foi relativa a apenas seis meses.

As sub-rubricas que influenciam a evolução positiva dos "Fornecimentos e serviços externos" encontram-se evidenciadas no quadro abaixo.

Un: €

		Períodos		Variação	
Gastos operacionais		2010	2009	Valor	%
Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e participadas		(2.965.395)	0	(2.965.395)	-
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(2.606.599)	(2.760.318)	153.719	-5,6%
Fornecimentos e serviços externos	-	(38.674.372)	(45.957.684)	7.283.312	-15,8%
Gastos com pessoal	-	(87.656.930)	(84.811.329)	(2.845.601)	3,4%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização e provisões	-	(32.220.190)	(32.690.716)	470.526	-1,4%
Aumentos/reduções de justo valor	-	(44.096.566)	(53.593.257)	9.496.691	-17,7%
Outros gastos e perdas	-	(2.531.552)	(6.518.871)	3.987.319	-61,2%
Total		(210.751.604)	(226.332.175)	15.580.571	-6,9%

Un: €

	Períodos		Variação	
Fornecimento e serviços externos	2010	2009	Valor	%
Serviços especializados	15.745.966	17.745.385	(1.999.419)	-11,3%
Materiais	266.566	280.916	(14.350)	-5,1%
Energia e fluidos	8.196.279	7.517.112	679.168	9,0%
Deslocações estadas e transportes	584.325	569.800	14.524	2,5%
Serviços diversos	13.881.237	19.844.471	(5.963.235)	-30,0%
Total	38.674.372	45.957.684	(7.283.312)	-15,8%

Os "Serviços diversos" e os "Serviços especializados" são os que mais contribuiram para a redução significativa desta natureza de gastos, já que os custos com energia evoluíram em sentido contrário, em função do acréscimo da oferta de transporte já anteriormente referida.

Dentro dos "Serviços especializados", há que destacar o comportamento dos custos com "Conservação e reparação", "Trabalhos especializados" e "Vigilância e segurança", que registaram decréscimos de 18,3%, 26,5%, 2,1%, respectivamente.

Nos "Serviços diversos", há a salientar também a evolução, das sub-rubricas, de "Rendas e alugueres", "Limpeza" e "Outros", com reduções de 40,6%, 4,1% e 6,9%, o equivalente a menos 6,0 milhões de euros face a 2009.

A rubrica "Outros gastos operacionais" registou um decréscimo assinalável de 4,1 milhões de euros, cerca de menos 64,3% do que no ano anterior, essencialmente devido a ajustamentos contabilísticos exigíveis no âmbito da SNC e à redução dos custos com juros de mora associados a sentenças judiciais.

Un: €

	Períodos		Variação	
Serviços especializados	2010	2009	Valor	%
Conservação e reparação	5.408.785	6.623.899	(1.215.114)	-18,3%
Publicidade	650.044	731.129	(81.085)	-11,1%
Vigilância e segurança	7.831.461	7.997.163	(165.701)	-2,1%
Trabalhos especializados	1.523.037	2.071.575	(548.538)	-26,5%
Outros	332.638	321.620	11.019	3,4%
Total	15.745.966	17.745.385	(1.999.420)	-11,3%

Un: €

	Períodos		Variação	
Serviços diversos	2010	2009	Valor	%
Rendas e alugueres	8.492.522	14.158.660	(5.666.138)	-40,0%
Limpeza	3.270.285	3.409.690	(139.405)	-4,1%
Outros	2.118.429	2.276.121	(157.692)	-6,9%
Total	13.881.237	19.844.471	(5.963.235)	-30,0%

Un: €

	Períodos		Variação	
Outros gastos	2010	2009	Valor	%
Taxas e impostos	314.553	249.865	64.688	25,9%
Dívidas incobráveis de clientes	-	21.656	(21.656)	-100,0%
Perdas em inventários	88.225	501.856	(413.631)	-82,4%
Perdas em activos tangiveis	64.385	631	63.754	10103,6%
Correcções de gastos com pessoal	176.223	4.272	171.951	4025,2%
Correcções de gastos com fornece-dores	306.157	1.711.397	(1.405.240)	-82,1%
Donativos	983.554	914.678	68.876	7,5%
Multas fiscais	5.501	65.222	(59.721)	-91,6%
Insuficiência de estimativa p/ impostos	81.496	-	81.496	-
Quotizações	104.459	104.821	(362)	-0,3%
Acções de relações públicas	144.896	237.685	(92.789)	-39,0%
Juros de mora	6.090	2.567.132	(2.561.042)	-99,8%
Diferenças de câmbio	4.286	32.544	(28.258)	-86,8%
Outros gastos	14.393	9.559	4.834	50,6%
Total	2.294.217	6.421.316	(4.127.099)	-64,3%

O valor total dos "Gastos com o pessoal" foi, em 2010, de 87,7 milhões euros, tendo aumentado cerca de 3,4%, (2,8 milhões de euros).

Este aumento deveu-se quase exclusivamente à rubrica de remunerações, que cresceu devido ao aumento do efectivo médio em cerca de 3,8%, não só por efeito de contratação de pessoal afecto às várias estações, na sequência da entrada em serviço de passageiros do troço Alameda/S. Sebastião ocorrido em Agosto de 2009, mas também por reforço de efectivos nas áreas de manutenção e conservação. No entanto, o gasto com pessoal *per capita* decresceu 0,42%, uma vez que as novas entradas se dão para os escalões inferiores das respectivas carreiras.

Em resumo:

- Os "Rendimentos operacionais" registaram um decréscimo de 0,1%;
- Os "Gastos operacionais" registaram uma diminuição de 6,9%, apesar do aumento da rede em exploração;
- Os "Resultados operacionais" tiveram uma melhoria de 13,8%;
- O EBITDA teve uma melhoria de 17,1%, embora permaneça negativo em 31,8 milhões de euros;
- Os "Rendimentos operacionais" cobriram cerca de 54,4% dos "Gastos operacionais", isto é, mais cerca de 3,7% do que no ano de 2009.

Un: €

	2010		2009		Variação	
Gastos com o pessoal	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Massa salarial	58.092.501	-	55.780.808	-	2.311.693	4,1%
Remunerações	59.043.526	67,4%	56.976.623	67,2%	2.066.903	3,6%
Taxa Social Única (TSU)	13.196.971	15,1%	12.685.253	15,0%	511.718	4,0%
Complemento de pensões de reforma	12.216.471	13,9%	12.001.676	14,2%	214.795	1,8%
Seguro de acidentes de trabalho	845.674	1,0%	685.138	0,8%	160.536	23,4%
Custos de acção social	2.095.455	2,4%	2.164.065	2,6%	(68.610)	-3,2%
Fardamentos	214.994	0,2%	214.184	0,3%	810	0,4%
Formação	42.172	0,0%	81.971	0,1%	(39.799)	-48,6%
Outros gastos c/pessoal	1.667	0,0%	2.420	0,0%	(753)	-31,1%
Total	87.656.930	100,0%	84.811.329	100,0%	2.845.601	3,4%
Efectivo médio (n.º)	1.672		1.611		61	3,8%
Gastos com pessoal *per capita*	52.426		52.645		(219)	-0,4%
Massa salarial *per capita*	34.744		34.625		119	0,3%

Resultado financeiro

O "Resultado financeiro" fixou-se em -52,0 milhões de euros, no final de 2010, o que representa um agravamento de 47% face ao valor comparável de 2009.

Este comportamento fica a dever-se ao acréscimo dos juros suportados, que embora beneficiando ainda de taxas historicamente baixas, vieram a registar um progressivo alargamento dos respectivos *spreads* de crédito aliados a um ligeiro crescimento do endividamento.

Este resultado financeiro foi ainda penalizado pelo acréscimo de juros pagos relacionados com as operações de *leasing* operacional estruturado, na ordem dos 8,9 milhões de euros.

Demonstração da posição financeira

A apresentação da posição financeira da Empresa no final do ano de 2010 é substancialmente diferente da que se pode encontrar nos documentos de prestação de contas de anos anteriores, não apenas devido à adopção das normas do Sistema de Normalização Contabilística, como pela alteração das políticas contabilísticas, em particular no tocante à apresentação da posição financeira da actividade de construção de ILD's, integrantes do domínio público, efectuada por conta e ordem do Estado.

As alterações em causa são desenvolvidas em detalhe no anexo às demonstrações financeiras, tendo sido igualmente, para efeitos de comparabilidade, re-expressas as contas do exercício de 2009 no mesmo referencial.

Un: €

	Períodos		Variação	
Resultados financeiros	2010	2009	Valor	%
Aplicações financeiras	264.762	706.497	(441.735)	-62,5%
Gastos financeiros de exploração	(34.099.479)	(27.132.148)	(6.967.331)	25,7%
Gastos financeiros com I.F.G.R. - Locação operacional	(5.253.316)	3.615.397	(8.868.714)	-245,3%
Rendimento atribuído ao estudo actuarial	(12.925.370)	(12.575.179)	(350.190)	2,8%
Total	(52.013.403)	(35.385.433)	(16.627.970)	47,0%

Un: €

Rubricas	Datas 31/12/2010	31/12/2009	Variação Valor	%
Activo				
Actividades com ILD's				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	340.442.884	369.938.850	(29.495.966)	-8,0%
Propriedades de investimento	406.086	413.636	(7.550)	-1,8%
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	11.805.563	11.451.336	354.227	3,1%
Outras contas a receber	12.455.669	12.955.669	(500.000)	-3,9%
Derivados	22.552.850	18.432.871	4.119.979	22,4%
Outros activos financeiros	44.143.384	43.679.310	464.074	1,1%
	431.806.436	456.871.672	(25.065.236)	-5,5%
Activo corrente				
Inventários	1.564.236	1.516.625	47.611	3,1%
Clientes	5.315.645	2.051.532	3.264.113	159,1%
Empresas do grupo	0	250.000	(250.000)	-100,0%
Adiantamentos a fornecedores	56.154	57.921	(1.767)	-3,1%
Estado e outros entes públicos	2.859.146	6.088.285	(3.229.139)	-53,0%
Outras contas a receber	33.359.303	22.210.651	11.148.652	50,2%
Diferimentos	45.070.840	46.596.526	(1.525.686)	-3,3%
Caixa e depósitos bancários	84.151	338.233	(254.082)	-75,1%
	88.309.475	79.109.773	9.199.702	11,6%
Total do activo	520.115.911	535.981.445	(15.865.534)	-3,0%
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital realizado	603.750.000	573.629.603	30.120.397	5,3%
Reservas legais	21.597	21.597	0	0,0%
Outras reservas	1.501.878	1.501.878	0	0,0%
Resultados transitados	(1.144.011.150)	(995.913.373)	(148.097.777)	14,9%
Outras variações no capital próprio	28.637.046	31.543.277	(2.906.231)	-9,2%
	(510.100.629)	(389.217.018)	(120.883.611)	31,1%
Resultado líquido do período	(148.337.248)	(146.977.271)	(1.359.977)	-0,9%
Total do capital próprio	(658.437.877)	(536.194.289)	(122.243.588)	22,8%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	753.958	516.106	237.852	-46,1%
Financiamentos obtidos	312.384.745	650.689.205	(338.304.460)	-52,0%
Derivados	144.368.172	96.151.627	48.216.545	50,1%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	229.032.219	224.881.875	4.150.344	1,8%
	686.539.094	972.238.813	(285.699.719)	-29,4%
Passivo corrente				
Fornecedores	7.803.720	7.775.585	28.135	0,4%
Estado e outros entes publicos	3.338.500	2.559.114	779.386	30,5%
Financiamentos obtidos	433.652.816	42.996.449	390.656.367	908,6%
Outras contas a pagar	43.152.652	42.116.507	1.036.145	2,5%
Diferimentos	4.067.006	4.489.266	(422.260)	-9,4%
	492.014.694	99.936.921	392.077.773	392,3%
Total do passivo	1.178.553.788	1.072.175.734	106.378.054	9,9%
Total do capital próprio e do passivo	520.115.911	535.981.445	(15.865.534)	-3,0%

Activo

O total do "Activo" registou um decréscimo de cerca de 15,9 milhões de euros face ao ano de 2009.

Os "Activos ML não correntes" apresentaram, em 31 de Dezembro de 2010, um saldo de 431,8 milhões de euros (-25,1 milhões de euros face a 2009), em resultado do impacto das amortizações anuais, respeitantes aos "Activos fixos tangíveis".

Os "Activos correntes" apresentam um saldo de cerca de 88,3 milhões de euros (+9,2 milhões em relação a 2009).

Como foi referido, o Balanço da empresa passou a integrar uma linha referente à posição líquida da actividade de construção de Infra-estruturas de Longa Duração (ILD's). Esta actividade traduz o impacto do investimento realizado na rede de metropolitano por conta do Estado, bem como a sua forma de financiamento.

Uma vez que essa actividade é realizada por conta do Estado, foram apurados todos os activos (na sua maioria infra-estruturas) e passivos (na sua maioria empréstimos obrigacionistas e bancários avalizados pelo Estado) associados à mesma, bem como os respectivos custos e proveitos, pelo que o impacto na posição financeira do Metropolitano de Lisboa é nulo.

O detalhe da composição das ILD's, bem como dos meios financeiros afectos ao seu financiamento é o seguinte:

Un: €

	Período		Período		Variação	
Actividades com investimento em ILD's	2010	%	2009	%	Valor	%
Activo tangível						
Infra-estrutura de Longa Duração	2.624.513.844	66,5%	2.540.527.417	66,9%	83.986.427	3,3%
Custos departamentais	63.263.304	1,6%	60.092.054	1,6%	3.171.250	5,3%
Custos financeiros de imobilizado	297.697.506	7,5%	294.016.010	7,7%	3.681.496	1,3%
	2.985.474.654	75,6%	2.894.635.481	76,2%	90.839.173	3,1%
Activo intangível	6.871.622	0,2%	6.852.425	0,2%	19.197	0,3%
Activo circulante	55.070.778	1,4%	51.074.318	1,3%	3.996.460	7,8%
Investimento realizado por conta do Estado	3.047.417.054	77,2%	2.952.562.224	77,8%	94.854.830	3,2%
Gastos de empréstimos	901.828.074	22,8%	844.631.370	22,2%	57.196.704	6,8%
Investimento realizado por conta do Estado	3.949.245.128	100,0%	3.797.193.594	100,0%	152.051.534	4,0%
Fornecedores e outras contas a pagar	(29.027.889)	0,7%	(56.079.522)	1,5%	27.051.633	-48,2%
Subsídios	(856.614.314)	21,7%	(810.170.074)	21,3%	(46.444.240)	5,7%
Financiamentos obtidos	(3.063.602.925)	77,6%	(2.930.943.998)	77,2%	(132.658.927)	4,5%
Total financiamento obtido por conta do Estado	(3.949.245.128)	100,0%	(3.797.193.594)	100,0%	(152.051.534)	4,0%
Saldo actividades de investimento com ILD's	0		0		0	

Como se pode observar, o total da despesa realizada por conta do Estado no âmbito da actividade de gestão das ILD's ascendeu a 3.949,2 milhões de euros, dos quais cerca de 30,3% correspondem a encargos suportados com juros (incluindo os imobilizados) dos financiamentos contraídos para o seu financiamento.

O valor das ILD's construídas pela Empresa por conta e ordem do Estado ascendeu a 3.047,4 milhões de euros, tendo crescido 3,2% em 2010. O "activo fixo tangível" é responsável por cerca de 98% desse agregado tendo os custos departamentais (que correspondem à imputação de custos das estruturas do ML vocacionadas para a gestão das empreitadas de alargamento da rede de metropolitano), um significado diminuto no valor global do investimento realizado.

Em termos de estrutura de financiamento, verifica-se que cerca de 77,6% do total foi assegurado pelos mercados financeiros, 21,7% por subsídios nacionais e comunitários, e 0,7% junto de fornecedores.

Em termos de variações anuais, constata-se, do lado da despesa, a já referenciada redução do ritmo de investimento em 2010, quando comparado com 2009, bem como o aumento dos juros suportados com empréstimos, enquanto que do lado do financiamento, se destaca o contributo negativo dos fornecedores de imobilizado, e o acréscimo da importância relativa do financiamento bancário na satisfação das necessidades globais de financiamento das ILD's.

Un: €

	Período		Período		Variação	
Variações nas actividades com investimento em ILD's	2010	%	2009	%	Valor	%
Activo tangível						
Infra-estrutura de Longa Duração	83.986.427	55,2%	150.169.132	57,4%	(66.182.705)	-44,1%
Custos departamentais	3.171.250	2,1%	3.704.081	1,4%	(532.831)	-14,4%
Custos financeiros de imobilizado	3.681.496	2,4%	4.225.184	1,6%	(543.688)	-12,9%
	90.839.173	59,7%	158.098.397	60,5%	(87.259.224)	-41,5%
Activo intangível	19.197	0,0%	40.106	0,0%	(20.909)	-52,1%
Activo circulante	3.996.460	2,6%	51.074.318	19,5%	(47.077.858)	-92,2%
Investimento realizado por conta do Estado	94.854.830	2,4%	209.212.821	5,5%	(114.357.991)	-75,2%
Gastos de empréstimos	57.196.704	37,6%	52.288.331	20,0%	4.908.373	9,4%
Investimento realizado por conta do Estado	152.051.534	100,0%	261.501.152	100,0%	(109.449.618)	-41,9%
Fornecedores e outras contas a pagar	27.051.633	-17,8%	(18.198.936)	7,0%	45.250.569	-248,6%
Subsídios	(46.444.240)	30,5%	(55.160.300)	21,1%	8.716.060	-15,8%
Financiamentos obtidos	(132.658.927)	87,2%	(188.141.917)	71,9%	55.482.990	-29,5%
Total financiamento obtido por conta do Estado	(152.051.534)	100,0%	(261.501.152)	100,0%	109.449.618	-41,9%
Saldo actividades de investimento com ILD's	0		0		0	

Capital próprio

O "Capital próprio" registou uma variação negativa de 22,8% (-122,2 milhões de euros), explicado pelo resultado líquido do exercício.

Registou-se, ainda, no decurso de 2010, a realização da parcela remanescente do aumento de capital determinado em 2002.

Passivo

O total do "Passivo" registou um aumento de 106,4 milhões de euros, +9,9% face a 2009, devido essencialmente ao incremento verificado no "Passivo corrente – financiamentos obtidos/financiamentos de curto prazo" (+390,7 milhões de euros). Para além do financiamento da actividade da empresa de exploração do serviço de transporte de passageiros e a manutenção da infra-estrutura não coberta por receitas comerciais e pela indemnização compensatória, o crescimento desta rubrica reflecte de forma expressiva as dificuldades sentidas em toda a economia no acesso aos mercados financeiros para maturidades mais longas, e que acabou por redundar numa estrutura de financiamento por capitais alheios mais dependente de financiamentos de curto prazo. Como contrapartida assistiu-se a uma redução relevante de 285,7 milhões de euros do "Passivo não corrente" face a 2009.

Necessidades totais de financiamento

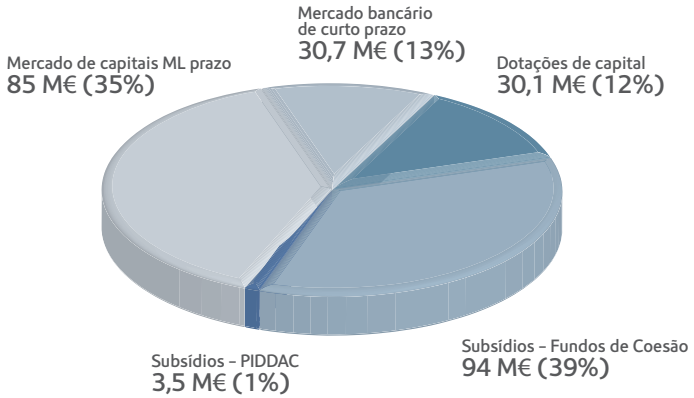
Considerando as duas grandes áreas de actividade do ML – Produção do transporte e sua manutenção e Gestão das infra-estruturas - caracterizadas por persistentes défices das actividades operacional e de investimento, as necessidades totais de financiamento elevaram-se a cerca de 470,9 milhões de euros (menos 133,0 M€ face ao período homólogo de 2009), conforme quadro abaixo:

Un: €

	Período		Variação	
Necessidades de financiamento	2010	2009	valor	%
Actividades operacionais	(22.912.795)	(28.538.278)	5.625.483	19,7%
Actividades investimento	(127.782.201)	(149.025.734)	21.243.533	14,3%
Amortizações:				
Empréstimos bancários	(187.701.752)	(259.368.419)	71.666.667	27,6%
Empréstimos obrigacionistas	(7.731.367)	(7.731.367)	0	-
Leasing	(32.349.052)	(29.437.352)	(2.911.700)	-9,9%
Juros e gastos similares	(88.794.764)	(103.812.917)	15.018.153	14,5%
Depósito a prazo (caução)	(277.735)	(22.576.503)	22.298.767	98,8%
Suprimentos concedidos	(3.319.621)	(3.344.013)	24.392	0,7%
Total das necessidades de financiamento	(470.869.289)	(603.834.582)	132.965.294	22,0%
Realização de aumentos de capital	30.120.397	0	30.120.397	-
Subsídios ao investimento	97.518.558	4.034.401	93.484.157	2317,2%
Novos empréstimos				
Empréstimos bancários	312.808.903	198.358.874	114.450.029	57,7%
Empréstimos obrigacionistas	85.000.000	400.000.000	(315.000.000)	-78,8%
Leasing	0	0	0	-
Juros e rendimentos similares	238.126	1.614.519	(1.376.393)	-85,3%
Total dos financiamentos	525.685.985	604.007.794	(78.321.810)	-13,0%
+/- das necessidade de investimento	54.816.696	173.212	54.643.484	31547,2%
Depósito no IGCP para ILD's	(55.070.778)	0	(55.070.778)	-
Variação dos saldos de caixa e bancos	(254.082)	173.212	(427.294)	-246,7%

Excluindo o acréscimo de endividamento aplicado na amortização de passivos de anos anteriores, a cobertura financeira das necessidades da empresa foi assegurada pelas seguintes fontes de financiamento:

Fontes de financiamento em 2010
(excluindo amortizações de dívida)



Observa-se que no exercício em causa as transferências do Orçamento do Estado e os fundos comunitários assumiram um papel determinante, em comparação com os valores recebidos em 2009:

Un: €

	Período		Variação	
Subsídios ao investimento em ILD's	2010	2009	Valor	%
Do Estado:				
PIDDAC	3.500.000	4.000.000	(500.000)	-12,5%
Dotações de capital	30.120.397	0	30.120.397	–
Subtotal	33.620.397	4.000.000	29.620.397	88,1%
Fundos comunitários:				
Fundo de Coesão	94.018.558	0	94.018.558	–
Feder – QCA Transportes	0	34.401	(34.401)	-100,0%
Subtotal	94.018.558	34.401	93.984.157	100,0%
Total	127.638.956	4.034.401	123.604.554	96,8%

Em termos globais, as necessidades de financiamento incluindo, quer a actividade de construção de ILD's por conta do Estado, quer a operação, provocaram um incremento do endividamento de 185 milhões de euros, em 2010, ou seja, mais 5,1% face a 2009, situando-se abaixo do limite de 7% imposto pelo Plano de Estabilidade e Crescimento.

Este aumento foi suportado essencialmente por dívida de curto prazo, a qual refinanciou parte das amortizações de capital de um empréstimo Schuldschein, enquanto a emissão de longo prazo em regime de *Private Placement*, concretizada no final do ano em apreço, foi prioritariamente afecta às amortizações de capital de empréstimos BEI e outras operações de longo prazo.

Tal como referido, em consequência da incapacidade do sistema financeiro nacional de absorver operações de financiamento em maturidades mais longas, observou-se uma maior concentração de compromissos no curto prazo, cujo peso relativo aumentou para 15,7%.

Em termos percentuais a dívida financeira a 31 de Dezembro de 2010, encontrava-se distribuída pelas seguintes fontes de financiamento:

Un: €

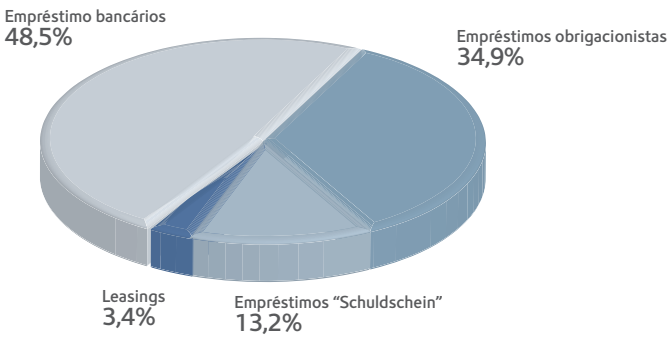
	Período		Variação	
Passivo remunerado	2010	2009	Valor	%
Empréstimos obrigacionistas	1.331.388.204	1.254.119.572	77.268.633	6,2%
BEI	1.080.864.255	1.120.566.007	(39.701.752)	-3,5%
Outros longo-prazo	170.000.000	170.000.000	0	0,0%
Shuldschein	502.000.000	650.000.000	(148.000.000)	-22,8%
Curto prazo	597.195.005	284.386.425	312.808.580	110,0%
Leasing financeiro	130.691.028	148.072.833	(17.381.805)	-11,7%
Total	3.812.138.492	3.627.144.837	184.993.655	5,1%

Un: €

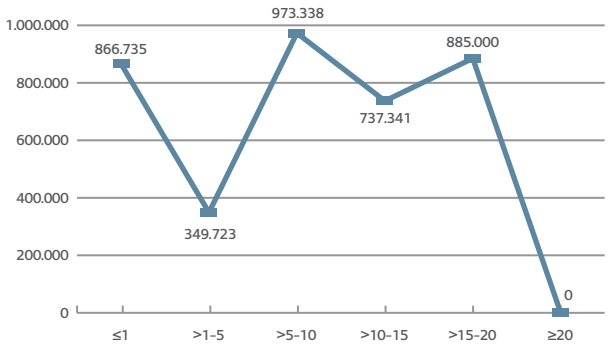
	Período		Variação	
Estrutura da dívida	2010	2009	Valor	%
Dívida curto prazo	597.195.005	284.386.425	312.808.580	109,99%
Dívida médio e longo prazo	3.214.943.487	3.342.758.412	(127.814.925)	-3,82%
Total	3.812.138.493	3.627.144.837	184.993.655	5,10%

O prazo médio de endividamento ("duration") situava-se, em finais de 2010, em cerca de 8,6 anos, razoavelmente adequado às características de longa duração inerentes às infra-estruturas da Empresa:

Estrutura da dívida



Prazo médio de endividamento



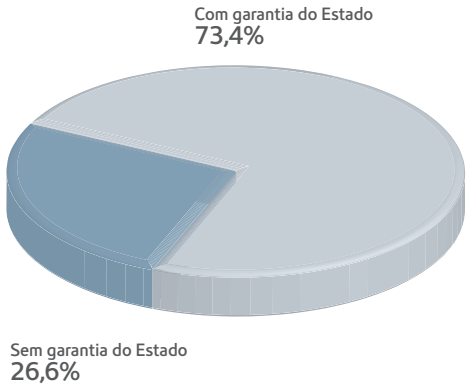
Como já foi referido, no exercício de 2010, não foi possível proceder à consolidação da dívida de curto prazo através de operações no mercado de capitais, de médio e longo prazo, com garantia pessoal do Estado, conforme política seguida pela Empresa em anos anteriores.

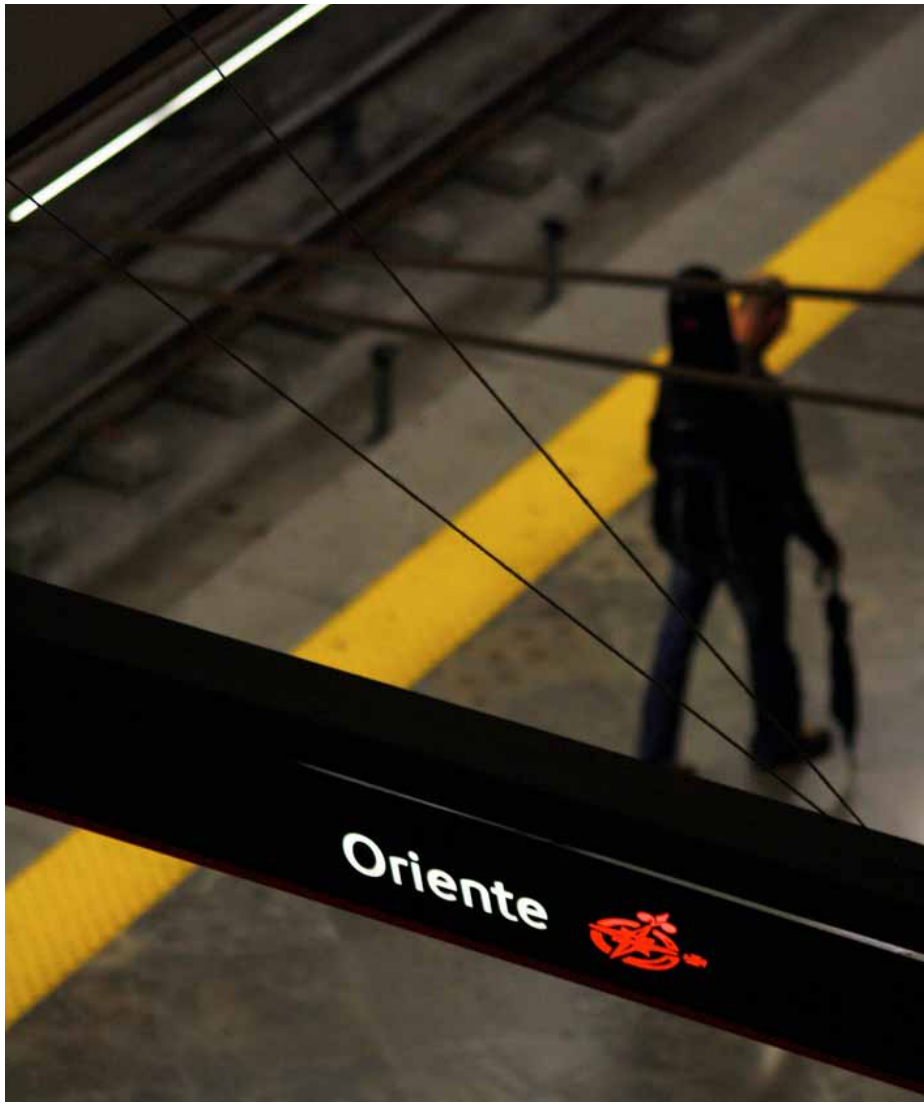
Efectivamente durante o ano, os investidores internacionais mantiveram-se bastante cépticos à tomada de risco em Portugal, resultando desse facto uma muito maior dificuldade de acesso ao mercado de capitais pelos agentes económicos nacionais.

O ML aproveitou uma janela de oportunidade que se abriu no final do ano, conseguindo concretizar uma operação de *Private Placement*, no mercado de capitais, por um prazo de 15 anos, com garantia pessoal do Estado, mas apenas pelo montante de 85 milhões de euros (tendo, já em Fevereiro de 2011, fechado um "tap" nesta emissão pelo valor de 25,0 milhões de euros). O facto de se tratar de uma operação realizada perto do fecho do ano fez com que parte do valor captado fosse aplicado transitoriamente junto do IGCP, cumprindo assim as orientações relativas à aplicação do princípio da unidade da tesouraria.

Ainda assim, o rácio da dívida garantida/dívida total, mantém-se em níveis considerados consistentes apresentando em fins de 2010 uma performance de 73,4%, contra 76,3% em 2009.

Dívida garantida/Dívida total

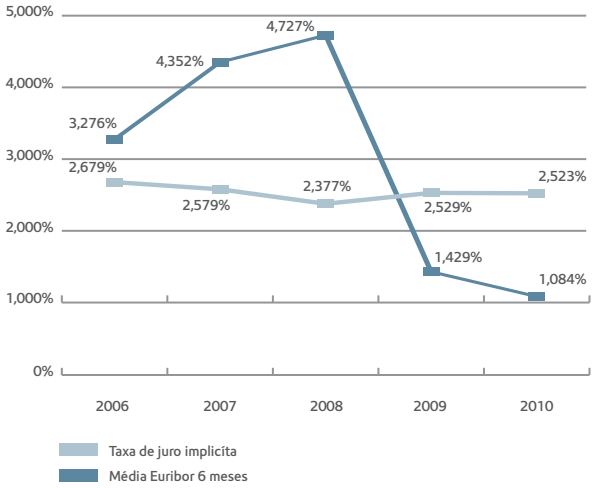




No quadro e gráfico seguintes, apresenta-se a evolução da taxa de juro média anual implícita ao endividamento nos últimos cinco anos (2006-2010). Os dados são igualmente ilustrativos do efeito estabilizador dos instrumentos de gestão do risco, que permitiram uma redução da taxa de juro implícita na dívida enquanto a Euribor exibiu uma tendência crescente, e um aumento quando as taxas de juro desceram abruptamente:

	2010	2009	2008	2007	2006
Taxa de juro implícita	2,523%	2,529%	2,377%	2,579%	2,679%
Média Euribor 6 meses	1,084%	1,429%	4,727%	4,352%	3,276%
Diferencial	3,439%	1,100%	2,350%	1,773%	0,597%

Taxa de juro média anual ao endividamento



Por fim, apresenta-se a evolução da notação de rating de longo prazo atribuído ao ML pela agência internacional Standard & Poor's (S&P). De referir que o ML é acompanhado pela S&P, desde 1996. Ao longo de 2010 os sucessivos cortes no rating do ML têm vindo a ser justificados com os riscos associados às progressivas dificuldades de acesso aos mercados financeiros por parte dos bancos nacionais, e à capacidade de suporte extraordinário por parte do Estado ao ML em caso de necessidade, embora o ML continue a ter uma posição forte junto do sistema finaneiro nacinal e internacional e as transferências do Estado para a empresa tenham efectivamente aumentado em 2010.

Evolução da notação de Rating da Empresa	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
10 Março 1997	AA-	Stable
.....		
07 Dezembro 2009	A+	Negative
27 Abril 2010	A-	Watch Neg
29 Setembro 2010	BBB+	Negative
03 Dezembro 2010	BBB	Watch Neg

4.2 Proposta de aplicação de resultados

Para cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., propõe-se que os resultados líquidos apurados no exercício, no valor negativo de € 148.337.248, sejam integralmente transferidos para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração

Francisco José Cardoso dos Reis
Carlos José Bento Nunes
Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob
Luis Miguel Silva Ribeiro
António Gregório Ventura

5.
Demonstrações financeiras

Balanços em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Un: €

ACTIVO	Notas	2010	2009
Actividades de investimentos em infra-estruturas de longa duração	5	–	–
Activo não corrente			
Activos fixos tangiveis	6	340.442.884	369.938.850
Propriedades de investimento	8	406.086	413.636
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	9	11.805.563	11.451.336
Outras contas a receber	13	12.455.669	12.955.669
Derivados	10	22.552.850	18.432.871
Outros activos financeiros	11	44.143.384	43.679.310
Total do activo não corrente		**431.806.436**	**456.871.672**
Activo corrente			
Inventários	12	1.564.236	1.516.625
Clientes	13	5.315.645	2.051.532
Empresas do grupo	32	–	250.000
Adiantamentos a fornecedores		56.154	57.921
Estado e outros entes públicos	21	2.859.146	6.088.285
Outras contas a receber	13	33.359.303	22.210.651
Diferimentos	14	45.070.840	46.596.526
Caixa e depósitos bancários	4	84.151	338.233
Total do activo corrente		**88.309.475**	**79.109.773**
Total do activo		520.115.911	535.981.445

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2010	2009
Capital próprio			
Capital realizado	15	603.750.000	573.629.603
Reservas legais		21.597	21.597
Outras reservas		1.501.878	1.501.878
Resultados transitados		(1.144.011.150)	(995.913.373)
Outras variações no capital próprio	16	28.637.046	31.543.277
		(510.100.629)	**(389.217.018)**
Resultado líquido do exercício		**(148.337.248)**	**(146.977.271)**
Total do capital próprio		(658.437.877)	(536.194.289)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	753.958	516.106
Financiamentos obtidos	18	312.384.745	650.689.205
Derivados	10	144.368.172	96.151.627
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	229.032.219	224.881.875
Total do passivo não corrente		**686.539.094**	**972.238.813**
Passivo corrente			
Fornecedores	20	7.803.720	7.775.585
Estado e outros entes públicos	21	3.338.500	2.559.114
Financiamentos obtidos	18	433.652.816	42.996.449
Outras contas a pagar	23	43.152.652	42.116.507
Diferimentos	24	4.067.006	4.489.266
Total do passivo corrente		**492.014.694**	**99.936.921**
Total do passivo		1.178.553.788	1.072.175.734
Total do capital próprio e do passivo		520.115.911	535.981.445

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial e Contas

Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Administração

Francisco José Cardoso dos Reis

Carlos José Bento Nunes

Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob

Luis Miguel Silva Ribeiro

António Gregório Ventura

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Un: €

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2010	2009
Vendas e serviços prestados	25	64.039.465	63.833.462
Subsídios à exploração	26	29.450.415	27.540.041
Ganhos/perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	(2.965.395)	82.965
Trabalhos para a própria entidade	3.19	3.508.747	4.297.018
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2.606.599)	(2.760.318)
Fornecimentos e serviços externos	27	(38.674.372)	(45.957.684)
Gastos com o pessoal	28	(87.656.930)	(84.811.329)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	(180.000)	(50.000)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	(57.335)	(47.555)
Provisões (aumentos/reduções)	17 e 18	12.216.471	13.196.010
Aumentos/reduções de justo valor	10	(44.096.566)	(53.593.257)
Outros rendimentos e ganhos	29	5.366.251	5.787.565
Outros gastos e perdas	30	(2.294.217)	(6.421.316)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(63.950.065)	(78.904.398)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(32.220.190)	(32.690.716)
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8	63.584	61.596
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(96.106.671)	(111.533.518)
Juros e rendimentos similares obtidos	31	264.762	4.321.894
Juros e gastos similares suportados	31	(52.278.165)	(39.707.327)
Resultado antes de impostos		(148.120.074)	(146.918.951)
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	(217.174)	(58.320)
Resultado líquido do exercício		**(148.337.248)**	**(146.977.271)**

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial e Contas

Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Administração

Francisco José Cardoso dos Reis

Carlos José Bento Nunes

Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob

Luis Miguel Silva Ribeiro

António Gregório Ventura

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Un: €

RUBRICAS			Notas	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais – método directo					
Venda de bilhetes e passes		+		74.695.949	68.901.110
Subsídios à exploração			3.18	28.975.536	27.540.041
Recebimentos de clientes				2.991.612	4.373.760
Pagamentos a fornecedores		-		(44.862.708)	(45.519.639)
Pagamentos ao pessoal		-		(72.653.135)	(69.028.913)
Caixa gerada pelas operações		+/-		(10.852.746)	(13.733.641)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+		(7.428.491)	(2.378.668)
Outros recebimentos / pagamentos		+/-		(4.631.558)	(12.425.969)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-		(22.912.795)	(28.538.278)
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Recebimentos provenientes de:					
Actividades de investimento em ILD's – Subsídios ao investimento				42.447.781	4.034.401
Juros e rendimentos similares		-		238.126	1.614.519
Pagamentos respeitantes a:		-			
Activos fixos tangíveis		+		(12.245.356)	(9.227.565)
Actividades de investimento em ILD's – Activos fixos tangíveis				(115.350.506)	(139.080.019)
Outros pagamentos				(186.339)	(718.149)
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-		(85.096.294)	(143.376.813)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Actividades de investimento em ILD's – Financiamentos obtidos				94.539.088	-
Financiamentos obtidos		+		218.269.815	520.000.000
Actividades de investimento em ILD's – Empréstimos obrigacionistas			18	85.000.000	400.000.000
Realização de capital			15	30.120.397	-
Pagamentos respeitantes a:					
Actividades de investimento em ILD's – Financiamentos obtidos		-		(39.701.752)	(204.126.716)
Financiamentos obtidos		-		(180.349.053)	(406.320.181)
Actividades de investimento em ILD's – Empréstimos obrigacionistas			11	(7.731.367)	(7.731.367)
Actividades de investimento em ILD's– Juros e gastos similares				(59.203.244)	(53.096.299)
Juros e gastos similares				(29.591.521)	(50.716.618)
Depósitos a prazo (caução)		-		(277.735)	(22.576.503)
Suprimentos concedidos			9	(3.319.621)	(3.344.013)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)			107.755.007	
Variação de caixa e seus equivalentes	**4=(1)+(2)+(3)**			**(254.082)**	**173.212**
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	4	338.233	165.021
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	4	84.151	338.233

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial e Contas

Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Administração

Francisco José Cardoso dos Reis

Carlos José Bento Nunes

Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob

Luis Miguel Silva Ribeiro

António Gregório Ventura

Demonstrações das alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e2009

Un: €

Descrição	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição em 01 de Janeiro de 2009 (POC)		603.750.000	21.597	746.219.840	(1.462.939.070)	–	(126.730.258)	(239.677.891)
Efeito da adopção pela primeira vez das NCRF	2 e 16	(30.120.397)	–	(744.717.962)	593.755.955	34.449.508	–	(146.632.896)
Aplicação do resultado líquido do exercício findo e 31 de Dezembro de 2008		–	–	–	(126.730.258)	–	126.730.258	–
Posição em 01 de Janeiro de 2009 (reexpresso)		**573.629.603**	**21.597**	**1.501.878**	**(995.913.373)**	**34.449.508**	**–**	**(386.310.787)**
Alterações no período:								–
Amortização do exercício do subsídio ao investimento	2	–	–	–	–	(2.906.231)	–	(2.906.231)
		573.629.603	**21.597**	**1.501.878**	**(995.913.373)**	**31.543.277**	**–**	**(389.217.018)**
Resultado líquido do período (reexpresso)		–	–	–	–	–	**(146.977.271)**	**(146.977.271)**
Resultado integral		–	–	–	–	–	(146.977.271)	(146.977.271)
Posição em 31 de Dezembro de 2009		**573.629.603**	**21.597**	**1.501.878**	**(995.913.373)**	**31.543.277**	**(146.977.271)**	**(536.194.289)**
Posição no fim do período 2009 (POC)		603.750.000	21.597	746.219.840	(1.534.509.027)	–	(148.591.978)	(333.109.568)
Efeito da adopção pela primeira vez das NCRF	2	(30.120.397)	–	(744.717.962)	538.595.654	31.543.277	1.614.707	(203.084.721)
Posição em 01 de Janeiro de 2010 (reexpresso)		573.629.603	21.597	1.501.878	(995.913.373)	31.543.277	(146.977.271)	(536.194.289)
Alterações no período:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo (31.Dezembro.2009)	2	–	–	–	(146.977.271)	–	146.977.271	–
Amortização do exercício do subsídio ao investimento		–	–	–	–	(2.906.231)	–	(2.906.231)
Outros		–	–	–	(1.120.506)			(1.120.506)
		573.629.603	21.597	1.501.878	(1.144.011.150)	28.637.046		(540.221.026)
Resultado líquido do período (Reexpresso)		–	–	–	–	–	(148.337.248)	(148.337.248)
Resultado integral		–	–	–	–	–	**(148.337.248)**	**(148.337.248)**
Operações com detentores de capital no exercício:								
Aumento de capital	16	30.120.397	–	–	–	–	–	30.120.397
Posição no fim do período 2010		**603.750.000**	**21.597**	**1.501.878**	**(1.144.011.150)**	**28.637.046**	**(148.337.248)**	**(658.437.877)**

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial e Contas

Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Administração

Francisco José Cardoso dos Reis | Carlos José Bento Nunes | Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob | Luis Miguel Silva Ribeiro | António Gregório Ventura

6.
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010

(montantes expressos em Euros)

Nota introdutória

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Empresa Pública Empresarial), assumiu, no dia 26 de Junho de 2009, com a entrada em vigor do respectivo Decreto-Lei, a sua nova denominação, adiante designado por "Empresa".

Esta alteração está de acordo com o Decreto-Lei n.º 148-A/2009. D.R. n.º 122, Suplemento, Série I de 26 de Junho de 2009 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., bem como os respectivos Estatutos, e revoga o Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de Dezembro.

A anterior designação, Metropolitano de Lisboa, E.P., tinha resultado da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de Junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L..

A Empresa tem por objecto principal a exploração, em exclusividade e regime de serviço público, do transporte colectivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa e na manutenção e desenvolvimento da rede de metro.

A Empresa opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a actividade das entidades públicas empresariais, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pelo Ministério da Tutela, beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário e para investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação pelo Conselho de Administração, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2010 e no resultado líquido findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, gastos e rendimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 08/09/2011.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal efectivas para os exercícios iniciados em 01 de Janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF")

A Empresa apresenta pela primeira vez em 2010 as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, tendo observado na transição (referida a 01 de Janeiro de 2009) as disposições previstas na NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro. Ao abrigo desta disposição contabilística a Empresa preparou o seu balanço de abertura referido à data de transição (01 de Janeiro de 2009) e reexpressou, para efeitos comparativos, as suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009. A Empresa alterou as demonstrações financeiras de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com anterior referencial contabilístico em vigor em Portugal (Plano Oficial de Contabilidade – "POC"), de modo a que estas sejam comparáveis com as referentes a 2010.

A adopção das NCRF's teve como principais impactos os seguintes:

a) Propriedades de investimento
A Empresa elegeu o modelo do custo, como critério de mensuração subsequente das propriedades de investimento. A Empresa optou na transição, de acordo com a NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, por mensurar as propriedades de investimento pelo seu custo considerado (*"deemed cost"*) na data de transição (01 de Janeiro de 2009), reconhecendo as perdas por imparidade na demonstração dos resultados do exercício.

b) Capital subscrito não realizado
A Empresa de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos Financeiros na data de transição procedeu ao desreconhecimento da conta a receber que se encontrava reflectida no balanço da Empresa relativamente ao aumento de capital subscrito e não realizado pelo Estado Português em 31 de Dezembro de 2001.

c) Reestruturação de derivados
Com adopção da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros na data, a Empresa procedeu ao desreconhecimento do montante que se encontrava reconhecido na rubrica de "Proveitos diferidos" relativo ao montante recebido em anos anteriores em resultado da renegociação de parte da carteira dos instrumentos financeiros derivados.

d) Instrumentos financeiros derivados
De acordo com a NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, os instrumentos financeiros que não sejam elegíveis de cobertura de acordo com as disposições daquela norma, relativamente às variações do justo valor devem ser reconhecidas na demonstração dos resultados. Na data de transição, a Empresa procedeu ao reconhecimento no balanço, nas rubricas do activo e do passivo de "Derivados" por contrapartida de "Resultados transitados", o justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados para cobrir riscos de variabilidade de taxas de juro dos empréstimos contraídos pela Empresa, sendo que as variações de justo valor entre exercícios foram reconhecidas na demonstração dos resultados.

e) Reconhecimento das participações financeiras
A mensuração das participações financeiras das empresas associadas detidas pela Empresa, nas quais, exerce uma influência significativa, passaram a ser reconhecidas na data de transição, pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a NCRF 13 – Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas, enquanto que as participações financeiras em empresas participadas detidas pela Empresa, encontram-se reconhecidas ao custo deduzidas de perdas por imparidade.

f) Locações operacionais
Com adopção da NCRF 9 – Locações, a Empresa desreconheceu do seu balanço na data de transição, o valor que se encontrava reconhecido na rubrica de "Proveitos diferidos" relativo às mais-valias obtidas aquando da celebração dos contratos de locação operacional do Trem I e Trem II, os quais se encontravam a ser diferidos numa base sistemática pelo período do contrato de locação na demonstração dos resultados.

g) Subsídios ao investimento
De acordo com a NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo, os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos, devem ser reconhecidos no capital próprio na rubrica de "Outras variações no capital próprio" e imputados como rendimento do exercício numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo. Desta forma, a Empresa passou a classificar na rubrica de "Outras variações no capital próprio" o montante que havia sido recebido em exercícios anteriores (deduzido das amortizações anteriormente reconhecidas) não relacionados com os Investimentos de Longa Duração ("ILD's") e que estava classificado na rubrica de "Proveitos diferidos".

h) Peças sobressalentes
De acordo com a NCRF 7 – Activos Fixos Tangíveis, a Empresa procedeu na data de transição, à reclassificação da rubrica de "Inventários" para a rubrica de "Activos fixos tangíveis" das peças sobressalentes, dado que é expectativa que as mesmas venham a ser utilizadas por mais do que um exercício económico, sendo as mesmas depreciadas pelo período de vida útil do bem a que se encontram afectas.

i) Gastos com operações de financiamento
A Empresa de acordo com o previsto na NCRF 10 – Custo com Empréstimos Obtidos, procedeu à reclassificação dos encargos incorridos com a montagem dos financiamentos obtidos, e que se encontravam registados na rubrica de "Custos diferidos" e a ser reconhecidos na demonstração dos resultados pelo período do contrato de financiamento a que respeitavam, passando os mesmos a ser apresentados a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

j) Resultados extraordinários

De Acordo com a NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, uma entidade não deve apresentar itens de rendimento e de gasto como itens extraordinários na demonstração dos resultados, pelo que as mesmas foram reclassificadas para as respectivas rubricas de gastos e rendimentos em função das respectivas naturezas.

k) Efeito fiscal

Os ajustamentos acima referidos geram diferenças temporárias de acordo com o actual referencial contabilístico. Contudo, na data de transição, não foram reconhecidos os impostos diferidos decorrentes dos mesmos, dado que a Empresa tem vindo apresentar prejuízos de forma consecutiva ao longo dos anos.

Adicionalmente e com referência à data de transição, a Empresa procedeu à alteração das seguintes políticas contabilísticas:

(i) Política de reconhecimento dos Investimentos de Longa Duração (ILD's), tendo a Empresa passado a reconhecer na rubrica de "Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração" o efeito líquido entre os investimentos efectuados e das responsabilidades assumidas (financiamentos obtidos para a construção e aquisição daqueles investimentos) e subsídios, bem como todos os fluxos resultantes com a construção e renovação da rede de Metro, as quais se encontram afectas ao domínio público e a ser explorados em regime de exclusividade pela Empresa, conforme referido na "Nota introdutória".

(ii) Política de reconhecimento das responsabilidades por benefícios pós-emprego, tendo a Empresa deixado de adoptar o modelo do corredor.

O detalhe dos ajustamentos com efeitos em capital próprio, reportados a 01 de Janeiro de 2009 para efeitos de conversão para as NCRF é como segue:

RECONCILIAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO	Em 01/01/2009 (data de transição)
Capital próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	(239.677.891)
Ajustamentos de transição:	
Reconhecimento de imparidades nas propriedade de investimento	(2.134.222)
Desreconhecimento do aumento de capital subscrito e não realizado	(30.120.397)
Anulação do diferimento com reestruturação de derivados	18.055.220
Reconhecimento do "market-to-market" dos derivados	(24.125.499)
Desreconhecimento da conta a pagar à Câmara Municipal de Lisboa	497.787
Aplicação do método de equivalência patrimonial	194.568
Desreconhecimento de gastos diferidos em POC	(28.957.920)
Desreconhecimento de mais-valias de leasings operacionais	56.314.484
Subsídios ao investimento	31.543.277
Outros	(366.409)
	20.900.889
Alteração de política contabilística:	
Efeitos da alteração da política contabilística dos ILD's	(161.378.249)
Efeitos da alteração da política contabilística do fundo de pensões	(6.155.536)
	(167.533.785)
Ajustamento total ao capital próprio	(146.632.896)
Capital próprio de acordo com as NCRF	(386.310.787)

Adicionalmente, as reconciliações entre o capital próprio de acordo com o POC e de acordo com as NCRF, em 31 de Dezembro de 2009 e, entre os respectivos resultados do exercício findo naquela data, são como se segue:

	Em 31/12/2009 (data do último relato no anterior referencial contabilístico)	
RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO RELATADO	Total do capital próprio	Resultado líquido
Capital próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	(333.109.568)	(148.591.978)
Ajustamentos de transição e efeitos de alteração da política contabilística dos ILD's	(143.726.666)	-
Ajustamentos de transição		
Efeito em resultados:		
Reconhecimento de imparidades nas propriedade de investimento	61.596	61.596
Anulação do diferimento com reestruturação de derivados	(1.003.067)	(1.003.067)
Reconhecimento do "market-to-market" dos derivados	(53.593.257)	(53.593.257)
Aplicação do método de equivalência patrimonial	(331.144)	(331.144)
Desreconhecimento de mais-valias de leasings operacionais	(4.359.287)	(4.359.287)
	(59.225.159)	(59.225.159)
Efeito no capital próprio:		
Subsídios ao investimento	(2.906.230)	-
Alteração de política contabilística:		
Efeito em resultados:		
Efeitos da alteração da política contabilística dos ILD's	58.006.921	58.006.921
Efeitos da alteração da política contabilística - fundo de pensões	2.832.946	2.832.946
	60.839.867	60.839.867
Efeito no capital próprio:		
Efeitos da alteração da política contabilística dos ILD's	(58.066.532)	
Ajustamento no resultado liquído	(59.358.054)	1.614.708
Ajustamento total	(203.084.720)	1.614.708
	(536.194.289)	(146.977.271)

Os efeitos no balanço em 31 de Dezembro de 2009, derivados da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as NCRF, detalham-se como se segue:

									Efeitos da alteração da política contabilística dos ILD's							
	31 de Dezembro de 2009 (anterior referencial contabilístico)	Reconhecimento de imparidades nas propriedade de investimento – NCRF 11	Desreconhecimento do aumento de capital subscrito não realizado	Anulação do diferimento com reestruturação de derivados – NCRF 27	Reconhecimento do "market-to-market" dos derivados – NCRF 27	Desreconhecimento da conta a pagar à Câmara Municipal de Lisboa	Aplicação do método de equivalência patrimonial - NCRF 13	Desreconhecimento de gastos diferidos em POC	Desreconhecimento dos gastos com operações de financiamento (ILD's)	Reclassificação de subsídios ao investimento	Reclassificação de activos fixos tangíveis e intangíveis (ILD's)	Reclassificação de empréstimos obtidos (ILD's)	Reclassificação de outras contas a pagar (ILD's)	Reclassificação de reservas para investimentos, reservas de reavaliação e outras reservas (ILD's)	Reclassificação da conta a receber do subsídio	Reclassificação de gastos financeiros com empréstimos (ILD's)
Actividade em investimentos de infraestruturas de longa duração	–	–	–	–	–	–	–	–	12.001.151	(10.291.813)	3.100.549.914	(2.931.496.956)	(56.079.522)	(998.940.269)	51.074.318	833.183.177
ACTIVO NÃO CORRENTE – ILD's																
Activos fixos tangíveis – ILD's	3.093.697.489	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(3.093.697.489)	–	–	–	–	–
Activos intangiveis – ILD's	6.852.425	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(6.852.425)	–	–	–	–	–
	3.100.549.914	–	–	–	–	–	–	–	12.001.151	(10.291.813)	–	(2.931.496.956)	(56.079.522)	(998.940.269)	51.074.318	833.183.177
ACTIVO NÃO CORRENTE – ML																
Activos fixos tangíveis – ML	354.709.491	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Propriedades de investimento	–	413.636	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Participações financeiras	10.086.340	–	–	–	–	–	(135.004)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras contas a receber	12.955.669	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Derivados	–	–	–	–	18.432.871	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outros activos financeiros	46.165.572	(2.486.262)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	423.917.072	(2.072.626)	–	–	18.432.871	–	(135.004)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
ACTIVO CORRENTE																
Inventários	16.745.984	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Clientes	2.051.532	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Empresas do grupo	250.000	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamentos a fornecedores	57.921	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estado e outros entes públicos	6.088.285	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Accionistas/sócios	1.500.000	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras contas a receber	103.961.231	–	(30.120.397)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(51.074.318)	–
Diferimentos	83.776.080	–	–	–	–	–	–	(27.084.847)	(8.756.536)	–	–	–	–	–	–	–
Outros activos financeiros	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Caixa e depósitos bancários	338.233	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	214.769.266	–	(30.120.397)	–	–	–	–	(27.084.847)	(8.756.536)	–	–	–	–	–	(51.074.318)	–
Total do activo	3.739.236.252	(2.072.626)	(30.120.397)	–	18.432.871	–	(135.004)	(27.084.847)	3.244.615	(10.291.813)	–	(2.931.496.956)	(56.079.522)	(998.940.269)	–	833.183.177
CAPITAL PRÓPRIO																
Capital realizado	603.750.000	–	(30.120.397)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	21.597	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reserva para investimentos	705.864.055	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(705.864.055)	–	–
Outras reservas	95.516.084	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(94.014.206)	–	–
Resultados transitados	(1.788.731.334)	(2.134.222)	–	18.055.220	(24.125.499)	497.787	194.568	(28.957.920)	2.525.031	(10.373.576)	–	–	–	–	–	787.344.033
Excedentes de revalorização	199.062.008	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(199.062.008)	–	–
Outras variações no capital próprio		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	(184.517.590)	(2.134.222)	(30.120.397)	18.055.220	(24.125.499)	497.787	194.568	(28.957.920)	2.525.031	(10.373.576)	–	–	–	(998.940.269)	–	787.344.033
Resultado líquido do exercício	(148.591.978)	61.596	–	(1.003.067)	(53.593.257)	–	(331.144)	–	719.584	–	–	–	–	–	–	57.287.337
Total do capital próprio	(333.109.568)	(2.072.626)	(30.120.397)	17.052.153	(77.718.756)	497.787	(136.576)	(28.957.920)	3.244.615	(10.373.576)	–	–	–	(998.940.269)	–	844.631.370
PASSIVO																
PASSIVO NÃO CORRENTE																
Provisões	514.534	–	–	–	–	–	1.572	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Financiamentos obtidos	3.147.252.459	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.627.252.459)	–	–	–	–
Derivados	–	–	–	–	96.151.627	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Responsabilidades por beneficios pós-emprego	221.559.284	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras contas a pagar	131.186.992	–	–	–	–	(497.787)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	3.500.513.269	–	–	–	96.151.627	(497.787)	1.572	–	–	–	–	(2.627.252.459)	–	–	–	–
PASSIVO CORRENTE															–	
Fornecedores	7.775.587	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estado e outros entes públicos	2.559.115	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Financiamentos obtidos	331.819.544	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(304.244.497)	–	–	–	–
Outras contas a pagar	124.638.414	–	–	–	–	–	–	1.873.073	–	81.763	–	–	(56.079.522)	–	–	(11.448.193)
Diferimentos	105.039.891	–	–	(17.052.153)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	571.832.551	–	–	(17.052.153)	–	–	–	1.873.073	–	81.763	–	(304.244.497)	(56.079.522)	–	–	(11.448.193)
Total do passivo	4.072.345.820	–	–	(17.052.153)	96.151.627	(497.787)	1.572	1.873.073	–	81.763	–	(2.931.496.956)	(56.079.522)	–	–	(11.448.193)
Total do capital próprio e do passivo	3.739.236.252	(2.072.626)	(30.120.397)	–	18.432.871	–	(135.004)	(27.084.847)	3.244.615	(10.291.813)	–	(2.931.496.956)	(56.079.522)	(998.940.269)	–	833.183.177

	Desreconhecimento de mais-valias de leasings operacionais - NCRF 9	Subsídios ao investimento ML - NCRF 22	Peças de sobressalentes - NCRF 6	Desreconhecimento dos gastos com operações de financiamento ML	Suprimentos efectuados associadas - NCRF 10	Alteração no reconhecimento das responsabilidades com pensões	Reclassificação dos leasings	Outras reclassificações	31 de Dezembro de 2009 (NCRF)
Actividade em investimentos de infraestruturas de longa duração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACTIVO NÃO CORRENTE - ILD's									
Activos fixos tangíveis - ILD's	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos intangiveis - ILD's	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACTIVO NÃO CORRENTE - ML									
Activos fixos tangíveis - ML	-	-	15.229.359	-	-	-	-	-	369.938.850
Propriedades de investimento	-	-		-	-	-	-	-	413.636
Participações financeiras	-	-	-	-	1.500.000	-	-	-	11.451.336
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	12.955.669
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	18.432.871
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	43.679.310
	-	-	15.229.359	-	1.500.000	-	-	-	456.871.672
ACTIVO CORRENTE									
Inventários	-	-	(15.229.359)	-	-	-	-	-	1.516.625
Clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	2.051.532
Empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	250.000
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	57.921
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	6.088.285
Accionistas/sócios	-	-	-	-	(1.500.000)	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	(555.865)	22.210.651
Diferimentos	-	-	-	(1.962.228)	-	-	-	624.057	46.596.526
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	-	-	-	-	-	-	-	-	338.233
	-	-	(15.229.359)	(1.962.228)	(1.500.000)	-	-	68.192	79.109.773
Total do activo	-	-	-	(1.962.228)	-	-	-	68.192	535.981.445
CAPITAL PRÓPRIO									
Capital realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	573.629.603
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	21.597
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	1.501.878
Resultados transitados	56.314.484	-	-	-	-	(6.155.536)	-	(366.409)	(995.913.373)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações no capital próprio	-	31.543.277	-	-	-	-	-	-	31.543.277
	56.314.484	31.543.277	-	-	-	(6.155.536)	-	(366.409)	(389.217.018)
Resultado líquido do exercício	(4.359.287)	-	-	-	-	2.832.945	-	-	(146.977.271)
Total do capital próprio	51.955.197	31.543.277	-	-	-	(3.322.591)	-	(366.409)	(536.194.289)
PASSIVO									
PASSIVO NÃO CORRENTE									
Provisões	-	-	-	-	-	-	-	-	516.106
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	-	130.689.205	-	650.689.205
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	96.151.627
Responsabilidades por beneficios pós-emprego	-	-	-	-	-	3.322.591	-	-	224.881.875
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	(130.689.205)	-	-
	-	-	-	-	-	3.322.591	-	-	972.238.813
PASSIVO CORRENTE									
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	(2)	7.775.585
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-	-	-	-	(1)	2.559.114
Financiamentos obtidos	-	-	-	(1.962.228)	-	-	17.383.628	2	42.996.449
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	(17.383.628)	434.600	42.116.507
Diferimentos	(51.955.197)	(31.543.277)	-	-	-	-	-	2	4.489.266
	(51.955.197)	(31.543.277)	-	(1.962.228)	-	-	-	434.601	99.936.921
Total do passivo	(51.955.197)	(31.543.277)	-	(1.962.228)	-	3.322.591	-	434.601	1.072.175.734
Total do capital próprio e do passivo	-	-	-	(1.962.228)	-	-	-	68.192	535.981.445

O efeito na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado como segue:

	Ajustamentos											
						Efeitos da alteração da política contabilística dos ILD's						
RENDIMENTOS E GASTOS	31 de Dezembro de 2009 (anterior referencial contabilístico)	Reconhecimento de imparidades nas propriedade de investimento – NCRF 11	Anulação do diferimento com reestruturação de derivados – NCRF 27	Reconhecimento do "market-to-market" dos derivados – NCRF 27	Aplicação do método de equivalência patrimonial – NCRF 13	Desreconhecimento dos gastos com operações de financiamento (ILD's)	Reclassificação de gastos financeiros com empréstimos (ILD's)	Desreconhecimento de mais-valias de leasings operacionais – NCRF 9	Alteração no reconhecimento das responsabilidades com pensões	Reclassificações	Outros	31 de Dezembro de 2009 (NCRF)
Vendas e serviços prestados	63.833.462	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	63.833.462
Subsídios à exploração	27.540.041	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	27.540.041
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias e associadas	82.965	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	82.965
Variação nos inventários da produção	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Trabalhos para a própria entidade	4.297.018	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4.297.018
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2.760.318)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.760.318)
Fornecimentos e serviços externos	(42.164.996)	–	–	–	–	62.034	–	–	–	–	(3.854.722)	(45.957.684)
Gastos com o pessoal	(87.644.277)	–	–	–	–	–	–	–	2.832.945	–	3	(84.811.329)
Imparidades de inventários (perdas)/reversões)	(50.000)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(50.000)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	(180.000)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	132.445	(47.555)
Provisões (aumentos/reduções)	11.351.997	–	–	–	–	–	–	–	–	1.844.013	–	13.196.010
Aumentos/reduções do justo valor	–	–	–	(53.593.257)	–	–	–	–	–	–	–	(53.593.257)
Outros rendimentos e ganhos	8.055.864	–	–	–	–	–	–	(4.359.287)	–	–	2.090.988	5.787.565
Outros gastos e perdas	(590.320)	–	–	–	–	27.547	–	–	–	–	(5.858.543)	(6.421.316)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(18.228.564)	–	–	(53.593.257)	–	89.581	–	(4.359.287)	2.832.945	1.844.013	(7.489.829)	(78.904.398)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(31.925.798)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(764.918)	(32.690.716)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	–	61.596	–	–	–	–	–	–	–	–	–	61.596
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(50.154.362)	61.596	–	(53.593.257)	–	89.581	–	(4.359.287)	2.832.945	1.844.013	(8.254.747)	(111.533.518)
Juros e rendimentos similares obtidos	2.147.571	–	(1.003.067)	–	–	–	–	–	–	–	3.177.390	4.321.894
Juros e gastos similiares suportados	(99.439.550)	–	–	–	(331.144)	630.003	57.287.337	–	–	(1.844.013)	3.990.041	(39.707.326)
Resultados extraordinários	(1.087.017)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.087.017	–
Resultado antes de impostos	(148.533.358)	61.596	(1.003.067)	(53.593.257)	(331.144)	719.584	57.287.337	(4.359.287)	2.832.945	–	(299)	(146.918.950)
Impostos sobre o rendimento do exercício	(58.620)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	300	(58 320)
Resultado líquido do exercício	(148.591.978)	61.596	(1.003.067)	(53.593.257)	(331.144)	719.584	57.287.337	(4.359.287)	2.832.945	–	–	(146.977.271)

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa não ocorreram ajustamentos significativos derivados da conversão para NCRF, para além dos mencionados acima, em resultado da alteração da política de reconhecimento dos ILD's.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração (ILD's)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção e renovação das infra-estruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte colectivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma actividade desenvolvida de acordo com as directivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a Empresa o papel de "agente" nesta actividade.

Assim, todos os fluxos resultantes desta actividade são divulgados no balanço, na rubrica "Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

- As infra-estruturas de longa duração (ILD's) do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão da infra-estruturas", as quais incluem as reavaliações livres efectuadas em anos anteriores, dado que na data de transição, ao abrigo da NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e Relato Financeiro, a Empresa optou por mensurar estes activos pelo seu custo considerado ("deemed cost");
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD's, com a natureza de inventários;
- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD's;
- Os saldos a receber da comparticipação de outras entidades em investimentos de ILD's;
- Os montantes de subsídios recebidos para o co-financiamento da construção de ILD's;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da actividade de construção e reparação das ILD's, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os encargos financeiros directamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da actividade de construção e reparação de ILD's, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto de selo decorrentes da actividade por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo das ILD's durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a actividade dos ILD's os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos são registados na demonstração dos resultados como gastos do exercício no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da actividade de gestão de infra-estruturas efectuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de Junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infra-estruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de Dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efectuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos activos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respectivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de Dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento acima referida, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto de selo, taxa de aval e gasto de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou as mesmas à rubrica de "Actividade de investimentos em infra-estruturas de longa duração". Contudo esta quantificação apenas considerou tais encargos a partir do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

3.3 Activos fixos tangíveis

Afectos à gestão de infra-estruturas

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de "Activos fixos tangíveis" respectiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

Peças sobressalentes principais são reconhecidas como activos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber, e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Afectos às infra-estrutras de longa duração ("ILD's")

Os activos fixos tangíveis afectos às ILD's encontram-se registados na rubrica de "Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração" ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

O registo das amortizações relativas a estes activos foi efectuado com base nos critérios acima mencionados para os activos fixos tangíveis afectos à gestão de infra-estruturas, mas apenas até 31 de Dezembro de 1997. As amortizações calculadas e registadas até àquela data, foram creditadas directamente ao valor de custo e debitadas às respectivas reservas de reavaliação como factor correctivo das mesmas, as quais à data de transição foram reclassificadas para a rubrica de "Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração". Após 01 de Janeiro de 1998, estes activos não se encontram a ser amortizados.

3.4 Activos intangíveis

Os activos fixos intangíveis afectos às ILD's encontram-se registados na rubrica de "Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração" e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

3.5 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locadora

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efectuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respectivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a amortização do activo, é calculada conforme descrito na Nota 3.3 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.6 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e imposto, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Sempre que, à data do balanço, o justo valor da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda de imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente, na rubrica "Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis perdas/reversões".

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade, é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas /reversões)". A reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.7 Imparidade de activos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflicta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.8 Participações financeiras em subsidiárias, associadas e participadas

As participações em subsidiárias, associadas e participadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos activos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada ou participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada ou participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transacções com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o activo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

3.9 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respectivo valor de mercado.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a sua venda.
Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de imparidade em inventários".

O método de custeio dos inventários adoptado pela Empresa consiste no custo médio.

3.10 Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros
Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários
Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros
Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos
Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efectivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos.
As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os activos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Aumentos/reduções de justo valor".

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se unicamente os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

(iii) Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

(iv) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

De acordo com o descrito os activos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

Activos financeiros

	Notas	2010 Derivados (justo valor)	2010 Custo ou custo amortizado	2009 Derivados (justo valor)	2009 Custo ou custo amortizado
Não correntes:					
Outras contas a receber	13	–	12.455.669	–	12.955.669
Derivados	10	22.552.850	–	18.432.871	–
Outros activos financeiros	11	–	44.143.384	–	43.679.310
		22.552.850	56.599.053	18.432.871	56.634.979
Correntes:	13				
Clientes	32	–	5.315.645	–	2.051.532
Empresas do grupo	13	–	–	–	250.000
Adiantamentos a fornecedores	4	–	56.154	–	57.921
Outras contas a receber		–	33.359.303	–	22.210.651
Caixa e depósitos bancários		–	84.151	–	338.233
		–	38.815.253	–	24.908.337
		22.552.850	95.414.306	18.432.871	81.543.316

Passivos financeiros

	Notas	2010 Derivados (justo valor)	2010 Custo ou custo amortizado	2009 Derivados (justo valor)	2009 Custo ou custo amortizado
Não correntes:					
Financiamentos obtidos	18	–	312.384.745	–	650.689.205
Derivados	10	144.368.172	–	96.151.627	–
		144.368.172	312.384.745	96.151.627	650.689.205
Correntes:					
Fornecedores	20	–	7.803.720	–	7.775.585
Financiamentos obtidos	18	–	433.652.816	–	42.996.449
Outras contas a pagar	23	–	43.152.652	–	42.116.507
		–	484.609.188	–	92.888.541
		144.368.172	796.993.933	96.151.627	743.577.746

3.11 Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos directamente relacionados com a aquisição e construção de activos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do activo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do activo ou quando o activo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de Junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as ILD'S no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de Dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa com efeitos a 01 de Janeiro de 2009, tal como mencionado na Nota 3.2, procedeu à quantificação dos encargos financeiros incorridos desde 31 de Dezembro de 1995, inclusive, e considerou os mesmos na rubrica de "Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração".

3.12 Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25% o qual com a publicação em Diário da República da Lei n.º 2/2007 que aprova a Lei das Finanças Locais ("LFL"), e nos termos do artigo 14.º da nova LFL, a derrama passou a partir do exercício de 2007, a ser calculada até ao limite máximo de 1,5% sobre o Lucro Tributável quando no passado a mesma correspondia a 10% da colecta (usualmente 2,5%).

O imposto sobre o rendimento do exercício registado é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor, usualmente, corresponde à tributação autónoma do exercício.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os activos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a amortizações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios findos compreendidos entre 31 de Dezembro de 2005 a 2010, ocorreram situações que conduziriam ao registo de activos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, 209.000.000 € referentes a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não foram reconhecidos por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos.

3.13 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica de "Outras variações no capital próprio", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.14 Provisões, activos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado. É provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos

contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.15 Benefícios pós-emprego

Plano de benefícios definidos

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pagas pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projectada, sendo as respectivas avaliações actuariais efectuadas em cada data de relato, o qual é efectuado de acordo com métodos e pressupostos actuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas actuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos activos do plano.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
b) Reformas Antecipadas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda determinadas responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de Dezembro de 2010. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no activo, um seguro colectivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

3.16 Instrumentos financeiros derivados

A Empresa contrata instrumentos financeiros derivados, no âmbito da sua política de gestão do risco de cobertura de taxa de juro para os financiamentos contraídos para financiar as actividades relacionadas com a gestão de infra-estruturas e os afectos aos ILD's.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura. Quando forem designados como instrumento de cobertura, o correspondente ganho ou perda de remensuração deve ser registado em resultados quando a posição coberta afectar resultados.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco da Empresa, não cumpram todos os requisitos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, são considerados como não correntes.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de taxa de juro, dos financiamentos associados à actividade de gestão de infra-estruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um activo financeiro na rubrica de "Derivados", caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de "Derivados". As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que dizem respeito na rubrica de "Aumentos/ reduções do justo valor".

No caso dos instrumentos financeiros contratados pela Empresa, para cobrir o risco de taxa de juro dos financiamentos contratados para financiar a actividade das ILD's, encontram-se reconhecidos na rubrica de "Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração", sendo as alterações de justo valor reconhecidas nessa rubrica à data de cada balanço, pelo que o efeito das variações de justo valor é neste caso nulo.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Empresa não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura.

3.17 Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

3.18 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transacção/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais – As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afectas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (I.M.T.T.). Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços da Empresa e de cada um dos outros operadores.

- Bilhetes e bilhetes pré-comprados – A Empresa reconhece a receita no momento da venda dos bilhetes.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas na rubrica de "Subsídios à exploração" no exercício em que são atribuídas.

3.19 Gastos departamentais

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 2% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos em infra-estruturas de longa duração – ILD's (activos financiados pelo Estado), aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (activos financiados pela Empresa) (Nota 5 e 6), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, consequentemente, carecidos de uma gestão mais intensa em meios humanos.

3.20 Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transacções em moeda estrangeira e as resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.21 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

3.22 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis dos activos fixos tangíveis;
b) Análises de imparidade de activos fixos tangíveis;
c) Perda por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
d) Determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados – os quais no final de cada exercício são determinados por uma entidade independente que não corresponde à entidade com a qual os mesmos foram contratados;
e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação actuarial das responsabilidades com pensões preparada pelos actuários.

3.23 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, detalha-se conforme se segue:

	2010	2009
Numerário	18.071	18.206
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	66.080	320.027
	84.151	338.233

5. Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração

O saldo apresentado na rubrica de "Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração" decorre da actividade de investimentos em infra-estrutura efectuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de activos e passivos a seguinte:

Descrição	Notas	2010	2009
Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração			
Activo tangível (ILD's)	5.1	2.985.474.654	2.894.635.481
Activo intangível (ILD's)	5.2	6.871.622	6.852.425
Fundos circulantes	5.3	325.456.549	164.189.870
Subsídios (ILD's)	5.4	(856.614.314)	(810.170.074)
Gastos de empréstimos	5.5	901.828.074	845.184.328
Financiamentos obtidos	5.6	(3.063.602.925)	(2.931.496.956)
Instrumentos financeiros derivados	5.7	(299.413.660)	(169.195.074)
Total de ILD's		-	-

5.1 Activo tangível

Durante os exercícios findos em 2010 e 2009 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2010					
Activo bruto	Saldo inicial	Reavaliações	Saldo inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
Activos fixos tangíveis – ILD's	2.689.784.029	(199.062.008)	2.490.722.021	3.085.652	250.430.696	2.744.238.369
Terrenos e recursos naturais	15.561.038	(2.388.442)	13.172.596	428.941	–	13.601.537
Edifícios e outras construções	2.298.782.270	(176.310.029)	2.122.472.241	2.465.128	215.440.721	2.340.378.090
Equipamento básico	375.440.721	(20.363.537)	355.077.184	191.583	34.989.975	390.258.742
Activos fixos tangíveis em curso	397.066.845	–	397.066.845	85.317.544	(250.431.975)	231.952.414
Terrenos e recursos naturais	98.809	–	98.809	45.117	–	143.926
Edifícios e outras construções	360.488.685	–	360.488.685	76.136.740	(215.440.721)	221.184.704
Equipamento básico	36.479.351	–	36.479.351	9.135.687	(34.991.254)	10.623.784
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	6.846.615	–	6.846.615	5.264.897	(2.827.641)	9.283.871
Total do activo fixo tangível bruto – ILD's	3.093.697.489	(199.062.008)	2.894.635.481	93.668.093	(2.828.920)	2.985.474.654

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 nas rubricas de "Activos fixos tangíveis em curso – edifícios e outras construções" e de "Activos fixos tangíveis em curso – equipamento básico", no montante de 85.272.427 € referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Oriente/Aeroporto e Amadora Este/Reboleira, com 41.169.510 € e 24.459.297 €, respectivamente.

As transferências e abates ocorridos durante o exercício de 2010 para as rubricas de "Activo fixo tangível – edifícios e outras construções" e de "Activo fixo tangível – equipamento básico", nos montantes de 215.440.721 € e 34.989.975 €, respectivamente, referem-se, essencialmente ao movimento de transferência de activo tangível em curso de despesas relativas ao empreendimento Alameda/S. Sebastião.

	31 de Dezembro de 2009					
Activo bruto	Saldo inicial	Reavaliações	Saldo inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
Activos fixos tangíveis – ILD's	2.680.666.745	(199.062.008)	2.481.604.737	7.038.122	2.079.162	2.490.722.021
Terrenos e recursos naturais	15.329.218	(2.388.442)	12.940.776	231.820	–	13.172.596
Edifícios e outras construções	2.292.764.583	(176.310.029)	2.116.454.554	5.020.169	997.518	2.122.472.241
Equipamento básico	372.572.944	(20.363.537)	352.209.407	1.786.133	1.081.644	355.077.184
Activos fixos tangíveis em curso	248.541.042	–	248.541.042	150.606.048	(2.080.245)	397.066.845
Terrenos e recursos naturais	66.405	–	66.405	32.404	–	98.809
Edifícios e outras construções	235.185.007	–	235.185.007	126.302.279	(998.601)	360.488.685
Equipamento básico	13.289.630	–	13.289.630	24.271.365	(1.081.644)	36.479.351
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	6.391.305	–	6.391.305	5.400.016	(4.944.706)	6.846.615
Total do activo fixo tangível bruto – ILD's	2.935.599.092	(199.062.008)	2.736.537.084	163.044.186	(4.945.789)	2.894.635.481

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 na rubrica de "Activos fixos tangíveis em curso – edifícios e outras construções" no montante de 126.302.279 €, referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, Amadora Este/Reboleira e Alameda/S. Sebastião, com 83.430.748 €, 10.448.700 € e 26.265.157 €, respectivamente.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 na rubrica de "Activos fixos tangíveis em curso – equipamento básico", no montante de 24.271.365 € referem-se, essencialmente, ao empreendimento Alameda /S. Sebastião, no montante de 22.443.521 €.

As transferências e abates ocorridos durante o exercício de 2009 para as rubricas de "Activo fixo tangível – edifícios e outras construções" e de "Activo fixo tangível – equipamento básico", nos montantes de 997.518 € e 1.081.644 €, respectivamente, referem-se, essencialmente, ao movimento de transferência de activo tangível em curso de despesas relativas ao parque de estacionamento da estação Lumiar.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 35.194.989 € e 37.693.308 €, respectivamente, os quais referem-se essencialmente a processos intentados relativamente à contestação de adjudicação de obra, processos de expropriações e danos causados por trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, não tendo sido registada, naquela data, qualquer provisão relativa às mesmas, uma vez que caso aquelas indemnizações sejam pagas as mesmas serão registadas como encargos com expropriações na rubrica de ILD's "Activo tangível".

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa assumiu indemnizações por danos causados com as obras de expansão da rede, através de prestações pecuniárias e em espécie (trabalhos), respectivamente, no montante de 868.413 € (899.133 € em 31 de Dezembro de 2009) e 0 € (230.978 € em 31 de Dezembro de 2009), as quais foram registadas no balanço na rubrica de ILD's "Activo tangível".

Em 31 de Dezembro de 2010 os activos fixos tangíveis em curso das rubricas de "Terrenos e recursos naturais", "Edifícios e outras construções" e "Equipamento básico", nos montantes de 143.926 €, 221.184.704 € e 10.623.784 €, respectivamente, compõem conforme segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
Remodelação da rede	–	8.331.004	1.810.146
Extensão Rato/Estrela	–	1.456.432	–
Extensão Amadora Este/Reboleira	–	35.757.849	697.555
Extensão S. Sebastião/Campolide	–	2.232.782	212.004
Interface do Cais do Sodré	–	12.962.605	1.264.810
Extensão Oriente/Aeroporto	111.814	157.345.019	6.639.269
Promoção de acessibilidades	–	718.443	–
Outros	32.112	2.380.570	–
	143.926	221.184.704	10.623.784

No valor de custo dos activos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, encontram-se incluídos os seguintes gastos suplementares:

	2010			2009		
	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos capitalizados						
Gastos departamentais	55.870.508	7.392.116	63.262.624	48.058.653	48.058.653	60.092.054
	55.870.508	7.392.116	63.262.624	48.058.653	48.058.653	60.092.054

5.2 Activo intangível

Durante os exercícios findos em 2010 e 2009 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2010			
Activo bruto	Saldo inicial	Aumentos	Transferências / Abates	Saldo final
Activos intangíveis – ILD'S:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.437.156	–	–	1.437.156
Despesas de instalação	2.019.827	–	–	2.019.827
Activos intangíveis em curso	3.395.442	19.197	–	3.414.639
Total do activo intangível bruto – ILD's	6.852.425	19.197	–	6.871.622

	31 de Dezembro de 2009			
Activo bruto	Saldo inicial	Aumentos	Transferências /Abates	Saldo final
Activos intangíveis – ILD'S:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.436.967	189	–	1.437.156
Despesas de instalação	2.019.827	–	–	2.019.827
Activos intangíveis em curso	3.355.525	39.917	–	3.395.442
Total do activo intangível bruto – ILD's	6.812.319	40.106	–	6.852.425

No valor de custo dos activos intangíveis, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, encontram-se incluídos os montantes de 0 € e 38.038 €, respectivamente, relativos a gastos departamentais capitalizados no valor do activo.

5.3 Fundos circulantes

Esta rubrica refere-se aos activos e passivos circulantes associados às actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração, sendo que a sua decomposição a seguinte:

Descrição	Notas	2010	2009	01/01/2009
Fundo de Coesão e subsídios	5.3.1	55.070.778	51.074.318	–
Fornecedores e outras contas a pagar	5.3.2	(29.027.889)	(56.079.522)	(37.880.586)
Conta a receber do Estado	5.3.3	299.413.660	169.195.074	–
Total de fundos circulantes		325.456.549	164.189.870	(37.880.586)

5.3.1 Fundo de Coesão e PIDDAC

O montante de 55.070.778 € respeita, essencialmente, ao reembolso do montante que se encontrava em dívida após a OP 16/10 e do valor a receber do Fundo de Coesão, relativamente à comparticipação nas despesas relativas à extensão S. Sebastião/Alameda, nos montantes de 30.372.361 € e 24.690.296 €, respectivamente e ao montante de 51.074.318 € referente a pedidos de reembolso de subsídios no âmbito do Fundo de Coesão, os quais foram solicitados no decurso do exercício de 2009 e recebidos no corrente exercício.

5.3.2 Fornecedores e outras contas a pagar

A rubrica de fornecedores e outras contas a pagar, é composto, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efectuadas com a continuação da política de expansão e modernização / remodelação da rede (Nota 32).

5.3.3 Contas a receber do Estado

O saldo da rubrica a receber do Estado, no montante de 299.413.660 € (169.195.074 € em 31 de Dezembro de 2009) refere-se ao montante a suportar pelo accionista relativamente aos instrumentos financeiros contratados pela Empresa (Nota 5.7).

5.4 Subsídios

O movimento ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foi como segue:

	31 de Dezembro de 2010			
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Feder	254.588.525	–	–	254.588.525
PIDDAC	160.539.860	3.500.000	–	164.039.860
Fundo Coesão	215.717.766	42.944.240	–	258.662.006
Subsídios diversos	179.323.923	–	–	179.323.923
Total de subsídios	810.170.074	46.444.240	–	856.614.314

O aumento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, inclui os subsídios atribuídos: (i) ao abrigo do PIDDAC, no montante de 3.500.000 € para a extensão Oriente/Aeroporto, e (ii) ao abrigo do Fundo de Coesão, no montante de 42.944.240 €, do qual, 40.932.903 € para a extensão Oriente/Aeroporto e 2.011.337 € para a extensão Alameda/S. Sebastião.

5.5 Gastos de empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da actividade de investimentos em infra-estruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD's construídas.

Tal como mencionado na Nota 3.11, com efeitos à data de transição para as NCRF's (01 de Janeiro de 2009), a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros suportados com as ILD's que não foram passíveis de serem capitalizados nas mesmas. Contudo, dada a dificuldade na quantificação deste montante, a Empresa reflectiu apenas os encargos financeiros suportados a partir de 1995 e que se encontravam reflectidos anteriormente na rubrica de "Resultados transitados", para a rubrica de "Actividades de Investimento em infra-estruturas de longa duração – Gastos de empréstimos". Adicionalmente e com efeitos à data de transição, o Conselho de Administração optou por fazer reflectir nesta rubrica o montante de 289.555.301 € relativo a juros e outros encargos incorridos pela Empresa anteriores a 1995, por contrapartida de "Resultados transitados", que serviram para saldar a rubrica de ILD's em 01 de Janeiro de 2009.

Em 31 De Dezembro de 2010 e 2009 os gastos com empréstimos tinham a seguinte composição:

Descrição	2010	2009	Variação do ano
Juros, taxa de aval e imposto de selo	594.797.622	543.627.876	51.169.746
Gastos de emissão	17.475.151	12.001.151	5.474.000
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289.555.301	289.555.301	–
Total de gastos de empréstimos	901.828.074	845.184.328	56.643.746

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de "Activo intangível", "Activo tangível" e "Activo tangível em curso" detalha-se como segue:

	31 de Dezembro de 2010				31 de Dezembro de 2009			
Descrição	Intangível	Tangível	Em curso	Total	Intangível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	139.257	289.763.990	7.794.259	297.697.506	139.257	274.399.042	19.477.711	294.016.010
	139.257	289.763.990	7.794.259	297.697.506	139.257	274.399.042	19.477.711	294.016.010

5.6 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos afectos à actividade dos ILD's em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalha-se como segue:

	2010					2009					
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Vencimento	Tipo de amortização
Empréstimos obrigaccionistas:											
Emissão "Private placement"	Merrill Lynch	77.313.674	7.731.367	38.656.837	46.388.204	77.313.674	7.731.367	46.388.204	54.119.572	15/Out/16	Maturidade
Emissão Metro 2019	JP Morgan	400.000.000	–	400.000.000	400.000.000	400.000.000	–	400.000.000	400.000.000	04/Dez/26	Maturidade
Emissão Metro 2026	BNPP	400.000.000	–	400.000.000	400.000.000	400.000.000	–	400.000.000	400.000.000	07/Dez/27	Maturidade
Emissão Metro 2027	Barclays	400.000.000	–	400.000.000	400.000.000	400.000.000	–	400.000.000	400.000.000	04/Fev/19	Maturidade
Emissão Metro 2025	DBI, AG	85.000.000	–	85.000.000	85.000.000	85.000.000	–	–	–	23/Dez/25	Maturidade
			7.731.367	1.323.656.837	1.331.388.204		7.731.367	1.246.388.204	1.254.119.572		
Empréstimos bancários:											
ML A	BEI	57.193.405	3.000.000	18.822.150	21.822.150	57.193.405	3.000.000	21.822.150	24.822.150	15/Dez/17	Semestral
ML B	BEI	124.699.474	8.900.000	8.949.737	17.849.737	124.699.474	8.900.000	17.849.737	26.749.737	15/Set/12	Semestral
ML I/2	BEI	234.435.012	18.000.000	137.579.594	155.579.594	234.435.012	12.505.283	155.579.594	168.084.877	15/Set/19	Semestral
ML II	BEI	74.819.985	4.987.979	39.903.832	44.891.811	74.819.985	4.987.979	44.891.811	49.879.790	15/Set/19	Semestral
ML III	BEI	54.867.769	5.583.759	47.455.084	53.038.843	54.867.769	–	53.038.843	53.038.843	15/Jun/20	Semestral
ML II/B	BEI	99.759.579	6.650.639	59.855.748	66.506.386	99.759.579	6.650.638	66.506.386	73.157.025	15/Dez/20	Semestral
ML II/C	BEI	54.867.769	3.657.851	38.407.438	42.065.289	54.867.769	3.657.851	42.065.289	45.723.141	15/Jun/22	Semestral
ML IV	BEI	169.591.285	20.722.348	148.868.937	169.591.285	169.591.285	–	169.591.285	169.591.285	15/Set/18	Semestral
ML I/3	BEI	124.699.474	–	124.699.474	124.699.474	124.699.474	–	124.699.474	124.699.474	15/Set/21	Semestral
ML I/3B	BEI	74.819.685	–	74.819.685	74.819.685	74.819.685	–	74.819.685	74.819.685	15/Jun/22	Semestral
ML V/A	BEI	150.000.000	–	150.000.000	150.000.000	150.000.000	–	150.000.000	150.000.000	15/Dez/20	Semestral
ML V/B	BEI	80.000.000	–	80.000.000	80.000.000	80.000.000	–	80.000.000	80.000.000	15/Jun/21	Semestral
ML V/C	BEI	80.000.000	–	80.000.000	80.000.000	80.000.000	–	80.000.000	80.000.000	15/Jun/22	Semestral
Emp. CP 175 M EUR	Barclays Bank	175.000.000	175.000.000	–	175.000.000	175.000.000	60.000.000	–	60.000.000	24/Jul/12	Mensal
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas	50.000.000	50.000.000	–	50.000.000	50.000.000	50.000.000	–	50.000.000	08/Mai/14	Mensal
Emp. CP 50 M EUR	Deutsche Bank	–	–	–	–	50.000.000	50.000.000	–	50.000.000	27/Jul/10	Anual
			296.502.576	1.009.361.679	1.305.864.255		199.701.752	1.080.864.255	1.280.566.007		
Outros empréstimos obtidos:											
Schuldschein	ABN AMRO	300.000.000	–	300.000.000	300.000.000	300.000.000	–	300.000.000	300.000.000	22/Jul/24	Maturidade
				300.000.000	300.000.000		–	300.000.000	300.000.000		
Linhas de crédito:											
	BNP Paribas	100.000.000	83.059.805	–	83.059.805	100.000.000	49.932.606	–	49.932.606	30/Set/11	Rollover
	Millenium BCP	2.057.393	2.057.393	–	2.057.393	–	–	–	–	31/Mar/11	Rollover
	Bilbao Vizcaya	41.880.689	41.233.268	–	41.233.268	58.178.508	41.233.268	–	41.233.268		
	Amro Bank	0	–	–	–	5.645.504	5.645.504	–	5.645.504	30/Jun/10	Rollover
			126.350.466	–	126.350.466		96.811.378	–	96.811.378		
Total de empréstimos obtidos			430.584.409	2.633.018.516	3.063.602.925		304.244.497	2.627.252.459	2.931.496.956		

O empréstimo por obrigações "Private Placement", foi contraído em 07 de Outubro de 1996 por um período de vinte anos, com Swap USD/PTE para o montante total final da emissão. O reembolso é feito em pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida.

O empréstimo por obrigações "Metro 2019" foi contraído em 04 de Fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O Empréstimo por obrigações "Metro 2027", foi contraído em 07 de Dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à excepção do "subscription agreement" que é regido pela Lei Inglesa.

A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 €, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

Em 31 de Dezembro de 2010, estes empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2012	7.731.367
2013	7.731.367
2014	7.731.367
2015	7.731.367
2016 e seguintes	1.292.731.369
	1.323.656.837

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2012	71.502.576
2013	71.502.576
2014	71.502.576
2015	71.502.576
2016 e seguintes	1.023.351.375
	1.309.361.679

Com excepção dos empréstimos classificados como correntes, obtidos junto do Barclays Bank, BNP Paribas (linha de 50 milhões e 100 milhões), Millennium BCP, Banco Bilbao Vizcaya e Amro Bank, nos montantes de 175.000.000 €, 50.000.000 € e 83.059.805 €, 2.057.393 €, 41.233.268 €, respectivamente, todos os empréstimos beneficiam de aval do Estado Português, contudo os mesmos foram contratados com o intuito de financiar os investimentos efectuados por conta do Estado pelo que os mesmos foram afectos à rubrica de ILD's.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Contrato	Montante em dívida em 31/12/2010	Prazo	Garantias	Pari Passu	Cláusula de detenção	Rating	"Cross default"	Outras cláusulas relevantes
BNP Paribas	50.000.000	08.Maio.2014	SIM - nos termos identificados no Anexo A	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	N/A
Barclays Bank	175.000.000	36 meses	SIM - vide 8. supra	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	N/A
BEI - ML A	21.822.150.44	05.Dezembro.2017	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML B	17.849.737.08	15.Setembro.2012	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/2	155.579.594.03	15.Setembro.2019	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II	44.891.810.67	15.Dezembro.2019	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML III	53.038.843.05	15.Junho.2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II/B	66.506.386.4	15.Dezembro.2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/3	124.699.474.25	15.Setembro.2021	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/3B	74.819.684.56	15.Setembro.2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II/C	42.065.289.33	15.Junho.2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML IV	169.591.285	15.Setembro.2018	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/A	150.000.000	15.Dezembro.2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/B	80.000.000	15.Junho.2021	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/C	80.000.000	15.Junho.2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de Julho de 2004, sujeito à Lei Alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300.000.000	20.Julho.2024	SIM (cfr. Anexo D)	Sim	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 10 de Julho de 2009, sujeito à Lei Alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	100.000.000	10.Julho.2016	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	"Negative Pledge" / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa

Contrato	Montante em dívida em 31/12/2010	Prazo	Garantias	Pari Passu	Cláusula de detenção	Rating	"Cross default"	Outras cláusulas relevantes
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 22 de Julho de 2009, sujeito à Lei Alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	50.000.000	24.Julho.2016	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	"Negative Pledge" / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Deutsche Bank AG e o Dexia Sabadell, S.A., sucursal em Portugal em 24 de Julho de 2009, alterado em 28 de Janeiro de 2011, sujeito à Lei Alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	150.000.000 (reduzido em Janeiro de 2011 para 50.000.000)	18.Julho.2014	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	(2 notches abaixo de A+ pela S&P ou A3 pela Moody's) (esta cláusula foi eliminada no aditamento de 2011)	Sim	"Negative Pledge" / Contrato com garantia da República Portuguesa
Emissão Metro 2019	400.000.000	2026	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa /Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2026	400.000.000	2027	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2025	400.000.000	2019	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2025	85.000.000	2025	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon

5.7 Instrumentos financeiros derivados

A Empresa, conforme referido na Nota 3.16, de forma a cobrir o risco financeiro de variação das taxas de juro, contratou SWAP's de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afectos às ILD's. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avalizados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da política de gestão das infra-estruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram reflectidos na rubrica de "Actividades de investimento de infra-estruturas de longa duração".

Em 31 de Dezembro de 2010 os contratos de SWAP afectos às ILD's e o justo valor dos mesmos, determinado por uma entidade independente, diferente daquela com a qual os mesmos foram contratados, detalham-se como segue:

Financiamentos bancários			Data			Capital coberto 31/12/2010			Justo valor		
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31/12/2010	31/12/2009	Variação
B E I (ML A)		BBVA	02/02/2006	05/12/2005	15/12/2017						
B E I (ML A)		M LYNCH	16/07/2010	15/06/2010	15/12/2017						
						21.071.254	750.896	21.822.150	38.976	533.340	(494.364)
B E I (ML B)	1°, 2°, 3°, 4°, 5° DESEMBOLSOS	BST	18/10/2005	15/09/2005	15/09/2012	-	-	-	169.199	185.762	(16.563)
B E I (ML B)	1°, 2°, 3°, 4°, 5° DESEMBOLSOS	BARCLAYS	11/07/2008	15/09/2007	15/09/2012	12.469.947	-	12.469.947	(152.137)	(310.927)	158.790
B E I (ML B)	6° DESEMBOLSO	BST	31/07/2002	15/03/2003	15/03/2012	-	-	-	64.607	138.500	(73.893)
B E I (ML B)	6° DESEMBOLSO	BARCLAYS	06/12/2007	15/09/2007	15/09/2012	5.344.263	-	5.344.263	(39.315)	78.177	(117.492)
						17.814.210	-	17.814.210	42.354	91.512	(49.158)
B E I (ML I/2)	1°, 4°, 5°, 7°, 8° DESEMBOLSOS	DBI	26/03/2010	15/03/2010	15/09/2019	88.287.228	-	88.287.228	54.751	89.603	(34.852)
B E I (ML I/2)	2°, 3° E 6° DESEMBOLSOS	BST	30/03/2006	15/03/2006	15/09/2019	52.373.779	-	52.373.779	(1.348.508)	(324.607)	(1.023.901)
						140.661.007	-	140.661.007	(1.293.757)	(235.004)	(1.058.753)
B E I (ML II)	4° DESEMBOLSO	JP MORGAN	12/02/2012	15/06/2008	15/12/2019	17.956.724	-	17.956.724	484.395	1.478.504	(994.109)
B E I (ML II)	2° E 3° DESEMBOLSOS	BST	31/07/2002	15/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(742.132)	(1.120.975)	378.843
B E I (ML II)	2° E 3° DESEMBOLSOS	RBS	16/01/2009	15/12/2008	15/12/2019	17.956.724	-	17.956.724	920.860	1.298.335	(377.475)
B E I (ML II)	1° DESEMBOLSO	BNPP	26/11/2008	15/09/2008	15/12/2019	8.978.362	-	8.978.362	(112.551)	96.797	(209.348)
						44.891.810	-	44.891.810	550.572	1.752.661	(1.202.089)
B E I (ML III)	1° E 4° DESEMBOLSOS	M LYNCH	26/09/2003	15/12/2003	15/06/2011	-	-	-	97.361	308.603	(211.242)
B E I (ML III)	1° E 4° DESEMBOLSOS	BBVA	02/02/2006	15/12/2005	15/06/2020	-	-	-	-		-
B E I (ML III)	1° E 4° DESEMBOLSOS	M LYNCH	16/07/2010	15/06/2010	15/06/2020	22.113.373	-	22.113.373	815.799	2.071.872	(1.256.073)
B E I (ML III)	2° E 3° DESEMBOLSOS	BST	31/07/2002	15/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(519.134)	(779.193)	260.059
B E I (ML III)	2° E 3° DESEMBOLSOS	BARCLAYS	06/12/2007	15/09/2007	15/06/2020	12.636.213	-	12.636.213	(6.863)	371.312	(378.175)
						34.749.586	-	34.749.586	387.163	1.972.594	(1.585.431)
B E I (ML II/B)	1°, 2°, 3°, 4° DESEMBOLSOS	DBI	11/02/2008	15/12/2007	15/12/2020	66.506.386	-	66.506.386	(564.271)	(161.348)	(402.923)
B E I (ML I/3)	1°, 2°, 3°, 4°, 5° DESEMBOLSOS	SG	14/09/2010	15/03/2010	15/09/2021	91.446.281	33.253.193	124.699.474	(24.141.968)	1.022.416	(25.164.384)

Financiamentos bancários			Data			Capital coberto 31/12/2010			Justo valor		
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31/12/2010	31/12/2009	Variação
B E I (ML I/3-B)	1°, 2° DESEMBOLSOS	BNPP	19/05/2009	15/03/2009	15/06/2022	26.768.820	-	26.768.820	(9.909.856)	(8.622.502)	(1.287.354)
B E I (ML I/3-B)	3° DESEMBOLSO	BST	31/07/2002	15/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(1.277.206)	(1.897.446)	620.240
B E I (ML I/3-B)	3° DESEMBOLSO	BARCLAYS	08/12/2006	15/09/2007	15/06/2022	30.592.938	-	30.592.938	121.504	1.120.567	(999.063)
						57.361.758	-	57.361.758	(11.065.558)	(9.399.381)	(1.666.177)
B E I (ML II/C)	1°, 2° DESEMBOLSOS	BNPP	15/09/2009	15/03/2009	15/06/2012	42.065.289	-	42.065.289	(15.572.630)	(13.542.243)	(2.030.387)
B E I (ML IV)	1°, 2°, 3°, 4° E 5° DESEMBOLSOS	BES INV	11/02/2010	15/12/2009	15/09/2018	135.673.028	33.918.257	169.591.285	(5.547.367)	(2.023)	(5.545.344)
B E I (ML V/A)	1°, 2°, 3° E 4° DESEMBOLSOS	DBI	20/04/2009	15/03/2009	15/12/2020	150.000.000	-	150.000.000	(14.313.061)	(6.108.358)	(8.204.703)
B E I (ML V/B)	1°, 2°, 3° DESEMBOLSOS	BARCLAYS	10/07/2008	15/06/2008	15/06/2021	80.000.000	-	80.000.000	15.942.362	55.948	15.886.414
B E I (ML V/C)	1° DESEMBOLSO	BST	26/05/2003	16/06/2003	15/06/2022	-	-	-	(3.127.159)	(1.978.455)	(1.148.704)
B E I (ML V/C)	1° DESEMBOLSO	BNPP	14/02/2006	15/12/2005	15/06/2022	-	-	-	4.254.257	-	4.254.257
B E I (ML V/C)	1° DESEMBOLSO	JP MORGAN	31/05/2007	15/12/2006	15/06/2022	40.000.000	-	40.000.000	2.202.107	-	2.202.107
B E I (ML V/C)	2° DESEMBOLSO	BNPP	26/11/2008	15/09/2008	15/06/2022	40.000.000	-	40.000.000	927.013	2.393.920	(1.466.907)
						80.000.000	-	80.000.000	4.256.218	415.465	3.840.753
BEI (REEST-TAXAS FIXAS REVISÍVEIS)		BST	09/03/2006	15/03/2006	15/09/2012	34.583.321	-	34.583.321	(318.117)	(646.741)	328.624
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE A	C SUISSE	03/06/2008	15/03/2008	15/06/2022	59.311.821	-	59.311.821	(40.948.661)	(34.633.616)	(6.315.045)
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	BST	31/05/2007	15/03/2007	15/06/2022	-	-	-	(15.186.335)	10.447.295	(25.633.630)
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	JP MORGAN	15/07/2009	15/03/2010	15/06/2022	-	-	-	(5.187.218)	(20.858.315)	15.671.097
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	CAIXA BI	16/07/2009	15/03/2010	15/06/2022	29.655.911	-	29.655.911	(5.187.218)		(5.187.218)
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE C	DBI	26/03/2010	15/03/2010	15/06/2022	29.655.911	-	29.655.911	5.683.335	2.412.608	3.270.727
						118.623.643	-	118.623.643	(60.826.097)	(42.632.027)	(18.194.070)
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE A	MORGAN STANLEY	08/07/2008	22/07/2010	22/07/2024	-	-	-	(12.710.614)	(7.703.711)	(5.006.903)
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE A	C SUISSE	25/02/2010	22/07/2006	22/07/2024	100.000.000	-	100.000.000	6.624.737	3.069.333	3.555.404
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE B	SG	10/09/2010	22/07/2010	22/07/2024	100.000.000	-	100.000.000	(26.603.242)	(4.591.215)	(22.012.027)
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE C	BST	55/02/2005	22/07/2005	22/07/2024	-	-	-	(12.263.611)	(7.775.508)	(4.488.103)
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE C	C SUISSE	03/03/2010	22/07/2006	22/07/2024	100.000.000	-	100.000.000	(480.579)	1.127.021	(1.607.600)
						300.000.000	-	300.000.000	(45.433.309)	(15.874.080)	(29.559.229)

Financiamentos bancários		Data			Capital coberto 31/12/2010			Justo valor		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31/12/2010	31/12/2009	Variação
MERRILL LYNCH	M LYNCH	16/07/2010	15/04/2010	15/10/2016	46.388.204	–	46.388.204	(682.402)	(672.448)	(9.954)
					–	–	–	5.904.577	–	5.904.577
					46.388.204	–	46.388.204	5.222.175	(672.448)	5.894.623
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	16/05/2008	04/12/2007	04/12/2026	100.000.000	–	100.000.000	(209.906)	(188.739)	(21.167)
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	29/11/2010	04/12/2009	04/12/2026	100.000.000	–	100.000.000	(26.978.018)	(104.870.832)	77.892.814
OBRIGAÇÕES 2026	BBVA	15/12/2006	04/12/2006	04/12/2026	70.000.000	–	70.000.000	(4.264.833)	(75.315)	(4.189.518)
OBRIGAÇÕES 2026	M LYNCH	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026	30.000.000	–	30.000.000	466.963	–	466.963
OBRIGAÇÕES 2026	CGD	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026	30.000.000	–	30.000.000	5.528.035	(14.966.401)	20.494.436
OBRIGAÇÕES 2026	C SUISSE	29/03/2010	04/12/2009	04/12/2026	70.000.000	–	70.000.000	5.528.035	(25.164)	5.553.199
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	17/05/2007	04/12/2006	04/12/2026	200.000.000	–	200.000.000	16.820.497	80.415	16.740.082
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	06/07/2010	04/12/2009	04/12/2026	170.000.000	–	170.000.000	(27.896)	–	(27.896)
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	29/11/2010	04/12/2009	04/12/2026	30.000.000	–	30.000.000	4.868.730	–	4.868.730
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	15/05/2009	04/12/2009	04/12/2026	100.000.000	–	100.000.000	(90.738.160)	(1.918.891)	(88.819.269)
OBRIGAÇÕES 2026	CAIXA BI	28/04/2010	04/12/2009	04/12/2026	100.000.000	–	100.000.000	(9.013.841)	7.537.828	(16.551.669)
OBRIGAÇÕES 2026	DBI	26/03/2010	04/12/2009	04/12/2026	70.000.000	–	70.000.000	(39.234.478)	76.476	(39.310.954)
OBRIGAÇÕES 2026	DBI	27/07/2009	04/12/2009	04/12/2026	70.000.000	–	70.000.000	5.295.281	(358.144)	5.653.425
					1.140.000.000	–	1.140.000.000	(131.959.591)	(114.708.768)	(17.250.823)
OBRIGAÇÕES 2027	BARCLAYS	20/12/2007	07/12/2007	07/12/2022	200.000.000	–	200.000.000	(347.573)	(424.530)	76.957
OBRIGAÇÕES 2027	JP MORGAN	07/12/2007	07/12/2007	07/12/2022	100.000.000	–	100.000.000	(141.285)	(137.001)	(4.284)
OBRIGAÇÕES 2027	BNPP	28/04/2010	07/12/2009	07/12/2022	100.000.000	–	100.000.000	(7.870.272)	29.945.808	(37.816.080)
					400.000.000	–	400.000.000	(8.359.130)	29.384.277	(37.743.407)
OBRIGAÇÕES 2019	BARCLAYS	28/01/2009	04/02/2009	04/02/2019	400.000.000	–	400.000.000	11.670.851	(440.867)	12.111.718
OBRIGAÇÕES 2019	CITIBANK	15/01/2010	04/02/2010	04/02/2019	100.000.000	–	100.000.000	(257.448)	–	(257.448)
					500.000.000	–	500.000.000	11.413.403	(440.867)	11.854.270
OBRIGAÇÕES 2030	BARCLAYS	30/12/2010	30/12/2010	30/12/2030	300.000.000	–	300.000.000	(17.872.027)	–	(17.872.027)
					3.801.835.777	67.922.346	3.869.758.123	(299.413.660)	(169.195.074)	(130.218.586)

A metodologia utilizada pelo avaliador Independente na quantificação do valor daqueles contratos consiste na projecção dos cash-flows esperados no futuro, actualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero actual, de forma a projectar os indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efectuados com as diversas instituições bancárias. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no saldo da rubrica de "Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração" dado que o activo correspondente, se encontra considerado de forma intrínseca nesta rubrica, compensando o efeito líquido negativo destes swaps em 31 de Dezembro de 2010.

6. Activos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis da Empresa, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2010							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos:								
Saldo inicial	24.285.925	251.242.072	494.721.270	1.115.553	25.539.042	23.817.442	3.907.197	824.628.501
Aquisições	1.620	4.652	406.576	115.540	144.964	821.489	1.276.602	2.771.443
Alienações	–	–	(313.112)	(13.000)	(7.479)	–	–	(333.591)
Transferências	–	–	2.724.618	–	26.820	–	(2.751.438)	–
Abates	–	–	(9.852)	–	(61.194)	(12.367)	–	(83.413)
Saldo final	24.287.545	251.246.724	497.529.500	1.218.093	25.642.153	24.626.564	2.432.361	826.982.940
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:								
Saldo inicial	–	137.873.145	284.084.867	992.391	24.112.142	7.627.106	–	454.689.651
Amortizações do exercício	–	10.856.068	19.773.568	67.562	563.474	888.385	–	32.149.057
Alienações	–	–	(206.226)	(6.501)	(4.499)	–	–	(217.226)
Abates	–	–	(9.195)	–	(60.158)	(12.073)	–	(81.426)
Saldo final	–	148.729.213	303.643.014	1.053.452	24.610.959	8.503.418	–	486.540.056
Activos líquidos	24.287.545	102.517.511	193.886.486	164.641	1.031.194	16.123.146	2.432.361	340.442.884

O aumento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 na rubrica de "Equipamento básico", no montante de 406.576 €, respeita, essencialmente, à aquisição de estações de rádio móvel.

O aumento ocorrido em 2010 na rubrica de "Activos fixos tangíveis em curso", inclui 581.911 € relativo a despesas com o Sistema Plago – Sistema de Planeamento Óptimo de Recursos e Gestão em Tempo Real da Operação do ML, 468.084 € relativo à aquisição de estações de rádio móvel e de portáteis Tetra para o Material Circulante e 265.472 € de despesas com a aquisição de equipamentos para a gestão de comunicações para o posto de comando central.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2010 para a rubrica de "Equipamento básico", no montante de 2.724.618 €, incluem, essencialmente, 825.305 € referentes ao equipamento de centralização da vídeo vigilância das estações, 455.804 € relativos ao "upgrade" dos painéis de informação das estações e 242.843 € relacionados com o sistema de controlo de acessos S2000.

	2009							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	24.285.925	251.016.435	492.519.251	1.020.419	25.355.551	23.884.660	2.988.971	821.069.593
Aquisições	1.620	11.299	1.576.712	117.691	172.758	35.489	1.918.763	3.834.331
Alienações	–	–	(25.838)	(22.557)	(505)	–	–	(48.900)
Transferências	–	214.338	653.034	–	52.028	(81.137)	(838.263)	–
Abates	–	–	(1.889)	–	(40.790)	(21.570)	(162.274)	(226.523)
Saldo final	24.285.925	251.242.072	494.721.270	1.115.553	25.539.042	23.817.442	3.907.197	824.628.501
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	–	126.972.908	264.217.381	1.000.847	23.246.864	6.583.104	–	422.021.104
Amortizações do exercício	–	10.900.237	19.895.213	14.100	905.591	1.046.708	–	32.761.849
Alienações	–	–	(25.838)	(22.556)	(155)	(2.706)	–	(51.255)
Abates	–	–	(1.889)	–	(40.158)	–	–	(42.047)
Saldo final	–	137.873.145	284.084.867	992.391	24.112.142	7.627.106	–	454.689.651
Activos líquidos	24.285.925	113.368.927	210.636.403	123.162	1.426.900	16.190.336	3.907.197	369.938.850

O aumento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 na rubrica de "Equipamento básico", no montante de 1.576.712 € respeita, essencialmente à aquisição de equipamentos de venda e controlo de títulos de transporte instalados nas estações do prolongamento Alameda /S. Sebastião.

O aumento ocorrido em 2009 na rubrica de "Activos fixos tangíveis em curso", inclui o montante de 1.085.011 €, relativos a despesas com o Sistema Plago – Sistema de Planeamento Óptimo de Recursos e Gestão em Tempo Real da Operação do ML.

As transferências e abates ocorridos durante o exercício de 2009 para a rubrica de "Equipamento básico", no montante de 651.145 €, referem-se, essencialmente, ao movimento de transferência de "Activos fixos tangíveis em curso", de uma máquina automática de lavar comboios e de um sistema de controlo de acessos às salas do cofre.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa capitalizou encargos financeiros, relacionados com empréstimos contraídos para financiar activos em fase de construção e gastos departamentais, conforme segue:

	2010	2009
Gastos capitalizados:		
Gastos de empréstimos	84.194	75.960
Gastos departamentais	–	87.671
	84.194	163.631

As amortizações do exercício, no montante de 32.149.057 € (32.761.849 € em 2009), foram registadas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" na demonstração dos resultados.

7. Locações

Locações financeiras

Conforme referido na Nota 3.5 a Empresa regista no seu activo tangível (Nota 6) os activos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 55 unidades triplas de tracção e uma máquina fotocopiadora, registados na rubrica de "Activos fixos tangíveis – equipamento básico" e "Activos fixos tangíveis – equipamento administrativo", respectivamente.

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são detalhados conforme se segue:

	2010			2009
	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento básico	305.858.686	145.755.164	160.103.522	171.027.130
Equipamento administrativo	8.777	5.561	3.216	4.972
	305.867.463	145.760.725	160.106.738	171.032.102

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tracção, vencem juros a taxas anuais que se situam entre 3,328% e 5,567%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
	Capital em dívida (Nota 18)	
Até 1 ano	18.306.283	17.383.628
Entre 1 ano e 5 anos	80.327.221	80.327.221
A mais de 5 anos	32.057.524	50.361.984
	130.691.028	148.072.833

Locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2010 a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. (Nota 9) e Hewlett-Packard International Bank não reconhecidas no balanço (Nota 3.5) no montante de 240.572.570 € (Nota 17).

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2010 e 2009 são detalhados conforme se segue:

	2010	2009
	Pagamentos mínimos não canceláveis	
Até 1 ano	7.863.758	10.741.259
Entre 1 ano e 5 anos	74.082.390	74.082.390
A mais de 5 anos	158.626.402	173.442.880
	240.572.550	258.266.529

8. Propriedades de Investimento

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi como segue:

	31/12/2010				31/12/2009				
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3.555.595	1.140.467	2.009.042	406.086	3.555.595	1.069.333	2.072.626	413.636	413.636
	3.555.595	1.140.467	2.009.042	406.086	3.555.595	1.069.333	2.072.626	413.636	413.636

As propriedades de investimento detidas pela Empresa referem-se a 35 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afectadas pelo programa de expansão da rede, os quais se encontram a ser amortizados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado pelo diferencial entre os cash-flows previstos das rendas dos contratos de locação celebrados, conforme referido na Nota 3.6, e os custos estimados (nomeadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis e gastos com condomínio e manutenção) até ao final dos referidos contratos. Em 31 De Dezembro de 2010 e 2009 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31/12/2010				31/12/2009			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Amortizações do exercício	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	23.984	10.406	71.133	(57.555)	23.768	10.413	71.133	(57.778)
	23.984	10.406	71.133	(57.555)	23.768	10.413	71.133	(57.778)

As amortizações dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, no montante de 71.133 €, foram registadas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização".

9. Participações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e em outras empresas:

	2010										
	Sede	Activo	Passivo	Capital próprio		Total de rendimentos	Resultado líquido		% detida	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida	
Subsidiárias:													
Ferconsult, S.A.	Lisboa	19.320.571	13.225.464	6.095.107		12.416.491	(2.836.702)		100,00%	(2.836.702)	(2.836.702)	6.095.107	b)
Metrocom, S.A.	Lisboa	2.307.084	1.614.030	693.053		3.089.289	126.236		80,00%	100.989	100.989	554.442	b)
Empresas associadas:													
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	7.694.788	7.554.324	140.465		2.289.021	(367.246)		40,00%	(146.898)	(146.898)	56.186	
Fernave, S.A.	Lisboa	2.355.707	6.136.161	(3.800.454)		2.363.204	(2.103.490)		20,00%	(420.698)	–	–	
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	4.540.693	4.368.514	172.179		6.348.360	172.179		5,00%	8.609	8.609	8.609	
Total de investimentos em subsidiárias e associadas												6.714.345	
Investimentos noutras empresas:													
Edel – Empresa Editorial, Lda.	Lisboa	c)	c)	c)		c)	c)		c)	c)	c)	20	a)
GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	78.248.158	87.176.815	(8.928.657)		5.377.667	(1.128.564)		16,00%	(180.570)	–	–	
GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. – suprimentos (Nota 32)	Lisboa	N/a	N/a	N/a		N/a	N/a		N/a	N/a	N/a	4.819.621	
Otlis, A.C.E.	Lisboa	7.461.271	5.260.134	1.901.137		5.092.513	352.875		14,29%	50.408	50.408	271.577	
TREM, A.C.E.	Lisboa	17.858.848	78.073.468	(8.079.936)	d)	2.961.543	(1.360.221)	d)	0,01%	(122)	–	–	
TREM II, A.C.E.	Lisboa	48.167.241	173.714.152	(14.050.253)	d)	5.810.554	(3.295.320)	d)	0,01%	(297)	–	–	
Total de investimentos noutras empresas												5.091.218	
Total												11.805.563	

a) Informação financeira não auditada em 31 de Dezembro de 2009.
b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.
c) Informação não disponível.
d) Montantes corrigidos com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

	2009										
	Sede	Activo	Passivo	Capital próprio		Total de rendimentos	Resultado líquido		% detida	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
Subsidiárias:												
Ferconsult, S.A.	Lisboa	24.275.107	15.343.298	8.931.809		19.037.153	1.395.834		100,00%	1.395.834	1.395.834	8.931.809
Metrocom, S.A.	Lisboa	2.347.585	1.780.768	566.817		3.183.063	146.075		80,00%	116.860	116.860	453.454
Empresas associadas:												
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	5.278.758	4.771.047	507.711		3.049.147	211.013		40,00%	84.405	84.405	203.084
Fernave, S.A.	Lisboa	2.718.068	4.407.755	(1.689.687)		3.579.409	(1.851.863)		20,00%	(370.373)	–	–
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	3.946.842	3.900.012	46.830		4.938.308	46.830		5,00%	2.342	2.342	2.342
Total de investimentos em subsidiárias e associadas												9.690.689
Investimentos noutras empresas:												
Edel – Empresa Editorial, Lda.	Lisboa	a)	a)	a)		a)	a)		a)	a)	a)	20
GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	79.676.321	87.105.296	(7.428.975)		5.380.190	(1.905.571)		16,00%	(304.891)	–	–
GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. – suprimentos (Nota 32)	Lisboa	N/a	N/a	N/a		N/a	N/a		N/a	N/a	N/a	1.500.000
Otlis, A.C.E.	Lisboa	6.038.051	3.513.532	2.524.519		4.812.817	390.166		14,29%	55.735	55.735	360.627
TREM, A.C.E.	Lisboa	20.738.804	80.493.232	(6.719.715)	b)	3.898.124	(1.529.517)	b)	0,01%	(138)	–	–
TREM II, A.C.E.	Lisboa	56.449.889	178.619.681	(10.754.935)	b)	8.254.712	(3.408.144)	b)	0,01%	(307)	–	–
Total de investimentos noutras empresas												1.860.647
Total												11.451.336

a) Informação não disponível.
b) Montantes corrigidos com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

A participação financeira detida pela Empresa na subsidiária Ferconsult, S.A. encontra-se, em 31 de Dezembro de 2010 registada pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, apropriado uma perda no decurso do exercício de 2010 no montante de 2.836.702 € que foi reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e participadas".

A participação financeira que a Empresa detém na participada GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., encontra-se registada por valor nulo, dado ser entendimento do Conselho de Administração que apesar da actual situação económica desta associada, a qual segundo informação financeira em 31 de Dezembro de 2010 apresenta perdas acumuladas de 8.928.657 €, não decorrerão perdas adicionais para a Empresa.

Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa efectuou suprimentos a esta entidade, no montante de 3.319.621 €, no âmbito do contrato de suprimentos estabelecido. A Empresa não reconheceu qualquer perda por imparidade relativa a este montante, por ser entendimento do Conselho de Administração que o mesmo será realizável no futuro.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pela Empresa no decurso do exercício de 2010 e 2009 foi como segue:

	2010		
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras:			
Saldo inicial	9.951.316	1.812.366	11.763.682
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(2.823.594)	–	(2.823.594)
Dividendos	(2.342)	–	(2.342)
Outras variações no capital próprio – subsídios	(139.458)	–	(139.458)
Aumento de suprimentos – GIL	–	3.319.621	3.319.621
Dissolução	–	–	–
Outras variações	21	(20)	1
Saldo final	6.985.942	5.131.967	12.117.909
Perdas por imparidade:			
Saldo inicial	–	(312.346)	(312.346)
Perdas por imparidade do exercício	–	–	–
Saldo final	–	(312.346)	(312.346)
Activos líquidos	6.985.942	4.819.621	11.805.563

	2009		
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras:			
Saldo inicial	9.845.487	335.231	10.180.718
Aplicação do método da equivalência patrimonial	1.655.176	–	1.655.176
Dividendos	(450)	–	(450)
Outras variações no capital próprio – subsídios	294.917	–	294.917
Perdas de imparidade em suprimentos – Fernave	(1.844.013)	–	(1.844.013)
Aumento de suprimentos – GIL	–	1.500.000	1.500.000
Dissolução	–	(18.060)	(18.060)
Outras variações	199	(4.805)	(4.606)
Saldo final	9.951.316	1.812.366	11.763.682
Perdas por imparidade:			
Saldo inicial	–	(312.346)	(312.346)
Perdas por imparidade do exercício	–	–	–
Saldo final	–	(312.346)	(312.346)
Activos líquidos	9.951.316	1.500.020	11.451.336

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, e em resultado de a Empresa no exercício de 2009 ter assinado um Contrato de Promessa de Transmissão de Acções celebrado com a Refer e a CP, no qual foi estabelecida a venda por 1 € da participação de 20% detida na Fernave, não tem a Empresa de assumir qualquer responsabilidade adicional pelas perdas acumuladas daquela participada, as quais em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ascendem a 760.091 € e 337.937 €, respectivamente. Adicionalmente, em resultado do referido acordo, a Empresa no decurso do exercício de 2009 procedeu à anulação da conta a receber daquela participada, relativamente a suprimentos concedidos no decurso do exercício, no montante de 1.844.013 €.

Os movimentos ocorridos em 2010 e 2009 na rubrica "Outras variações no capital próprio – subsídios" no montante de (139.458) € e 294.917 €, respectivamente, resultam de movimentos ocorridos nesta rubrica de capital na participada Otlis.

Em resultado da dissolução e liquidação da participada Sotrans em 2009, a Empresa procedeu à anulação do investimento financeiro, correspondente à percentagem de participação naquela sociedade, o qual ascendia a 18.060 €.

10. Derivados

O saldo das rubricas de "Derivados" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, corresponde ao justo valor dos contratos de *swap*, determinado por uma entidade independente, diferente daquela com a qual os mesmos foram contratados, e detalham-se como segue:

Financiamentos bancários		Data				Justo valor				
						31/12/2010		31/12/2009		Variação
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Activo	Passivo	Activo	Passivo	
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	09/07/2009	21/07/2009	21/07/2016	71.042.080	–	(8.094.816)	1.594.856	–	(9.689.672)
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	21/07/2009	24/07/2009	24/07/2016	50.000.000	–	(5.604.700)	–	(14.100)	(5.590.600)
DB EXPORT/95	BST	26/02/2003	15/06/2003	30/12/2013	33.515.108	–	(1.417.367)	–	(1.493.889)	76.522
DB EXPORT/97	BST	26/02/2003	15/06/2003	30/12/2015	33.791.868	–	(1.752.852)	–	(1.544.330)	(208.522)
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22/09/2005	01/07/2005	01/01/2019		–	(33.155.300)	–	(22.613.094)	(10.542.206)
BSN-CGD (US LEASE)	JP MORGAN	15/07/2009	01/07/2009	01/01/2019	63.382.229	4.715.062	–	9.770.432	–	(5.055.369)
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16/07/2009	01/07/2009	01/01/2019		4.715.062	–	–	–	4.715.062
TREM I	C SUISSE	25/08/2010	20/03/2007	20/03/2020	77.765.198	–	(5.495.474)	–	(1.733.136)	(3.762.337)
TREM II	C SUISSE	25/08/2010	24/03/2007	24/09/2021	85.515.116	–	(77.715.053)	–	(18.598.011)	(59.117.041)
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06/06/2005	23/09/2005	23/09/2022		12.128.573	–	–	(45.679.042)	57.807.614
TREM II (2ª TRANCHE)	JP MORGAN	19/03/2010	23/09/2009	23/09/2022	87.586.203	–	–	3.442.411	–	
TREM II (2ª TRANCHE)	JP MORGAN	19/03/2010	23/09/2009	23/09/2022		–	(9.815.117)	–	(3.719.788)	(3.442.411)
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27/07/2009	18/08/2009	18/08/2014	150.000.000	–	(1.317.495)	2.641.117	–	(6.095.329)
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27/07/2009	18/08/2009	18/08/2016	25.500.000	158.203	–	313.294	–	(3.958.612)
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27/07/2009	18/08/2009	18/08/2016	24.500.000	835.950	–	670.761	–	(155.092)
PAPEL COMERCIAL BNP		31/05/2007	12/02/2007	11/02/2010					(296.968)	165.189
PAPEL COMERCIAL BNP 07		26/11/2008	10/11/2008	11/02/2010					(459.268)	296.968
						22.552.850	(144.368.172)	18.432.871	(96.151.627)	(44.096.566)

A metodologia utilizada pelo avaliador Independente na quantificação do valor daqueles contratos consiste na projecção dos cash-flows esperados no futuro, actualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero actual, de forma a projectar os Indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efectuados com as diversas instituições bancárias.

O efeito da variação do justo valor dos derivados no exercício de 2010, no montante de 44.096.566 €, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor".

11. Outros activos financeiros – não corrente

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica "Outros activos financeiros - não corrente" apresentava a seguinte composição:

	Notas	2010	2009
Depósito a prazo - Wells Fargo Bank		22.854.238	22.576.503
Depósitos bancários		21.289.146	21.102.807
		44.143.384	43.679.310

O montante de 22.854.238 €, respeita a uma garantia adicional que a Empresa teve de conceder em Abril de 2009 no montante de 22.576.503 €, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, no âmbito do contrato de locação operacional celebrado para a aquisição das 24 UT's, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do "rating" atribuído à República Portuguesa, o qual foi reforçado no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, pelo montante de 277.735 €, em resultado de uma nova descida do "rating".

O montante de 21.289.146 € respeita a um depósito a prazo o qual vence juros a taxas normais de mercado e se encontra a servir de colateral a um financiamento de médio prazo.

12. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2010		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:			
Materiais	820.518	(280.000)	540.518
Ferramentas	38.614	-	38.614
Produtos de limpeza	17.490	-	17.490
Combustíveis	22.187	-	22.187
Títulos de transporte	883.162	-	883.162
Outros materiais	62.265	-	62.265
	1.844.236	(280.000)	1.564.236

	2009		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:			
Materiais	697.628	(100.000)	597.628
Ferramentas	35.670	-	35.670
Produtos de limpeza	21.042	-	21.042
Combustíveis	28.272	-	28.272
Títulos de transporte	770.071	-	770.071
Outros materiais	63.942	-	63.942
	1.616.625	(100.000)	1.516.625

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	
Saldo inicial	1.616.625	802.580
Compras	3.459.070	3.574.763
Regularizações	(624.860)	(400)
Saldo final	1.844.236	1.616.625
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.606.599	2.760.318

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	100.000	180.000	-	280.000
	100.000	180.000	-	280.000

	2009			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	50.000	50.000	-	100.000
	50.000	50.000	-	100.000

Os aumentos das perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram registados na rubrica de "Imparidade de inventários – (perdas/reversões)" na demonstração dos resultados.

13. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2010		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Não correntes:			
Outras contas a receber	12.455.669	-	12.455.669
	12.455.669	-	12.455.669
Correntes:			
Clientes	5.318.400	(2.755)	5.315.645
Outras contas a receber	37.973.953	(4.614.650)	33.359.303
	43.292.353	(4.617.405)	38.674.948
	55.748.022	(4.617.405)	51.130.617

	2009		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Não correntes:			
Outras contas a receber	12.955.669	-	12.955.669
	12.955.669	-	12.955.669
Correntes:			
Clientes	2.054.287	(2.755)	2.051.532
Outras contas a receber	26.767.966	(4.557.315)	22.210.651
	28.822.253	(4.560.070)	24.262.183
	41.777.922	(4.560.070)	37.217.852

O detalhe das contas a receber e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

	2010		2009	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes:				
Simtejo	2.216.989	–	–	–
Optimus – Comunicações, S.A.	773.232	–	534.157	–
Ar Telecom	463.383	–	463.383	–
Direcção Geral de Transportes Terrestres	233.649	–	233.649	–
TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	239.075	–	234.126	–
C.P. – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	188.309	–	188.310	–
Refer	1.045	–	1.045	–
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 31)	47.809	–	–	–
Outros	1.154.909	–	399.617	–
	5.318.400	–	2.054.287	–
Imparidade de contas a receber	(2.755)	–	(2.755)	–
	5.315.645	–	2.051.532	–
Outros devedores:				
Parque Expo' 98	7.980.766	–	7.980.766	–
Transtejo	2.045.587	12.002.602	2.631.901	12.502.602
C.P. – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	921.737	–	720.016	–
Câmara Municipal do Barreiro	2.658.789	–	2.585.524	–
Câmara Municipal de Lisboa	–	423.105	–	423.105
Rodoviária de Lisboa	1.400.085	–	1.390.822	–
Refer	7.220.274	–	24.835	–
Receitas de tráfego	741.169	–	773.102	–
Pessoal	902.700	–	569.870	–
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 31)	7.294.232	–	7.201.359	–
Outros	6.808.614	29.962	3.087.771	29.962
	37.973.953	12.455.669	26.965.966	12.955.669
Imparidade de outras contas a receber	(4.614.650)	–	(4.755.315)	–
	33.359.303	12.455.669	22.210.651	12.955.669
	38.674.948	12.455.669	24.262.183	12.955.669

Em 17 de Agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. ("Parque Expo'98") no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha Vermelha e respectivas estações Alameda – Expo. A compensação no montante total de 9.975.957 € seria paga pelo Parque Expo'98 durante os anos de 1995 a 1998 nos montantes de 1.995.191 €, 2.493.990 €, 2.493.990 €, e 2.992.787 €, respectivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um rendimento a reconhecer no montante de 9.975.957 €. Até 31 de Dezembro de 2010 da compensação total a Empresa recebeu o valor de 1.995.191 € relativo à parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de "Outros contas a receber" o montante de 7.980.766 €.

Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha Vermelha e respectivas estações, a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do rendimento a reconhecer relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre Maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que a Empresa concluiria a construção e daria início à exploração desta linha).

Em 29 de Setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre a Empresa, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que a Empresa pagaria à Parque Expo'98 a importância de 7.082.930 € a título de expropriação da área indispensável à implementação e construção da estação de metro Oriente, não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo a Empresa capitalizou nos encargos com a construção da linha Vermelha Alameda/Oriente e respectivas estações o montante de 7.082.930 € e registou uma conta a pagar na rubrica de "Outras contas a pagar", pelo mesmo montante (Nota 23).

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 a Empresa celebrou um protocolo com a Transtejo, tendo em vista a transferência para aquela entidade, do montante de 14.502.602 € relativo a obras efectuadas por conta daquela entidade terminal fluvial do Cais do Sodré .

Decorrente deste contrato, a Transtejo obrigava-se a pagar à Empresa, anualmente, o montante de 1.000.000 €, sendo que tal como contratualizado o mesmo poderá ser reduzido para 500.000 € caso aquela entidade assim o comunique à Empresa, tal como se verificou no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Esta conta a receber vence juros a taxas normais de mercado. O montante classificado como não corrente tem o seguinte plano de pagamentos:

Ano	Montante
2012	1.000.000
2013	1.000.000
2014	1.000.000
2015	1.000.000
2016 e seguintes	8.002.602
	12.002.602

O saldo a receber da REFER no montante de 7.220.274 €, inclui o montante de 6.027.829 € respeitante a despesas com a construção do terminal fluvial e interface do Cais do Sodré, incorridas pela Empresa por conta daquela.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 é próximo do seu justo valor.

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2010 e 2009 foi como segue:

	2010				2009			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Imparidade de dívidas a receber de clientes	2.755	–	–	2.755	17.909	–	(15.154)	2.755
Imparidade de outras contas a receber	4.557.315	57.335	–	4.614.650	4.494.606	62.709	–	4.557.315
	4.560.070	57.335	–	4.617.405	4.512.515	62.709	(15.154)	4.560.070

14. Diferimentos activos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica do activo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Seguros	3.842	45.079
Encargos com contratos de leasing	2.656.502	2.458.394
Encargos com financiamentos	1.725.061	4.471.428
Trabalhos por conta de terceiros	40.654.538	39.566.433
Contratos de assistência técnica	30.825	32.711
Outros	72	22.482
	45.070.840	46.596.526

A rubrica "Diferimentos activos – encargos com contratos de *leasing*", no montante de 2.656.502 €, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respectivos contratos.

A rubrica "Diferimentos activos – trabalhos por conta de terceiros" inclui, essencialmente, os montantes de 28.474.843 € (o qual inclui o montante de 1.016.374 € relativo às obras efectuadas no terminal da Transtejo no Cais Sodré e o montante de 27.458.469 € relativo às obras efectuadas pela Empresa no Terreiro do Paço, e relativamente ao qual o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação), 9.550.544 € e 109.371 € relativos a obras efectuadas pela Empresa por conta da Transtejo, Câmara Municipal de Lisboa e da Refer, respectivamente.

15. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 603.750.000 €, é detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foi realizado o montante de 30.120.397 € decorrente do aumento de capital efectuado em 2001 que se encontrava pendente de realização.

16. Subsídios do Governo

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios não afectos aos ILD's:

	2010				
	Montante total	Montante recebido	Rédito do período	Rédito acumulado	Outras variações no capital própio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER – PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	6.283.869	4.659.011
FEDER – QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	30.550.340	23.978.035
	65.471.254	65.471.254	2.906.231	36.834.209	28.637.046

	2009				
	Montante total	Montante recebido	Rédito do período	Rédito acumulado	Outras variações no capital própio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER – PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	5.789.031	5.153.849
FEDER – QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	28.138.947	26.389.428
	65.471.254	65.471.254	2.906.231	33.927.978	31.543.277

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efectuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT's, série complementar de 10 UT's e PMO III.

17. Provisões e passivos contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	109.682	237.852	–	347.534
Juros a liquidar	261.881	–	–	261.881
Despesas com pessoal	142.971	–	–	142.971
	514.534	237.852	–	752.386
Outras provisões:				
Imparidade de investimentos financeiros	1.572	–	–	1.572
	1.572	–	–	1.572
	516.106	237.852	–	753.958

	2009			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	119.645	–	9.963	109.682
Juros a liquidar	261.881	–	–	261.881
Despesas com pessoal	142.971	–	–	142.971
	524.497	–	9.963	514.534
Outras provisões:				
Imparidade de investimentos financeiros	–	1.572	–	1.572
Outras provisões (Nota 30)	1.194.336	–	1.194.336	–
	1.194.336	1.572	1.194.336	1.572
	1.718.833	1.572	1.204.299	516.106

Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2010, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 35.194.989 €, os quais referem-se essencialmente, a um processo intentado relativamente à contestação de adjudicação de obra, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, não tendo sido registada, naquela data, qualquer provisão relativa às mesmas, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de "Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração". Durante o exercício de 2010, a Empresa assumiu indemnizações por danos causados com as obras de expansão da rede, através de prestações pecuniárias no montante de 868.413 €, as quais foram registadas no balanço na rubrica de "Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração".

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço

a) Responsabilidades com saúde

A Empresa tem vindo a efectuar o pagamento de benefícios aos seus empregados activos, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foram registados encargos de saúde no montante de 962.977 € (Notas 3.15 e 28), correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício com activos.

b) Compromissos com fornecedores de imobilizado

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa tinha assumido compromissos com fornecedores de imobilizado nos montantes de 130.691.028 € (Nota 18) e 128.691.028 €, respectivamente. Estes compromissos relacionam-se basicamente com a expansão da rede. Adicionalmente, a Empresa assumiu também compromissos relacionados com dez contratos de locação operacional no montante de 240.572.570 € (Nota 7).

18. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos afectos à actividade de gestão de infra-estruturas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalha-se como segue:

		2010			2009				
			Montante utilizado			Montante utilizado			
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente	Vencimento	Tipo de amortização
Instituições financeiras:									
Empréstimos bancários:									
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas	50.000.000	50.000.000	-	-	-	-	09/Ago/12	Maturidade
Emp. CP 150 M EUR	CGD	150.000.000	65.000.000	-	-	-	-	12/Jul/11	Maturidade
Emp. CP 50 M EUR	Deutsche Bank	50.000.000	50.000.000	-	-	-	-	26/Jul/11	Anual
Emp. LP 100 M EUR	Goldman Sachs Bank	100.000.000	-	100.000.000	100.000.000	-	100.000.000	21/Jul/16	Maturidade
Emp. LP 50 M EUR	Goldman Sachs Bank	50.000.000	-	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000	24/Jul/16	Maturidade
Emp. CP/LP 150 M EUR	Deutsche Bank	150.000.000	2.000.000	-	150.000.000	-	150.000.000	18/Ago/14	Maturidade
Emp. CP/LP 50 M EUR	Deutsche Bank	25.500.000	-	25.500.000	25.500.000	-	25.500.000	18/Ago/16	Maturidade
Emp. CP/LP 50 M EUR	Deutsche Bank	24.500.000	-	24.500.000	24.500.000	-	24.500.000	18/Ago/16	Maturidade
Emp. LP 100 M EUR	Santander Totta	100.000.000	100.000.000	-	100.000.000	-	100.000.000	15/Jul/11	Maturidade
Emp. LP 50 M EUR	BPI	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000	-	50.000.000	15/Jul/11	Maturidade
Emp. LP 20 M EUR	BPI	20.000.000	20.000.000	-	20.000.000	-	20.000.000	15/Jul/11	Maturidade
			337.000.000	200.000.000		-	520.000.000		
Linhas de crédito:									
	Santander Totta	30.000.000	26.492.909	-	30.000.000	11.821.421	-	01/Nov/11	Rollover
	Bilbao Vizcaya	18.119.311	18.119.311	-	1.821.492	1.821.492	-	31/Dez/11	Rollover
	Barclays Bank	25.000.000	18.745.269	-	-	-	-	24/Jul/12	Rollover
	Millenium BCP	22.942.607	17.487.050	-	126.694.670	4.746.325	-	31/Mar/11	Rollover
	Amro Bank	-	-	-	94.354.496	9.185.811	-	30/Jun/10	Rollover
			80.844.539	-		27.575.049	-		
Locações financeiras:									
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export - Leasing		7.315.356	26.199.752		6.836.207	33.515.108	30/Dez/13	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export - Leasing		4.658.903	29.132.966		4.391.463	33.791.868	30/Dez/15	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta		6.332.025	57.052.027		6.155.959	63.382.229	02/Jan/19	Semestral
			18.306.283	112.384.745		17.383.628	130.689.205		
Encargos financeiros			(2.498.006)	-		(1.962.228)	-		
Total instituições financeiras			433.652.816	312.384.745		42.996.449	650.689.205		

Em 11 de Fevereiro de 2011, a Empresa teve de proceder ao pagamento dos 2.000.000 € que se encontravam considerados na parcela de curto prazo, ao Deutsche Bank, dado que entrou em incumprimento dos "covenants" contratualizados.

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2012	-
2013	-
2014	50.000.000
2015	-
2016 e seguintes	150.000.000
	200.000.000

Em 29 de Dezembro de 1995 e em 30 de Dezembro de 1997, a Empresa celebrou com a DB EXPORT Leasing Gmbh, dois contratos de *leasing*, relacionados com 17 e 14 unidades triplas de tracção (UT's), respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2010, as contas a pagar àquela entidade ascendiam a 67.306.977 € (55.332.718 € classificados como não corrente e 11.974.259 € como corrente).

Em 31 de Dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT's de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 € e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 06 de Janeiro de 1999. Em 31 de Dezembro de 2010, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 63.384.052 €.

Em 31 de Dezembro de 2010 a Empresa utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tracção e uma máquina fotocopiadora, sendo que os compromissos assumidos com o pagamento de rendas de contratos de locação financeira é como segue:

Descrição	Corrente	Não corrente	Total
55 Unidades de tracção (Nota 17)	18.306.283	112.384.745	130.691.028
	18.306.283	112.384.745	130.691.028

A parcela que classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolso:

Anos	Montante
2012	19.289.884
2013	30.299.778
2014	12.438.276
2015	20.434.276
2016 e seguintes	29.922.531
	112.384.745

As rendas de locação financeira, vencem juros a taxas anuais que se situam entre 3,328% e 5,567%.

Em 31 de Dezembro de 2010 a Empresa tinha linhas de crédito, contas correntes e descobertos bancários autorizados, no montante de 725.000.000 €, dos quais naquela data se encontravam por utilizar 127.804.995 €.

Em 31 de Dezembro de 2010 os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Contrato	Montante em dívida em 31/12/2010	Prazo	Garantias	Pari Passu	Cláusula de detenção	Rating	"Cross default"	Outras cláusulas relevantes
Banco Santader Totta	26.492.909	01 de Novembro de 2011	Não	Não	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	n/a
Banco Santader Totta	100.000.000	24 meses a contar da data da respectiva assinatura	Não	Não	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	n/a
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	59.352.579	Em vigor até denúncia com um pré-aviso de 30 dias por qualquer uma das partes	Arresto ou penhora de qualquer dos seus bens ou processos similares	Não	Alteração no estatuto jurídico da empresa ou na sua estrutura accionista considerada relevante para o BBVA, nomeadamente, se o Estado Português deixar de deter 67% do capital social do ML	Não	Não	Garantido por livrança em branco
Banco Comercial Português	19.544.443	01 de Julho de 2011	Apenas relativamente à livrança em branco subscrita pela Empresa	Não	Não	Não	Sim	Garantido por livrança em branco
Banque Nationale de Paris	83.059.805	Um ano prorrogável automaticamente por períodos iguais e sucessivos	Arrolamento, arresto ou congelamento de quaisquer bens da Empresa	Não	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Não	n/a
BNP Paribas	50.000.000	09 de Agosto de 2012	Sim – nos termos identificados no Anexo A	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	n/a
Barclays Bank	18.745.269	36 meses	Em caso de arresto, penhora ou qualquer providência equiparável sobre quaisquer bens ou direitos do ML, na medida em que tal determine uma alteração materialmente adversa da respectiva solvabilidade	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	n/a
Caixa Geral de Depósitos	65.000.000	12 meses prorrogável por períodos iguais e sucessivos	Sim – nos termos identificados no Anexo B	Não	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	n/a
Deutsche Bank	50.000.000	12 meses prorrogável	Sim – nos termos identificados no Anexo B	Não	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	n/a
BPI	50.000.000	24 meses, podendo ser renovado por iguais períodos	Sim – nos termos identificados no Anexo B	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	n/a
BPI	20.000.000	24 meses, podendo ser renovado por iguais períodos	Sim – nos termos identificados no Anexo B	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantido por penhor de primeiro grau sobre o saldo de conta de depósito a prazo constituída pela empresa junto do Banco BPI

19. Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

Conforme mencionado na nota 3.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de Dezembro de 2010, o número de empregados activos e reformados /pensionistas ascendia a 1.273 e 1.360, respectivamente (1.297 e 1.343 em 31 de Dezembro de 2009).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos de pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de Dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foi efectuada uma avaliação actuarial dos activos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos actuariais reportados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor actual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no activo e reformados foi estimado em:

	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhadores activos	61.420.995	56.918.514
Reformados	167.611.224	167.963.361
	229.032.219	224.881.875

O estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2010 foi efectuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes principais pressupostos e bases técnicas e actuariais.

	2010	2009
Tábuas de mortalidade	TV 73/77 França	TV 73/77 França
Tábuas de invalidez	EVK 80 – Suiça	EVK 80 – Suiça
Taxa média de crescimento dos salários	2,25%	2,25%
Taxa média anual do rendimento do fundo	6%	6%
Taxa média anual de crescimento de pensões	2%	2%
Taxa média anual de actualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma	5%	5%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2010 e 2009 foi como se segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Responsabilidades totais no início do período	224.881.875	218.152.836
Custos dos serviços correntes	3.405.187	2.832.945
Custo dos juros	12.925.370	12.575.178
Benefícios pagos no exercício (Nota 28)	(12.216.471)	(12.001.675)
Ganhos / perdas actuariais do exercício	36.258	3.322.591
Responsabilidades totais no fim do período	229.032.219	224.881.875

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2010, nos montantes de 3.405.187 € e 12.925.370 €, respectivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas de "Gastos com pessoal" e "Juros e gastos similares suportados", respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de 36.258 €, relativo às perdas actuariais apuradas no exercício, por aquelas serem inferiores ao valor de 10% das responsabilidades totais.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as responsabilidades relativas ao pagamento de complementos de pensões no montante de 229.032.219 €, encontram-se registadas no passivo na rubrica "Responsabilidades por benefícios pós emprego".

Em 31 de Dezembro de 2010 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

20. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalha-se como segue:

	2010	2009
Fornecedores:		
2045 Empresa de Segurança	1.255.100	990.437
EDP Comercial	1.239.736	782.624
Grupo 8- Vigilância e Prevenção	564.266	571.690
Empresas do Grupo (Nota 31)	459.547	485.417
Vadeca Ambiente	409.377	549.130
Safira Facility Services	384.348	294.960
Emel	281.486	-
Itau	162.372	218.751
Optimus Comunicações, S.A.	156.261	87.492
Thyssenkrupp Elevadores, S.A.	150.260	37.925
Policia de Segurança Pública	136.802	303.267
Iss Facility Services	123.621	323.631
Efacec Ambiente, S.A.	13.191	225.420
Outros	2.467.353	2.904.840
	7.803.720	7.775.585

21. Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 81.º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2010		2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas:				
Pagamentos por conta	280.000	-	361.496	-
Estimativa de imposto	-	67.122	-	58.620
Retenções na fonte	2.035.028	-	1.982.623	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	983.028	-	864.535
Imposto sobre o Valor Acrescentado	544.118	384.464	3.723.784	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1 545.394	-	1.421.317
Outros impostos	-	358.492	20.382	214.642
	2.859.146	3.338.500	6.088.285	2.559.114

Em 31 de Dezembro de 2010, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e às contribuições para a Segurança Social, correspondem à retenção efectuada nos processamentos salariais de Dezembro de 2010, os quais serão liquidados em Janeiro de 2011.

22. Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Imposto corrente	217.174	58.320
	217.174	58.320

O montante do imposto corrente em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, inclui o montante de 150.052 € relativo à insuficiência de estimativa e o montante de 300 € relativo ao excesso de estimativa, respectivamente, determinado no exercício anterior.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 834.153.435 € e 841.782.549 €, respectivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas é conforme se segue:

	2010		2009	
	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização
Gerados em 2004	–	–	155.241.079	2010
Gerados em 2005	152.356.406	2011	152.356.406	2011
Gerados em 2006	151.322.961	2012	151.322.961	2012
Gerados em 2007	143.790.051	2013	143.790.051	2013
Gerados em 2008	118.382.911	2014	118.382.911	2014
Gerados em 2009	120.689.141	2015	120.689.141	2015
Gerados em 2010	147.611.965	2014	–	–
	834.153.435		841.782.549	

23. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Outros credores:		
Parque Expo' 98 (Nota 13)	7.082.930	7.082.930
Pessoal	337.232	198.379
Rodoviária de Lisboa	99.679	37.295
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	4.899.251	3.938.864
Transtejo	35.760	25.234
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	8.481.209	8.481.209
Juros vencidos e não pagos	11.416.955	6.101.658
Credores por acréscimos de gastos	7.015.019	9.962.776
Outros	3.784.617	5.243.086
	43.152.652	42.116.507

O saldo da "Credores por acréscimos de gastos" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pela Empresa com investimentos realizados, relativamente aos quais à data do balanço ainda não havia sido recepcionada a respectiva factura.

24. Diferimentos passivos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Leasings financeiros – mais-valias diferidas	2.918.119	3.364.748
Receitas de tráfego	1.146.879	1.122.510
Rendimento de imóveis	2.008	2.008
	4.067.006	4.489.266

As mais-valias decorrentes dos contratos de *leasing* financeiro referentes às 14 UT's e 24 UT's estão a ser diferidas pelos períodos de vigência dos mesmos (Nota 29).

25. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Vendas:		
Sucatas	11.996	15.779
Prestação de serviços:		
Receitas de tráfego	59.583.045	59.298.757
Serviços secundários	4.444.301	4.518.840
Outros	123	86
	64.039.465	63.833.462

26. Subsídios à exploração

O detalhe dos subsídios à exploração recebidos pela Empresa em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Indemnização compensatória	26.502.996	26.755.406
Passe 4_18	952.817	648.318
Passe Sub23	1.994.602	–
PAII – Programa Apoio Integrado a Idosos	–	136.317
	29.450.415	27.540.041

Em 31 de Dezembro de 2010 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 28.093.176 € (26.502.996 € reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2010 de 02 de Dezembro.
Em 31 de Dezembro de 2009 foram atribuídas compensações no valor de 28.093.176 € (26.755.406 € reconhecido como rédito, após dedução do IVA).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi ainda atribuída pelo Estado, uma compensação financeira, para os passes 4_18@escola.tp e sub23@superior.tp no montante de 3.118.970 € (2.947.419 € reconhecido como rédito após dedução do IVA) e de 680.734 € (648.318 € reconhecido como rédito após dedução do IVA), respectivamente.

27. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Electricidade	7.512.632	6.499.596
Rendas e alugueres	8.757.924	14.493.287
Conservação e reparação	5.408.784	6.623.898
Limpeza, higiene e conforto	3.270.285	3.409.690
Vigilância e segurança	7.831.461	7.997.163
Trabalhos especializados	1.523.037	2.071.575
Outros	4.370.249	4.862.475
	38.674.372	45.957.684

O aumento da rubrica de "Electricidade" resulta, essencialmente, do facto de a extensão da linha Vermelha entre Alameda e S. Sebastião ter apenas entrado em funcionamento no decurso do segundo semestre de 2009.

A rubrica de "Rendas e alugueres" inclui, essencialmente, o montante de 8.492.522 € relativo às rendas dos *leasings* operacionais (14.158.660 € em 31 de Dezembro de 2009). A redução verificada face ao exercício de 2009 resulta do facto de estas rendas terem um instrumento financeiro derivado associado, o qual no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, teve um impacto positivo de 3.615.397 € (Nota 31).

28. Gastos com pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	522.077	461.206
Remunerações do pessoal	58.521.448	56.515.417
Benefícios pós-emprego (Nota 19)	12.216.471	12.001.675
Encargos sobre remunerações	13.196.971	12.685.254
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais (Nota 17)	845.674	685.138
Gastos de acção social	1.132.460	1.236.328
Outros	1.221.829	1.226.311
	87.656.930	84.811.329

O aumento verificado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, na rubrica de "Remunerações ao pessoal", resultou, essencialmente, do aumento do número de trabalhadores afectos aos quadros da Empresa (em virtude da entrada em funcionamento da extensão da linha Vermelha), do reescalonamento efectuado ao nível das carreiras, do aumento salarial e pela promoção de diversos colaboradores.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número médio de trabalhadores foi de 1.672 e 1.611, respectivamente, sendo o número de efectivos no final do exercício de 1.672 e 1.636, respectivamente.

29. Outros rendimentos e ganhos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Subsídio para investimentos	2.906.230	2.906.230
Reconhecimento de mais-valias	446.629	446.629
Serviços sociais	251.891	264.984
Ganhos em inventários – sobras	151.836	232.692
Venda de energia	81.231	180.369
Juros de mora	57.334	62.709
Rendas de imóveis (Nota 8)	23.984	23.768
Outros	1.447.116	1.670.184
	5.366.251	5.787.565

O saldo da rubrica de "Reconhecimento de mais-valias" é relativo à amortização das mais-valias das 14 UT's e 24 UT's, cujo montante a 31 de Dezembro de 2010 ascendeu 250.922 € e 195.707 €, respectivamente (Nota 24).

30. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Donativos	983.554	914.678
Correcções relativas a exercícios anteriores	340.291	1.454.242
Imposto municipal sobre imóveis	261.180	204.538
Quotizações	104.458	103.571
Perdas em inventários	88.225	501.856
Juros de mora	6.090	2.567.132
Dívidas incobráveis	–	21.656
Outros	510.419	653.643
	2.294.217	6.421.316

Em 31 de Dezembro de 2010 o montante de 340.291 € registado na rubrica de "Correcções relativas a exercícios anteriores" inclui, o montante de 38.439 € referente a acertos ao seguro de saúde da Empresa do exercício de 2009 e 60.609 € de encargos com seguros dos funcionários suportados pela Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2009 o montante de 1.454.242 € registado na rubrica de "Correcções relativas a exercícios anteriores" inclui o montante de 1.194.336 € referente a créditos emitidos em 2009 a favor de uma empresa subsidiária, por conta de débitos efectuados no exercício de 2008, e que se encontravam totalmente provisionados naquela data.

A rubrica de "Juros de mora" em 31 de Dezembro de 2009, respeita, essencialmente, a juros debitados pelo empreiteiro da linha Alameda/S. Sebastião por atrasos no pagamento das facturas de investimento face ao que se encontrava contratualizado.

31. Resultados financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

	2010	2009
Gastos e perdas:		
Juros suportados com financiamentos bancários	46.923.016	34.135.787
Locações financeiras	5.355.149	5.571.540
	52.278.165	39.707.327
Resultados financeiros	(52.013.403)	(35.385.433)
	264.762	4.321.894
Rendimentos de juros:		
Juros obtidos em aplicações financeiras	264.762	706.497
Leasing – Swap (Nota 27)	–	3.615.397
	264.762	4.321.894

O montante de 5.355.149 € registado na rubrica de "Locações financeiras" respeita aos encargos financeiros suportados com os contratos de locação financeira celebrados pela Empresa (Nota 18).

O montante de 264.762 € registado na rubrica de "Juros obtidos em aplicações financeiras" respeita aos juros obtidos em aplicações de curto prazo efectuadas ao longo do exercício de 2010, os quais venceram juros a taxas normais de mercado.

32. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2010					
	Contas a receber				Contas a pagar	
	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC – Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar
Subsidiárias:						
Ferconsult, S.A.	–	–	79.675	4.308.308	–	6.416.249
Metrocom, S.A.	–	–	276.263	507.984	40.808	
Associadas:						
Fernave, S.A.	787	–	–	–	3.167	–
Publimento	–	–	–	2.392.491	–	–
Ensitrans, A.E.I.E.	–	–	–	85.450	–	136.839
Empreendimentos conjuntos:						
Otlis, A.C.E.	47.022	–	–	–	303.966	–
Empresas relacionadas:						
GIL, S.A.	–	4.819.621	–	–	111.606	–
	47.809	4.819.621	355.938	7.294.232	459.547	6.553.088

	2009					
	Contas a receber				Contas a pagar	
	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC – Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar
Subsidiárias:						
Ferconsult, S.A.	–	250.000	318.542	4.774.891	–	11.816.181
Metrocom, S.A.	–	–	203.121	56.031	65.395	
Associadas:						
Fernave, S.A.	–	–	–	–	33.674	–
Publimento	–	–	–	2.284.988	–	–
Ensitrans, A.E.I.E.	–	–	–	85.450	–	129.587
Empreendimentos conjuntos:						
Otlis, A.C.E.	–	–	–	–	277.059	–
Empresas relacionadas:						
GIL, S.A.	–	1.500.000	–	–	109.290	–
	–	1.750.000	521.663	7.201.359	485.417	11.945.768

O saldo da rubrica de "Outras contas a pagar", respeita aos saldos a pagar à Ferconsult e Ensitrans em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, no montante 6.553.088 € e 11.945.768 €, respectivamente, encontram-se registadas na rubrica de "Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração" (Nota 5.3.2).

Em 31 de Dezembro de 2009 a Empresa tinha uma conta a receber da Ferconsult no montante 250.000 € relativa a resultados distribuídos em exercícios anteriores, o qual foi regularizado no decurso de 2010.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

	2010			
	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	–	4.708.848	161.815	213.060
Metrocom, S.A.	–	–	60.852	2.248.553
Associadas:				
Fernave, S.A.	–	–	61.830	650
Publimento	–	–	–	1.905.756
Ensitrans, A.E.I.E.	–	–	–	–
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	–	37.143	789.439	1.034.045
Empresas relacionadas:				
GIL, S.A.	–	4.819.621	368.945	–
	–	4.745.990	1.442.882	5.402.064

	2009			
	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	–	9.913.262	549.351	692.536
Metrocom, S.A.	–	–	68.281	986.047
Associadas:				
Fernave, S.A.	–	–	153.050	700
Publimento	–	–	–	1.939.595
Ensitrans, A.E.I.E.	–	–	18.245	–
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	1.567.070	758	613.031	1.143.984
Empresas relacionadas:				
GIL, S.A.	–	–	364.299	–
	1.567.070	9.914.020	1.766.257	4.762.862

33. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as garantias prestadas pela Empresa ascendiam a 60.985.479 € e 60.970.810 €, respectivamente, e estão essencialmente relacionadas com os contratos de financiamento e processos judiciais em curso.

O detalhe das responsabilidades assumidas pela Empresa relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de Dezembro de 2010, é como segue:

Entidade	Montante	Data início	Beneficiário
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	62.512	18/05/1990	Tribunal Trabalho
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	1.746	15/10/1993	Gás de Portugal
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	9.506	05/08/1997	Lte
Banco BPI	180.000	08/04/2008	Maria Augusta & Filhos, Lda.
Banco BPI	5.185	19/12/2003	C.M. Lisboa
Banco BPI	7.500	02/05/2006	Refer
Banco BPI	7.086	03/07/2006	Tribunal Trab.Lisboa
Banco BPI	7.451	02/12/2008	Tribunal Trab.Lisboa
Banco BPI	16.213	19/10/2009	Farmácia Cardeira
Banco BPI	13.087	30/03/2010	EDP – Serv.Universal, S.A.
Banco BPI	1.583	30/06/2010	Trib.Tribut.2ª.Inst.Lis
Banco BPI	11.886	05/12/2001	Trib.Tribut.1ª.Inst.Lis
Banco BPI	7.494	10/03/2006	Trib.Adm.F.Lx-2º Juízo
Banco BPI	95.482	11/05/2006	Finanças 4º Bairro Fiscal
Banco BPI	6.940	03/07/2006	Trib.Adm.F.Lx-2º Juízo
Barclays Bank	17.458	25/05/1994	Petrogal
Barclays Bank	335.980	20/06/1994	Tribunal Cível
Barclays Bank	18.256	07/07/1994	Tribunal Cível
Barclays Bank	10.101	03/08/1994	Tribunal Cível
Barclays Bank	23.005	03/08/1994	Tribunal Cível
Cosec	47.067	27/06/1994	Tribunal Cível C.Lisboa
Cosec	60.757	27/06/1994	Tribunal Cível C.Lisboa
Cosec	39.186	27/06/1994	Tribunal Cível C.Lisboa
	985.479		

34. Divulgações exigidas por diplomas legais

Honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais facturados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 16.634 €.

Os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Tipo de serviços	Honorários facturados	
Revisão legal das contas	16.634	16.634
Outros serviços de garantia de fiabilidade	12.432	14.567
	29.065	31.201

35. Acontecimentos após a data do balanço

Em 04 de Março de 2011 a agência de rating Standard & Poor's reviu em baixa a notação de risco de crédito do Metro de BBB para BB mantendo a em "watch negative". Em 31 de Março de 2011 a mesma reviu novamente em baixa a notação de risco de crédito do Metro de BB para B+ mantendo-a em "watch negative".

Em 24 de Março de 2011, a Empresa celebrou com o Estado Português, o Contrato relativo ao Regime transitório de Financiamento da Prestação do Serviço Público, que prevê o recebimento, pela Empresa, dos seguintes montantes estimados a título de Indemnização Compensatória (a que acrescerá IVA à taxa legal em vigor):

	Montante IC
2011	42.000.000
2012	44.000.000
2013	46.000.000
2014	48.000.000
2015	50.000.000
2016	52.000.000
2017	54.000.000
2018	56.000.000
2019	58.000.000

A referida autorização de despesa plurianual foi objecto de Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2011, de 24 de Março, publicada no Diário da República, 1.ª Série – n.º 76, de 18 de Abril de 2011.

O Técnico Oficial e Contas

Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Administração

Francisco José Cardoso dos Reis

Carlos José Bento Nunes

Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob

Luis Miguel Silva Ribeiro

António Gregório Ventura

Parecer do Conselho Fiscal

I – Introdução

Em cumprimento das funções que lhes estão consignadas na Lei e nos Estatutos da Empresa, compete ao Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., apreciar e emitir Parecer sobre o Relatório e Contas da responsabilidade do Conselho de Administração, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o qual foi aprovado por este Órgão em sua reunião de oito de Setembro de dois mil e onze.

A exploração do subsolo da cidade de Lisboa, enquanto sistema de transportes, teve a sua origem no Decreto-Lei n.º 36.620, de 24 de Novembro de 1947, na sequência do qual veio a ser constituída, em 26 de Janeiro de 1948 a Sociedade Metropolitana de Lisboa, S.A.R.L. .No entanto, a abertura ao serviço público, como transportadora, só teve lugar a 31 de Dezembro de 1959.

Posteriormente, a Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L., veio a ser intervencionada/nacionalizada através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 05 de Junho, passando, por via disso, a Empresa Pública.

Actualmente, a Empresa rege-se pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de Junho, que integra os seus novos Estatutos, e subsidiariamente pelo Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, consagrado pela Lei 558/99, de 17 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei 300/2007, de 23 de Agosto e pelo Código das Sociedades Comerciais, tendo o Metropolitano de Lisboa passado a denominar-se "Entidade Pública Empresarial (E.P.E.)".

Como aspecto relevante e caracterizador da sua matriz gestionária, importa reiterar que sendo o Metropolitano de Lisboa uma empresa pública, na qual estão envolvidos consideráveis recursos, a sua gestão, sem perder de vista o serviço público de excelência que deve prestar, deve ser pautada por inequívocos critérios de rigor e transparência.

Aliás, tal exigência decorre das disposições legais a que estão sujeitos estas empresas, devendo fundamentalmente, a sua gestão ser enquadrada nos "princípios do bom governo das empresas do sector empresarial do Estado", consagrados no anexo à RCM n.º 49/2007, de 01 de Fevereiro, e no respeito pelas suas orientações estratégicas, previstas no anexo da RCM n.º 70/2008, de 27 de Março.

II – Actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal

Ao longo de 2010, no cumprimento das atribuições no acompanhamento da gestão e da actividade da Empresa, o órgão fiscalizador reuniu ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, tendo-se sistematicamente inteirado do conteúdo dos diversos documentos de trabalho emanados dos serviços operacionais, bem como, analisado regularmente as contas e a situação financeira e patrimonial da Empresa e os respectivos instrumentos previsionais de gestão.

Nesta conformidade, o Conselho Fiscal, tomou conhecimento, de forma pormenorizada e sistemática, do conteúdo dos relatórios, actas e outros documentos de trabalho que o Conselho de Administração e as diversas áreas operativas lhe fizeram chegar. Ainda, com a mesma finalidade, foram realizadas visitas às áreas operacionais da Empresa e acompanhado o evoluir das várias frentes de obra.

Sempre que julgou oportuno, alertou, formal ou informalmente, o Conselho de Administração para factos e situações julgadas pertinentes e a exigirem uma atenção especial por parte do órgão executivo.

No desenvolvimento da actividade deste órgão, foi estabelecido através do vogal ROC um contacto regular com os Auditores externos da empresa, de cujo relatório anual nos foi dado conhecimento.

Imporia referir que todos os factos e opiniões fundamentadas do Conselho Fiscal foram mencionadas nos relatórios trimestrais que elaborou e endereçou às entidades tutelares.

No final do ano, foi elaborado e enviado às Tutelas governamentais, um relatório contendo a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal, uma síntese dos principais problemas estruturais da empresa, cópia de todas as actas das reuniões do órgão, assim como, cópia de todos os relatórios trimestrais emitidos.

III – Apreciação do relatório de gestão

Releva-se, como aspecto condicionante da avaliação da gestão da empresa durante o exercício de 2010, que a responsabilidade da mesma foi dividida praticamente em dois semestres por dois Conselhos de Administração, sendo da responsabilidade do actual a gestão realizada a partir de 18 de Junho de 2010.

0 Relatório de Gestão, que nos foi presente, da responsabilidade do Conselho de Administração, refere com a necessária clareza a forma como decorreu a actividade do Metropolitano de Lisboa, durante o exercício de 2010. Desse documento entende o Conselho Fiscal que, pela sua importância no desempenho global da empresa, devem ser realçados, se bem que em síntese, os seguintes aspectos:

- Pela primeira vez, e atenta a alteração estatutária operada em 2009 e a entrada em vigor em 2010 de um novo Sistema de Normalização Contabilística cuja transição foi também reportada a 2009, as contas da empresa no exercício evidenciam a separação entre a actividade da construção de infra-estruturas de longa duração, efectuada por conta do Estado, e a actividade de transporte de passageiros e manutenção do material circulante e da rede e respectivos equipamentos, a cargo da Empresa, evidenciando no balanço apenas os activos e passivos associados a esta última actividade, e surgindo os activos e passivos relacionados com as ILDs compensados numa única rubrica do Activo designada de Actividades em ILDs, de natureza financeira e que evidencia saldo nulo em 31/12/10;

- A Empresa entrou no 2.º meio século de actividade do transporte metropolitano enquanto serviço público, na Área Metropolitana de Lisboa, hoje referenciado pelo mercado como transporte de elevada qualidade;

- Pelo quinto ano consecutivo, o ML obteve o primeiro lugar no Índice de Satisfação do Cliente;

- Actualmente, a rede do metropolitano, formada por quatro linhas que se estendem por 40 km, ultrapassou a meia centena de estações. Este crescimento decorre de avultados investimentos, alguns ainda em curso, os quais farão com que a curto prazo, a extensão total das linhas passe para mais de 45 km e 57 estações;

- Durante o último trimestre do ano, o Conselho de Administração implementou uma nova estrutura organizativa da Empresa, prevendo novos descritivos funcionais, respectivos objectivos e KPI's de primeiro nível;

- Na sequência, evolutiva, da importância qualitativa do serviço prestado, regista-se que, tanto a Área da Manutenção (GM) como a de Exploração Comercial (EC), obtiveram já Certificação de Gestão de Qualidade, encontrando-se a decorrer um processo com vista à certificação global de toda a Empresa;

- Releva-se, igualmente, que a revisão de tarifas aprovada em 2010, nos termos do Despacho Normativo Conjunto n.º 17/2010 (2.ª série), de 11 de Junho, publicado em DR n.º 123, de 28 de Junho, alterou significativamente a fonte de receitas e de venda de passes e títulos. No entanto, julga-se que a actual repartição de verbas dos títulos intermodais parte de um cenário ultrapassado e que, por via disso, prejudica substancialmente as receitas de exploração do ML;

- Durante 2010 foram transportados cerca de 183 milhões de passageiros, tendo sido invertida a tendência que vinha ocorrendo desde 2005, de uma progressiva redução do número de passageiros transportados. Esta inversão é, com certeza, justificada pela maior apetência pelo transporte público ao qual se associa, como elemento potenciador, o elevado índice de satisfação por parte dos clientes, que consideraram, mais uma vez, o ML como transporte público de excelência;

- No exercício foram investidos cerca de 89 milhões de euros (a custos técnicos), correspondendo a perto de 56% do que estava orçamentado. Também, por conta de terceiros, foram investidos mais 8 milhões de euros, ambos valores globais, significativamente inferiores aos do ano transacto;

- Em consequência do aumento do número de passageiros, verificou-se no período um relativo, mas significativo, acréscimo das receitas de tráfego, assim como por outro lado, uma redução dos fornecimentos e serviços externos face ao ano anterior;

- Verificou-se a continuação do processo de endividamento global da empresa, tendo o passivo remunerado aumentado em 185 milhões de euros, correspondente a uma taxa de crescimento de 5,1%, ainda assim abaixo do limite dos 7%, imposto pelo MFAP;

- De acordo com os registos dos indicadores emitidos pela Direcção de Recursos Humanos, a comunidade de trabalho do Metropolitano de Lisboa, no final de Dezembro de 2010, era constituída por 1.672 trabalhadores, tendo havido um acréscimo de 36 colaboradores (2,2%) em relação ao ano transacto. Tal movimentação originou um aumento em cerca de 3,7% do custo do factor trabalho, apesar de no ano não ter havido, conforme instruções da Tutela, actualização salarial nominal;

- Releva-se, também no período, a redução do número de acidentes de trabalho, malgrado este facto não ter tido idêntica expressão em dias perdidos o que, também, veio contribuir para o crescimento do nível de absentismo para os 9,6%. Regista-se nesta matéria o lançamento de um projecto, abrangendo toda a empresa, visando de uma forma participativa, o combate ao absentismo;

- Continuam ainda por concretizar os projectos envolvendo as soluções definitivas, em relação ao Parque de Material e Oficinas de Sete Rios (PMO I), objecto de um acordo protocolar entre a Empresa e o Município de Lisboa;

- A Empresa, no decorrer do exercício, à semelhança do que já tinha ocorrido no ano transacto, viu-se na contingência de, por instruções da tutela, colmatar necessidades de empresas participadas através da realização de suprimentos.

IV – Situação económica e financeira

As demonstrações financeiras de 2010 foram objecto de Parecer dos Auditores Externos, assim como da revisão do Revisor Oficial de Contas, o qual de acordo com as normas legais emitiu a competente Certificação Legal das Contas, bem como o seu Relatório de Revisão / Auditoria. Nestes documentos foram expressas as "reservas" e "ênfases" julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua totalidade, a concordância do Conselho Fiscal.

De acordo com a Demonstração de Resultados a empresa apresentou em 2010 um resultado líquido negativo de 148 milhões de euros, ligeiramente superior aos 147 milhões de euros registado em 2009, resultante da conjugação da melhoria do resultado operacional em 15,4 milhões de euros com a degradação do resultado financeiro em 16,6 milhões de euros. Na melhoria do resultado operacional deverá ser tido em conta o efeito favorável da variação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, de 9,5 milhões de euros.

A persistência dos elevados resultados líquidos negativos e o contínuo crescimento do passivo remunerado da empresa colocam em causa a sua sustentabilidade no longo prazo, agravada no imediato pelas actuais restrições de acesso ao crédito e pelas circunstâncias específicas do próprio país, tornando premente a implementação de medidas de racionalização económica e financeira adicionais às já tomadas em 2011 com vista à redução dos gastos operacionais em até 15% e do aumento das receitas por via do aumento do tarifário e da celebração com o Estado do contrato que define o regime transitório de financiamento da prestação de serviço público de transporte de passageiros.

Neste âmbito, julgamos manter-se:

- A necessidade de celebração com a Empresa do contrato de concessão da infra-estrutura e do serviço de transporte de passageiros, nos termos previstos no Decreto-Lei 148-A/2009, que estabeleça a responsabilidade pelo investimento em ILDs e que defina, de modo claro, a forma de exercício da actividade de prestação de serviços de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e regiões limítrofes, e seu financiamento bem como o custo da exploração de tais infra-estruturas para o concessionário.

  De facto, afigura-se insustentável a manutenção da responsabilidade dos investimentos na rede pela empresa, embora actuando por conta do Estado, e do respectivo financiamento com recurso a passivo remunerado, quer pelos elevados custos do mesmo quer pela dificuldade de acesso ao crédito na actual conjuntura.

- A necessidade urgente de definição, no âmbito da concessão do serviço de transporte de passageiros, de um modelo de compensação da empresa pelo Estado pelos serviços de utilidade pública por estes prestados, em função do custo de tais serviços, já que o nível de tarifação existente, que tem vindo a sofrer significativa degradação ao longo dos anos, e das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado se mostra claramente insuficiente face à estrutura económica da empresa, conduzindo a deficits de exploração sistemática.

- A necessidade de revisão do modelo de repartição da receita comum aos diversos operadores de transportes da AML (receita gerada pelos títulos intermodais, vulgo "passes sociais"), que tenha em conta a efectiva utilização dos diversos meios de transporte que integram o sistema pela procura. De facto, e de acordo com o inquérito à repartição de tais verbas efectuado pelo IMTT em 2007, a empresa deveria, relativamente a tais receitas, ter recebido, pelo menos desde essa data, um valor substancialmente superior ao efectivamente recebido. De acordo com estimativas da empresa tal valor seria em 2009 da ordem dos 12 milhões de euros.

Refira-se ainda o ónus para a empresa das responsabilidades assumidas no passado com o pagamento de complementos de reforma e pensões com o pessoal ao serviço e aposentado, sendo o respectivo plano de benefícios definidos, pelo que a tendência futura é de agravamento dos respectivos custos, os quais rondam actualmente cerca de 12 milhões de euros por ano, ou seja, cerca de 21% das remunerações do pessoal no activo.

Saliente-se, por último, que da adopção do novo sistema de normalização contabilística baseado nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e da alteração de políticas contabilísticas, nomeadamente da política de reconhecimento dos investimentos, financiamentos e gastos associados a ILDs, resultou em 31 de Dezembro de 2009, data das últimas demonstrações financeiras objecto de parecer deste Conselho, uma diminuição do Activo Líquido da empresa em 3.203 milhões de euros, (incluindo uma diminuição do resultado líquido negativo em 1,6 milhões de euros) e a diminuição do Passivo em 3.000 milhões de euros.

V Parecer

Atento ao exposto nos pontos anteriores e às considerações enunciadas nos documentos citados, relativas à actividade do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., durante o exercício de 2010, o Conselho Fiscal é de Parecer que:

1. O Relatório do Conselho de Administração encontra-se correctamente elaborado, respeitando as orientações legais e estatutárias, evidenciando com clareza e rigor os aspectos mais relevantes ocorridos na gestão da empresa durante o exercício.

2. Foi dada atenção ao estipulado nas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março e n.º 70/2008, de 22 de Abril, evidenciando, também os níveis de orientação estratégica definidos pela Tutela, bem como a relação quantificada do cumprimento dos seus objectivos. Em documento autónomo, será expressa a avaliação do desempenho individual dos administradores executivos, assim como, a análise dos níveis de cumprimento dos objectivos de gestão propostos.

3. O Relatório menciona as transacções de maior dimensão financeira com empreiteiros e fornecedores, e o regime jurídico aplicado em matéria de aquisição de bens e serviços.

4. Sujeito ao efeito das Reservas expressas na Certificação Legal das Contas, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo às Contas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em 31 de Dezembro de 2010.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., emite formalmente PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Relatório do Conselho de Administração, e das Demonstrações Financeiras e respectivo Anexo respeitantes ao exercício de 2010, concordando, também, com a Aplicação de Resultados proposta pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal, finalmente, regista com apreço a colaboração dispensada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade demonstrada, não só pelos responsáveis pelas Direcções e Serviços, como pela generalidade dos colaboradores do ML, que teve necessidade de assiduamente contactar, no desempenho das suas atribuições.

Lisboa, 14 de Setembro de 2011

O Conselho Fiscal

(Renato A. Vieira Campos, dr.)

(Luís Caiano Pereira, dr.) Vogal ROC

(Evaristo da Cruz Branquinho, dr.)

Certificação legal das contas

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de Balanço de 520.115.911 € e um total de Capital Próprio negativo em 658.437.877 €, incluindo um Resultado Líquido negativo em 148.337.248 €), a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações do capital próprio, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

   - A verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;

   - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

   - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

   - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Excepto quanto às limitações referidas nos parágrafos 7 a 11 abaixo, entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Conforme divulgado nas Notas 3.2) e 5) do anexo às demonstrações financeiras, o Governo assumiu no passado o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infra-estruturas de longa duração (ILDs) do Metropolitano de Lisboa. E.P.E. tendo a empresa, de acordo com os seus estatutos, a responsabilidade de administrar os bens de domínio público afectos à sua actividade, nomeadamente assegurar por delegação do Estado a construção, a instalação, a renovação, a manutenção e a gestão das infra-estruturas ferroviárias que lhes estão afectas (ILDs), cabendo ao Estado salvaguardar o equilíbrio económico e financeiro da empresa e o serviço das dívidas constituídas para a construção, instalação e renovação das referidas infra-estruturas. Face à inexistência de disposição contratual que defina os termos desta actuação por parte de empresa e sobre a administração daqueles bens, nomeadamente a inexistência de um contrato de concessão, que permita o seu enquadramento nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, todos os investimentos realizados e respectivos financiamentos e gastos suportados afectos a ILDs encontram-se registados pelo seu montante líquido em rubrica do Activo, designada "Actividades de investimentos em infra-estruturas de longa duração", a qual assume natureza financeira e evidencia saldo nulo em 31 de Dezembro de 2010 (igualmente nulo em 31 de Dezembro de 2009) em resultado da alteração da política de reconhecimento contabilístico adoptada pela Empresa em 31 de Dezembro de 2010 e reportada a 1 de Janeiro de 2009, data da transição para o Sistema de Normalização Contabilística. Consequentemente não nos foi possível concluir sobre a política de amortizações a adoptar para tais activos e quais os critérios de afectação dos diferentes subsídios que têm vindo a ser atribuídos pelo

Estado e por programas comunitários e: (i) se os montantes relativos a investimentos em infra-estruturas de longa duração e os correspondentes capitais próprios (subsídios atribuídos e reservas de reavaliação) identificados pela Empresa em 31 de Dezembro de 2010 como relativas àqueles investimentos, de 3.191.408.284 € e 1.055.676.322 € respectivamente (3.100.549.914 € e 1.009.232.082 € em 31 de Dezembro de 2009) que integram o saldo da rubrica de Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração em resultado da referida alteração de política de reconhecimento, deveriam estar registados no balanço da empresa nem concluir sobre a razoabilidade do procedimento de não amortização destes bens; (ii) quanto à aceitação inequívoca por parte do Estado da inclusão no valor daqueles investimentos de gastos financeiros e departamentais incorridos até 31 de Dezembro de 2010 nos montantes de 297.697.506 € e 63.262.624 €, respectivamente (294.016.010 € e 60.130.092 € em 31 de Dezembro de 2009); (iii) quanto ao critério de repartição dos financiamentos (empréstimos bancários, obrigacionistas e financiamentos por locação financeira) considerado pela Empresa em 31 de Dezembro de 2010 entre as actividades de investimento em ILDs e gestão de infra-estruturas propriedade da Empresa, reflectidos no balanço em 31 de Dezembro de 2010 pelos montantes de 3.063.602.925 € e 746.037.561 €, respectivamente, dos quais o primeiro se encontra integrado no saldo da rubrica em apreciação (2.931.496.956 € e 693.685.654 € em 31 de Dezembro de 2009); (iv) quanto ao reconhecimento na mesma rubrica dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa relativamente aos financiamentos contraídos para financiar a actividade de ILDs, que em 31 de Dezembro de 2010, de acordo com a avaliação efectuada, de acordo com o mencionado no parágrafo 9 abaixo, tinham um justo valor negativo de 299.413.660 € (169.195.074 € em 31 de Dezembro de 2009); (v) quanto ao montante dos gastos com empréstimos incorridos pela Empresa no exercício e em exercícios anteriores e que, de acordo com alteração da política supra mencionada, foram quantificados e registados na rubrica de ILDs e cujo saldo acumulado em 31 de Dezembro de 2010 ascende a 901.828.074 € (845.184.328 € em 31 de Dezembro de 2009); e (vi) quanto ao montante de 289.555.301 € (incluído nos montantes de 901.828.074 € e 845.184.328 € anteriormente referidos) relativo a eventuais juros e outros gastos incorridos pela Empresa anteriores a 1995 por contrapartida de "resultados transitados", que saldou a rubrica de ILDs em 01 de Janeiro de 2009. Face ao supra mencionado não nos é possível concluir acerca da política contabilística adoptada pela empresa no reconhecimento dos activos, passivos, capital próprio e gastos financeiros e departamentais relacionados com ILDs em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 e, consequentemente, concluir quanto ao valor, nulo, da rubrica "Actividades de investimento em infra-estruturas de longa duração" naquelas datas.

8. Conforme divulgado na Nota 14 do Anexo o activo em 31 de Dezembro de 2010 inclui na rubrica de "Diferimentos Activos – Trabalhos por conta de terceiros" o valor de 40.654.538 € (32.840.335 € em 31 de Dezembro de 2009) relativo a obras efectuadas pela empresa por conta de outras entidades que não se encontram facturadas pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., e que não foram objecto de contratualização ou outra forma de formalização entre a empresa e as restantes entidades envolvidas que defina os valores a facturar e os momentos e formas de facturação e liquidação financeira. Do exposto, não nos é possível concluir quanto ao momento e por que montante tais trabalhos serão facturados, pelo que não podemos concluir quanto à respectiva razoabilidade e à efectiva realização de tais activos.

9. De acordo com a NCRF 27 a Empresa passou a reconhecer nas demonstrações financeiras o justo valor dos instrumentos financeiros derivados por si contratados para cobrir o risco de flutuação das taxas de juro dos empréstimos contraídos para financiar a actividade de exploração e o financiamento dos investimentos de longa duração, com referência a 01 de Janeiro de 2009 (Notas 2 e 10). O justo valor considerado nas demonstrações financeiras foi determinado por um consultor externo com base em pressupostos e assumpções por este efectuadas em virtude de a informação relativa a alguns dos instrumentos financeiros derivados não se encontrar disponível, e que seria considerada caso a avaliação do justo valor tivesse sido determinada pela entidade com o qual o instrumento financeiro foi contratado. Até à presente data, a Empresa não dispõe de informação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados por si contratados quantificada pelas entidades que são parte dos respectivos contratos pelo que não nos foi possível concluir quanto à razoabilidade do valor pelo qual os mesmos se encontram reflectidos nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, nem quanto aos efeitos, se alguns, nos resultados transitadas e na demonstração dos resultados decorrentes das alterações de justo valor.

10. Em 31 de Dezembro de 2010 o balanço inclui na rubrica de "Responsabilidade por benefícios pós-emprego" o montante de 229.032.219 € relativo ao compromisso assumido pela Empresa em conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento das pensões de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pagas pela Segurança Social, de acordo com estudo actuarial elaborado por uma entidade independente. A avaliação actuarial considera a tábua de mortalidade TV 73/77, não tendo sido por nós obtida confirmação da entidade responsável pela avaliação de que tal tábua de mortalidade é a mais adequada face à realidade da população abrangida por estes complementos de pensões de reforma.

11. Em 31 de Dezembro de 2010 a Empresa detém uma participação financeira na participada GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., a qual se encontra reconhecida no balanço por valor nulo em virtude daquela participada apresentar capitais próprios negativos no montante de 8.928.657 € (Nota 9). Adicionalmente, encontra-se registado na rubrica de "Participações financeiras" o montante de 4.819.621 €, relativo a suprimentos concedidos pela Empresa àquela participada. Contudo, atendendo à situação patrimonial desta participada em 31 de Dezembro de 2010, e por não termos obtido informações que nos permitam concluir quanto à capacidade da mesma liquidar tais suprimentos, não nos é possível concluir quanto ao momento e valor de realização do referido montante.

Opinião

12. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações constantes dos parágrafos 7 a 11 acima, as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que:

13. A actividade da empresa tem-se revelado cronicamente deficitária, gerando prejuízos sucessivos de valor significativo (em 2010 no valor de 148.337.248 €) cujo financiamento tem vindo a ser parcialmente assegurado pelo Estado Português através de indemnizações compensatórias e dotações de capital e mantendo-se a existência de planos de investimento em curso os quais requerem igualmente financiamentos de elevado montante. A empresa apresenta uma estrutura financeira fortemente desequilibrada, expressa na existência de capitais próprios em 31 de Dezembro de 2010 negativos em 658.437.877 € e na insuficiência do seu activo circulante para fazer face ao passivo de curto prazo. Do referido, é nossa opinião que a continuidade das operações da empresa, e consequentemente a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos, se encontra dependente da manutenção do suporte financeiro do Estado Português.

14. As demonstrações financeiras objecto da presente Certificação foram preparadas em base individual, para aprovação e publicação nos termos da legislação aplicável, encontrando-se os investimentos em empresas subsidiárias e associadas constantes do Balanço registados pelo método da equivalência patrimonial conforme divulgado nas Notas 2.8) e 9) do Anexo. A Empresa irá preparar demonstrações financeiras consolidadas, as quais apresentarão que modo mais apropriado a posição financeira o resultado das operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa do conjunto formado pela Empresa, suas subsidiárias e associadas, em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, para aprovação e publicação em separado.

15. Conforme divulgado na Nota 2) do anexo às demonstrações financeiras, a Empresa adoptou, com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2010, o Sistema de Normalização Contabilística, incluindo a correspondente estrutura conceptual, modelos de demonstrações financeiras e normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF"). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas em Portugal, consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade ("POC"), para as NCRF, a Empresa seguiu os requisitos previstos na NCRF 3 – Adopção pela primeira

vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 01 de Janeiro de 2009. Adicionalmente, e com referência à data da transição, a Empresa alterou a política de reconhecimento dos investimentos em ILDs nos termos descritos no parágrafo 7 supra e alterou a política de reconhecimento das responsabilidades por benefícios pós-emprego, abandonando o método do corredor. Consequentemente, a informação financeira de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as NCRF (Nota 2). De tal reexpressão resultou a diminuição do Activo Líquido, em 31 de Dezembro de 2009, em 3.203.254.806 €; a diminuição do Capital Próprio em 203.084.720 € (incluindo uma diminuição do resultado líquido negativo em 1.614 707 €) e uma diminuição do Passivo em 3.000.170.087 €.

16. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, apresentadas para efeitos comparativos reexpressas nos termos das NCRF, foram por nós examinadas e a nossa Certificação Legal das Contas, datada de 19 de Maio de 2010, inclui duas reservas por limitação de âmbito, a primeira relacionada com o assunto descrito no parágrafo 7 e a segunda similar à descrita no parágrafo 8, acima.

Relato sobre outros requisitos legais

17. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 08 de Setembro de 2011

CAIANO PEREIRA, ANTÓNIO e JOSÉ REIMÃO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por

Luis Pedro Caiano Pereira
ROC n.º 842

Ficha técnica

Edição
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão
Coordenação
Marta Laborinho
Sandra Tavares

Produção
Marketing, Comunicação e Imagem
Coordenação
Filipe Trigo
Projecto gráfico
Maria João Rodrigues

Fotografia
1ª e 2ª Maratona fotográfica 2010/2011

David Jorge Fernandes 1
Alexandre Miguel Baganha 3
Dulce Maria de Campos 6
Rita Campos de Oliveira 8
Anabela C. Santos Lopes 11
Inês Maria Gomes 24
Aicton César Gomes 26
Emanuel Magessi 29
Rui Fernandes Martins 34
Joana Garrido Carvalho 49
Metro – Omuseumaisvisitado 56
Carlos Bruno Costa 59
Francisco Fernandes 60
Dulce Maria Gomes Campos 74
Clarisse Manuela Domingos 76
Nuno Serrano Colaço 81
Tânia Espírito Santo 84
Luciana Reis 95
Ana Rita Reis 107
João Paca 125
Paulo Nunes 140
Helena Leiria de Matos 145